

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO-ORGANIZACIONAL

**DESENVOLVIMENTO DESIGUAL
NA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO**

Dilani Silveira Bassan

Santa Cruz do Sul, dezembro de 2002.

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL – UNISC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL – MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO-ORGANIZACIONAL

**DESENVOLVIMENTO DESIGUAL
NA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO**

Dilani Silveira Bassan

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado da Universidade de Santa Cruz do Sul para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Dieter R. Siedenberg

Santa Cruz do Sul, dezembro de 2002.

RESUMO

Este trabalho busca identificar e analisar através de indicadores econômicos e sociais, as desigualdades presentes no processo de desenvolvimento regional do Vale do Rio Pardo no Rio Grande do Sul. Para tanto, foi necessário embasar teoricamente a discussão em conceitos de região, crescimento econômico, desenvolvimento, desenvolvimento desigual e pobreza. A partir daí faz-se um estudo sobre a formação geomorfológica, histórica, cultural, econômica e social da região, para então analisar as desigualdades regionais com base na estrutura e evolução de indicadores econômicos e sociais. A análise do processo de desenvolvimento regional que caracteriza o Vale do Rio Pardo mostrou que as desigualdades são originárias de diferentes fatores, mas que estão intimamente ligados à identidade da região. Esta identidade que caracteriza e diferencia a região do Vale do Rio Pardo de outras regiões é, ao mesmo tempo, responsável pelo seu desenvolvimento e pelas desigualdades regionais.

Palavras – Chave: região, desenvolvimento, crescimento, desenvolvimento desigual, desigualdade, pobreza.

ABSTRACT

This work aims to identify and analyze, by means of social and economic indicators, the inequalities that are present in the regional development process of Vale do Rio Pardo's at Rio Grande do Sul. It was necessary to substantiate theoretically the discussion in terms of region concepts, economic growth, development, unequal development and poverty. After that, we make a study about the geomorphologic, historical, cultural, economic and social formation of the region, in order to analyze the regional inequalities with base in the structure and evolution of social and economic indicators. The analysis of the regional development process that characterizes the Vale do Rio Pardo shows that the inequalities were due to different factors, but they were intimately attached to region's identity. This identity that characterizes and differentiates the Vale do Rio Pardo region from other regions is, at the same time, responsible for its development and the regional inequalities.

Keywords: region, development, growth, unequal development, inequality, poverty.

AGRADECIMENTOS

Sinto que sou privilegiada por estar concluindo um curso de mestrado, enquanto muitos não conseguem nem sequer entrar para a escola. No entanto, estar aqui representa uma luta de muitos anos, onde as dificuldades só serviram para que eu não desistisse. Mas, para percorrer este caminho muitas pessoas importantes estiveram comigo: meus pais, meus maiores incentivadores; meu filho por não se opor ao tempo que deixei de ficar com ele para me dedicar aos estudos e meu marido por sua paciência.

Também, é preciso agradecer a quem efetivamente me incentivou e me ajudou a cursar o mestrado: o Prof. Dr. William Héctor Gómez Soto, que mesmo antes de concluir a graduação já estava me motivando para seguir em frente e durante o curso sempre foi um amigo incansável.

No entanto, no momento em que me sentia perdida e sem ‘orientação’, aparece um novo professor falando sobre o que eu estava trabalhando, foi então que conheci o Prof. Dr. Dieter R. Siedenberg, hoje meu orientador. Agradeço a ele por sua paciência e sua dedicação e pelas diversas críticas que serviram para melhorar este trabalho.

Não posso deixar de lembrar dos colegas, que muitas vezes serviram de apoio nas horas difíceis; da Patrícia e da Renata, amigas dedicadas; dos funcionários do mestrado e dos professores e dos colegas do grupo de pesquisa Escore II. Em especial um agradecimento ao Prof. Dr. Dinizar F. Becker, orientador do meu estágio de docência.

Estou chegando ao fim de uma trajetória e graças a Deus e a todas estas pessoas pude então cumprir mais uma etapa de minha vida.

Obrigado.

“Concebo, na espécie humana, dois tipos de desigualdade: uma que chamo de natural ou física, por ser estabelecida pela natureza e que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito e da alma; a outra, que se pode chamar de desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção e que é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens. Esta consiste nos vários privilégios de que gozam alguns em prejuízo de outros, como o serem mais ricos, mais poderosos e homenageados do que estes, ou ainda por fazerem-se obedecer por eles.

Não se pode perguntar qual a fonte da desigualdade natural, porque a resposta estaria enunciada na simples definição da palavra. Pode-se, ainda menos, procurar a existência de qualquer ligação essencial entre essas duas desigualdades, pois, em outras palavras, seria perguntar se aqueles que mandam valem necessariamente mais do que os que obedecem e se a força do corpo ou do espírito, a sabedoria e a virtude sempre se encontram, nos mesmos indivíduos, na proporção do poder ou da riqueza: tal seria uma boa questão para discutir entre escravos ouvidos por seus senhores, mas que não convém a homens razoáveis e livres, que procuram a verdade.”

(Rousseau, 1754)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 ASPECTOS HISTÓRICOS, CULTURAIS E NATURAIS DA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO.....	19
1.1 ALGUNS ASPECTOS CONCEITUAIS.....	19
1.2 ASPECTOS FÍSICO-NATURAIS DA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO.....	21
1.3 A FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL DA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO.....	23
2 ASPECTOS ANTROPOLÓGICOS DA FORMAÇÃO DO VALE DO RIO PARDO.....	30
2.1 DINÂMICA POPULACIONAL.....	31
2.2 ESTRUTURA ATUAL.....	33
3 A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	38
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	38
3.2 TEORIAS DE CRESCIMENTO REGIONAL.....	42
3.3 O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL.....	46
3.4 REFLEXÕES TEÓRICAS ACERCA DA POBREZA.....	48
3.5 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.....	55
4 METODOLOGIA.....	58
5 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO.....	62
5.1 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	62
5.1.1 A DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA: UMA ANÁLISE DO PIB REGIONAL.....	62
5.1.2 ANÁLISE DO PIB PER CAPITA.....	63
5.1.3 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPITA.....	66
5.1.4 ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DO PIB MUNICIPAL NO PIB DA REGIÃO DO VRP.....	70
.....	71
5.1.5 O SETOR AGRÍCOLA E A DEPENDÊNCIA DA CULTURA DO FUMO.....	74
5.1.6 A CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL COMO FATOR DE DESIGUALDADE.....	80
5.1.7 O EMPREGO NO SETOR AGRÍCOLA E INDUSTRIAL NO VALE DO RIO PARDO.....	83
5.2 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	86
5.2.1 EDUCAÇÃO: UMA VIA PARA A ERRADICAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS.....	89
5.2.2 LONGEVIDADE: VIVER MAIS COM QUALIDADE DE VIDA.....	91
5.2.3 CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO DA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO.....	98
5.2.4 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	103
5.2.5 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO AMPLIADO.....	105
5.2.6 A DESIGUALDADE DE RENDA: ÍNDICE DE THEIL – L (GRAU DE DESIGUALDADE DE RENDA).....	107
5.3 A SITUAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO: UMA SÍNTESE.....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
ANEXOS.....	119
ANEXO A.....	120
TABELA 1A - VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DAS PRINCIPAIS CULTURAS TEMPORÁRIAS POR MUNICÍPIO EM (%) – 1990.....	120
TABELA 2A - VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DAS PRINCIPAIS CULTURAS TEMPORÁRIAS POR MUNICÍPIO EM (%) – 1995.....	121
ANEXO B.....	121
TABELA 1B - VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DAS PRINCIPAIS CULTURAS PERMANENTES POR MUNICÍPIO EM (%) – 1990.....	121
TABELA 2B - VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DAS PRINCIPAIS CULTURAS PERMANENTES POR MUNICÍPIO EM (%) – 1995.....	122
ANEXO C.....	123
FIGURA 1C – GEOMORFOLOGIA DA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO.....	123
ANEXO D.....	123
FIGURA 1D - VEGETAÇÃO DO VALE DO RIO PARDO.....	124

IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHA	Índice de Desenvolvimento Humano Ampliado
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas
POF	Programa de Orçamento Familiar
PPC	Paridade do poder de compra
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RS	Rio Grande do Sul
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
SUS	Sistema Único de Saúde
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development
VAF	Valor Adicionado Fiscal
VRP	Vale do Rio Pardo

LISTA DE TABELAS

.....	10
INTRODUÇÃO.....	14
1 ASPECTOS HISTÓRICOS, CULTURAIS E NATURAIS DA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO.....	19
1.1 ALGUNS ASPECTOS CONCEITUAIS.....	19
1.2 ASPECTOS FÍSICO-NATURAIS DA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO.....	21
1.3 A FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL DA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO.....	23
<i>Figura 1- Localização do Vale do Rio Pardo no Estado do RS.....</i>	<i>24</i>
2 ASPECTOS ANTROPOLÓGICOS DA FORMAÇÃO DO VALE DO RIO PARDO.....	30
2.1 DINÂMICA POPULACIONAL.....	31
2.2 ESTRUTURA ATUAL.....	33
<i>Tabela 3 – Densidade Demográfica dos municípios do VRP entre 1990-2000.....</i>	<i>37</i>
3 A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	38
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	38
3.2 TEORIAS DE CRESCIMENTO REGIONAL.....	42
3.3 O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL.....	46
3.4 REFLEXÕES TEÓRICAS ACERCA DA POBREZA.....	48
3.5 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.....	55
4 METODOLOGIA.....	58
5 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO.....	62
5.1 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	62
5.1.1 A DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA: UMA ANÁLISE DO PIB REGIONAL.....	62
5.1.2 ANÁLISE DO PIB PER CAPITA.....	63
<i>Tabela 4 - PIB per capita dos municípios do Vale do Rio Pardo em R\$ (1990-1999) (Valores atualizados pelo IGP-DI de Dezembro de 1999).....</i>	<i>65</i>
5.1.3 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPITA.....	66
<i>Tabela 5 - Evolução do PIB per capita dos municípios do Vale do Rio Pardo em R\$.....</i>	<i>67</i>
<i>Tabela 6 - Classificação dos municípios segundo o Pib per capita em R\$/1999.....</i>	<i>68</i>
5.1.4 ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DO PIB MUNICIPAL NO PIB DA REGIÃO DO VRP.....	70
<i>Figura 3 – PIB per capita por intervalos de renda da região do Vale do Rio Pardo em 1999.....</i>	<i>71</i>
.....	71
<i>Tabela 7 - O PIB municipal em R\$ e a participação relativa no PIB total do RS em 1990, 1995 e 1999.....</i>	<i>73</i>
5.1.5 O SETOR AGRÍCOLA E A DEPENDÊNCIA DA CULTURA DO FUMO.....	74
<i>Tabela 8 - PIB setorial em (%) dos municípios do VRP (%) em 1990, 1995 e 1997.....</i>	<i>74</i>
<i>Tabela 9 - Valor da produção agrícola das principais culturas temporárias por município em (%) - 2000.....</i>	<i>77</i>
<i>Tabela 10 - Valor da produção agrícola das principais culturas permanentes por município em (%) - 2000.....</i>	<i>80</i>
5.1.6 A CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL COMO FATOR DE DESIGUALDADE.....	80
<i>Tabela 11 - VAF do setor industrial dos municípios do VRP (%) em 1990, 1995 e 1999.....</i>	<i>81</i>
5.1.7 O EMPREGO NO SETOR AGRÍCOLA E INDUSTRIAL NO VALE DO RIO PARDO.....	83

5.2	INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	86
5.2.1	EDUCAÇÃO: UMA VIA PARA A ERRADICAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS.....	89
	<i>Tabela 13 - Taxa de alfabetização nos municípios do VRP - 1980, 1991 e 2000.....</i>	<i>90</i>
5.2.2	LONGEVIDADE: VIVER MAIS COM QUALIDADE DE VIDA.....	91
	<i>Tabela 14 – Esperança de vida ao nascer (em anos) 1980, 1991 e 2000 e taxa de mortalidade infantil em 1980, 1991 e 1998.....</i>	<i>94</i>
	<i>Tabela 15 - Número de leitos hospitalares por 1.000 hab. – 1980, 1994 e 2000.....</i>	<i>97</i>
5.2.3	CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO DA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO.....	98
	<i>Tabela 16 - Qualidade de vida nos municípios do VRP - 1980 e 1991.....</i>	<i>99</i>
	<i>Tabela 17 - Qualidade de vida dos municípios do VRP - 2000.....</i>	<i>101</i>
5.2.4	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	103
	<i>Tabela 18 - Índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do VRP – 1980, 1991 e 2000. 104</i>	
5.2.5	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO AMPLIADO	105
	<i>Tabela 19 - Índice de desenvolvimento humano ampliado (IDHA) dos municípios do VRP - 1991-1996.....</i>	<i>106</i>
5.2.6	A DESIGUALDADE DE RENDA: ÍNDICE DE THEIL – L (GRAU DE DESIGUALDADE DE RENDA).....	107
	<i>Tabela 20 – Índice de Theil – L (grau de desigualdade de renda) 1980-1991.....</i>	<i>108</i>
5.3	A SITUAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO: UMA SÍNTESE.....	109
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
	ANEXOS.....	119
	ANEXO A.....	120
	TABELA 1A - VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DAS PRINCIPAIS CULTURAS TEMPORÁRIAS POR MUNICÍPIO EM (%) – 1990.....	120
	TABELA 2A - VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DAS PRINCIPAIS CULTURAS TEMPORÁRIAS POR MUNICÍPIO EM (%) – 1995.....	121
	ANEXO B.....	121
	TABELA 1B - VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DAS PRINCIPAIS CULTURAS PERMANENTES POR MUNICÍPIO EM (%) – 1990.....	121
	TABELA 2B - VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DAS PRINCIPAIS CULTURAS PERMANENTES POR MUNICÍPIO EM (%) – 1995.....	122
	ANEXO C.....	123
	FIGURA 1C – GEOMORFOLOGIA DA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO.....	123
	ANEXO D.....	123
	FIGURA 1D - VEGETAÇÃO DO VALE DO RIO PARDO.....	124
	ANEXO E.....	124
	FIGURA 1E - MICRORREGIÕES DO VALE DO RIO PARDO.....	124
	ANEXO F.....	125
	QUADRO 1F – PROCESSO EMANCIPATÓRIO DO VALE DO RIO PARDO.....	125
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	126

LISTA DE FIGURAS

.....	10
INTRODUÇÃO.....	14

1 ASPECTOS HISTÓRICOS, CULTURAIS E NATURAIS DA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO.....	19
1.1 ALGUNS ASPECTOS CONCEITUAIS.....	19
1.2 ASPECTOS FÍSICO-NATURAIS DA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO.....	21
1.3 A FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL DA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO.....	23
<i>Figura 1- Localização do Vale do Rio Pardo no Estado do RS.....</i>	<i>24</i>
2 ASPECTOS ANTROPOLÓGICOS DA FORMAÇÃO DO VALE DO RIO PARDO.....	30
2.1 DINÂMICA POPULACIONAL.....	31
2.2 ESTRUTURA ATUAL.....	33
<i>Tabela 3 – Densidade Demográfica dos municípios do VRP entre 1990-2000.....</i>	<i>37</i>
3 A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	38
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	38
3.2 TEORIAS DE CRESCIMENTO REGIONAL.....	42
3.3 O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL.....	46
3.4 REFLEXÕES TEÓRICAS ACERCA DA POBREZA.....	48
3.5 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.....	55
4 METODOLOGIA.....	58
5 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO.....	62
5.1 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	62
5.1.1 A DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA: UMA ANÁLISE DO PIB REGIONAL.....	62
5.1.2 ANÁLISE DO PIB PER CAPITA.....	63
<i>Tabela 4 - PIB per capita dos municípios do Vale do Rio Pardo em R\$ (1990-1999) (Valores atualizados pelo IGP-DI de Dezembro de 1999).....</i>	<i>65</i>
5.1.3 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPITA.....	66
<i>Tabela 5 - Evolução do PIB per capita dos municípios do Vale do Rio Pardo em R\$.....</i>	<i>67</i>
<i>Tabela 6 - Classificação dos municípios segundo o Pib per capita em R\$/1999.....</i>	<i>68</i>
5.1.4 ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DO PIB MUNICIPAL NO PIB DA REGIÃO DO VRP.....	70
<i>Figura 3 – PIB per capita por intervalos de renda da região do Vale do Rio Pardo em 1999.....</i>	<i>71</i>
.....	71
<i>Tabela 7 - O PIB municipal em R\$ e a participação relativa no PIB total do RS em 1990, 1995 e 1999.....</i>	<i>73</i>
5.1.5 O SETOR AGRÍCOLA E A DEPENDÊNCIA DA CULTURA DO FUMO.....	74
<i>Tabela 8 - PIB setorial em (%) dos municípios do VRP (%) em 1990, 1995 e 1997.....</i>	<i>74</i>
<i>Tabela 9 - Valor da produção agrícola das principais culturas temporárias por município em (%) - 2000.....</i>	<i>77</i>
<i>Tabela 10 - Valor da produção agrícola das principais culturas permanentes por município em (%) – 2000.....</i>	<i>80</i>
5.1.6 A CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL COMO FATOR DE DESIGUALDADE.....	80
<i>Tabela 11 - VAF do setor industrial dos municípios do VRP (%) em 1990, 1995 e 1999.....</i>	<i>81</i>
5.1.7 O EMPREGO NO SETOR AGRÍCOLA E INDUSTRIAL NO VALE DO RIO PARDO.....	83
5.2 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	86
5.2.1 EDUCAÇÃO: UMA VIA PARA A ERRADICAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS.....	89
<i>Tabela 13 -Taxa de alfabetização nos municípios do VRP - 1980, 1991 e 2000.....</i>	<i>90</i>
5.2.2 LONGEVIDADE: VIVER MAIS COM QUALIDADE DE VIDA.....	91
<i>Tabela 14 – Esperança de vida ao nascer (em anos) 1980, 1991 e 2000 e taxa de mortalidade infantil em 1980, 1991 e 1998.....</i>	<i>94</i>
<i>Tabela 15 - Número de leitos hospitalares por 1.000 hab. – 1980, 1994 e 2000.....</i>	<i>97</i>
5.2.3 CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO DA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO.....	98
<i>Tabela 16 - Qualidade de vida nos municípios do VRP - 1980 e 1991.....</i>	<i>99</i>
<i>Tabela 17 - Qualidade de vida dos municípios do VRP - 2000.....</i>	<i>101</i>
5.2.4 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	103
<i>Tabela 18 - Índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do VRP – 1980, 1991 e 2000. 104</i>	<i>104</i>
5.2.5 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO AMPLIADO	105
<i>Tabela 19 - Índice de desenvolvimento humano ampliado (IDHA) dos municípios do VRP - 1991-1996.....</i>	<i>106</i>

5.2.6 A DESIGUALDADE DE RENDA: ÍNDICE DE THEIL – L (GRAU DE DESIGUALDADE DE RENDA).....	107
<i>Tabela 20 – Índice de Theil – L (grau de desigualdade de renda) 1980-1991</i>	108
5.3 A SITUAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO: UMA SÍNTESE.....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
ANEXOS	119
ANEXO A	120
TABELA 1A - VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DAS PRINCIPAIS CULTURAS TEMPORÁRIAS POR MUNICÍPIO EM (%) – 1990.....	120
TABELA 2A - VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DAS PRINCIPAIS CULTURAS TEMPORÁRIAS POR MUNICÍPIO EM (%) – 1995.....	121
ANEXO B	121
TABELA 1B - VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DAS PRINCIPAIS CULTURAS PERMANENTES POR MUNICÍPIO EM (%) – 1990.....	121
TABELA 2B - VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DAS PRINCIPAIS CULTURAS PERMANENTES POR MUNICÍPIO EM (%) – 1995.....	122
ANEXO C	123
FIGURA 1C – GEOMORFOLOGIA DA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO.....	123
ANEXO D	123
FIGURA 1D - VEGETAÇÃO DO VALE DO RIO PARDO.....	124
ANEXO E	124
FIGURA 1E - MICRORREGIÕES DO VALE DO RIO PARDO.....	124
ANEXO F	125
QUADRO 1F – PROCESSO EMANCIPATÓRIO DO VALE DO RIO PARDO.....	125
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	126

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa pretende estudar as especificidades da região do Vale do Rio Pardo tomando por base um período de dez anos, de 1990 a 2000, utilizando-se alguns de seus indicadores econômicos e sociais, enfatizando as características das desigualdades no nível de desenvolvimento que existem entre os municípios.

Neste sentido o trabalho se propôs a fazer um mapeamento das condições econômico-sociais dos municípios que compreendem a região do Vale do Rio Pardo (Arroio do Tigre, Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Gramado Xavier, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Lagoão, Pântano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz) e uma análise da desigualdade regional sob a ótica dos dados econômicos e sociais, buscando comparar os municípios da região entre si e cada um deles em relação à média do Estado e da própria região.

Já existem alguns estudos sobre as desigualdades regionais no Brasil, porém encontram-se resultados apenas para as microrregiões e região metropolitana, sem a preocupação com pequenas regiões como é o caso do Vale do Rio Pardo. Ao analisar as desigualdades a nível regional pode-se encontrar soluções mais rápidas e aplicáveis às especificidades desta região.

Portanto, a pergunta que se faz é: as causas das desigualdades econômico-sociais existentes entre os municípios da região do Vale do Rio Pardo são resultantes apenas da má distribuição do PIB *per capita*, ou há ainda outros fatores e determinantes que precisam ser considerados para explicar os diferentes níveis de desenvolvimento entre os municípios? E quais são eles?

A economia da região do Vale do Rio Pardo possui indicadores em termos de PIB *per capita*, acima da média estadual. No entanto, há uma grande disparidade entre os municípios na distribuição desta renda, o que leva a resultados pouco favoráveis em termos de indicadores sociais e de bem-estar.

Se o PIB *per capita* dos municípios da região do Vale do Rio Pardo é elevado, então a disparidade na distribuição desta renda e dos demais fatores são determinados pelo caráter desigual do desenvolvimento econômico.

Assim, o objetivo principal deste trabalho é analisar os indicadores sócio-econômicos da região do Vale do Rio Pardo a fim de identificar as características das desigualdades que existem entre os municípios da região, visando a proposição de alternativas para o desenvolvimento regional. Tem como objetivos específicos: analisar o desempenho econômico e o PIB *per capita* dos municípios, verificar a importância dos indicadores econômicos setoriais (indústria, agricultura, emprego) na explicitação do processo de desenvolvimento local e regional e analisar individualmente os dados econômicos e sociais a fim de determinar quais indicadores refletem as desigualdades no processo de desenvolvimento.

O trabalho desenvolvido é centrado em três colunas fundamentais: os conceitos de desenvolvimento e crescimento, a economia regional e a redução das desigualdades regionais.

A importância da análise dos indicadores econômicos e sociais para o desenvolvimento regional é o fato de proporcionar um mapeamento da região destacando seus principais pontos fortes e fracos no processo de desenvolvimento.

Esta pesquisa é importante porque o processo de desenvolvimento de uma região, estado ou país envolve fatores de ordem social, econômica, cultural, política e histórica que se desenvolvem e dão forma a uma determinada região. Porém, estes fatores podem promover desigualdades ou identificar de maneira inadequada o potencial da região.

No entanto, atualmente há sérios problemas sociais e a busca de explicações e soluções poderá vir através da análise econômico-social, utilizando-se de indicadores como ferramentas para promover um estudo detalhado da região, que pode contribuir para o seu desenvolvimento.

Desta forma, os conceitos como os de desenvolvimento, crescimento e pobreza constituem a base teórica deste estudo, pois é através deles que podemos distinguir a

parte quantitativa (tão enfatizada pelos economistas tradicionais) da parte qualitativa (nova visão da economia).

A abordagem de indicadores sócio-econômicos proporciona à sociedade o conhecimento da região. Através destas informações pode-se verificar o que está acontecendo na comunidade e que políticas administrativas vem sendo utilizadas para que se tenha um processo de desenvolvimento justo e igualitário. Além disso, é através do desenvolvimento que a economia torna-se estável e diversificada, envolvendo progresso tecnológico e formação de capital, com aumento considerável do mercado interno proporcionando a redução das desigualdades e elevando os níveis salariais.

Mas, para que se possa ‘medir’ ou identificar as carências de uma região é preciso contar com indicadores econômicos (PIB, valor da produção agrícola e industrial, emprego, etc.) e indicadores sociais (educação, saúde, saneamento, longevidade), a fim de realmente aplicar políticas adequadas ao desenvolvimento regional.

Portanto, a análise dos indicadores econômicos e sociais proporciona um mapeamento das condições regionais, podendo-se assim aplicar políticas que sejam coerentes com as especificidades de cada região, aproveitando sua capacidade (vantagens comparativas) e promovendo o desenvolvimento regional associado ao conjunto global da economia.

Então, os indicadores e análises apresentados proporcionarão às prefeituras ou instituições regionais ligadas ao desenvolvimento o aproveitamento das potencialidades da sua região, a fim de que esta se torne mais competitiva e que possa então ser inserida no mercado global. E, além disso, buscar alternativas para a redução das desigualdades, através das políticas públicas.

No entanto, o conceito de desenvolvimento regional é utilizado para delimitar e circunscrever um fenômeno de maneira a permitir diferenciá-lo dos outros, dando-lhe unicidade e especificidade, ou seja, cada região tem suas características próprias e estas devem ser potencializadas pelo desenvolvimento.

Assim, o desenvolvimento regional pode ser definido como um processo de mudança social que visa o progresso de uma região, de uma comunidade ou de cada um de seus indivíduos.

Segundo as teorias econômicas clássicas (Rostow) uma das pré-condições para que ocorra o desenvolvimento regional é a existência de um processo de crescimento econômico (renda e produtividade). Além disso, é preciso um crescente processo de

autonomia regional de decisão, ou seja, definir o estilo de desenvolvimento próprio de cada região, utilizando assim políticas específicas. Também, é preciso uma crescente capacidade regional para apropriar parte do excedente econômico ali gerado e revertê-lo para a região, a fim de diversificar a base econômica e conferir sustentabilidade no longo prazo a seu crescimento.

Teorias atuais salientam também a necessidade de um crescente movimento de inclusão social, que leve a uma distribuição mais igualitária da renda e uma maior participação da população nas decisões de competência da região. Associado a isto é necessário um crescente processo de conscientização e mobilização social, a fim de proteger o ambiente e maximizar a utilização dos recursos naturais disponíveis. Por último, é importante para o desenvolvimento regional o processo de identificação da população com sua região.

Também, é através dos conceitos já citados que se pode fazer uma investigação mais voltada a área social, relativizando um pouco a visão da economia na qual os números seriam a solução para todos os problemas. Há que se admitir que os números revelam uma grande parcela do que está acontecendo, mas não são suficientes para mostrar a situação do bem-estar social de uma população.

A importância de trabalhar com conceitos de desenvolvimento e relacioná-los à redução das desigualdades é, talvez, mostrar uma face mais humana da economia, ou seja, mostrar que economia não é apenas feita de modelos matemáticos, curvas, cálculos, mas sim, serve para buscar alternativas a fim de amenizar os problemas sociais.

Pode-se, através do desenvolvimento econômico, mostrar que não basta apenas ocorrerem mudanças em que a base é o aumento da produtividade (muito relacionado ao crescimento econômico), mas mostrar que o desenvolvimento pode promover mudanças de ordem humana, ou seja, fazer com que o homem seja o objeto de transformação de sua sociedade.

Porém, as políticas a serem aplicadas nas regiões devem respeitar alguns critérios, sendo um deles a formação sócio-econômica. Isto porque as regiões tiveram formações sócio-econômicas diferentes, além de situarem-se em locais diferentes, com clima, vegetação e solo diferenciados, e porque foram colonizados por povos diferentes que ali desenvolveram uma cultura própria com características distintas.

É importante reconhecer a existência de diversidade espacial, na forma como se manifestam os fenômenos sociais e econômicos, sendo que uma análise global torna-se muitas vezes insatisfatória, do mesmo modo não faz sentido a definição de políticas globais que não tenham claro a diversidade da evolução econômico-social através dos fatos que apresentam e dos fenômenos manifestados.

Assim, se os benefícios do desenvolvimento visam atingir a todos os indivíduos, então a distribuição espacial destes benefícios deve ser levada em conta na análise e adoção de políticas. Portanto, não pode ser dispensada a sondagem e localização acerca dos recursos e atividades, ou seja, verificar se há recursos naturais e atividades humanas alocados adequadamente, e é preciso otimizar tanto recursos quanto atividades para que, de fato, os benefícios alcancem às populações de modo cada vez mais equânime.

Portanto, a análise sócio-econômica regional é importante para o desenvolvimento, que se refere a um conjunto de estrutura complexa e se traduz nas diversidades das formas sociais e econômicas, além de buscar beneficiar a todos os indivíduos através de políticas que sejam adequadas a especificidade de cada local, dando preferência a satisfação das carências regionais e proporcionando a esta uma participação maior no mercado global.

Deste modo, este trabalho apresenta em seu primeiro capítulo os principais dados históricos, culturais, físico-naturais e aspectos relacionados a formação econômica da região do Vale do Rio Pardo a fim de explicar e identificar as características sociais e econômicas do Vale do Rio Pardo. No segundo capítulo são apresentados os aspectos antropológicos, ou seja, como a população foi ocupando os espaços ao longo da colonização da região e transformando.

O capítulo três constitui-se da abordagem das diferentes teorias que vão dar a base a esta pesquisa. Nesse capítulo faz-se referência às teorias do desenvolvimento e do crescimento, bem como do desenvolvimento desigual e aborda a visão de diversos autores sobre as condições de vida da população, as teorias sobre pobreza. São enfocados ainda aspectos relacionados aos indicadores econômicos e sociais da região.

O referencial metodológico que compreende o método e as técnicas da pesquisa realizada, bem como os indicadores utilizados, sua metodologia e as fontes pesquisadas, será abordado no capítulo quatro.

Logo a seguir, no capítulo cinco, são apresentados os indicadores de desenvolvimento econômico, fazendo uma análise sobre a distribuição de renda na

região e a participação dos setores agrícola e industrial no processo de desenvolvimento do Vale do Rio Pardo. Este capítulo compreende também uma análise dos indicadores sociais, na tentativa de medir a qualidade de vida das populações que residem na região. Como complemento desta análise é feita uma comparação entre os indicadores de desenvolvimento econômico e social a fim de verificar a desigualdade no processo de desenvolvimento regional.

Por fim, as considerações finais têm por objetivo mostrar as características e fatores da desigualdade no Vale do Rio Pardo e qual a influência no processo de desenvolvimento da região.

1 ASPECTOS HISTÓRICOS, CULTURAIS E NATURAIS DA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO

1.1 Alguns aspectos conceituais

Segundo Lobato (1997), o termo região deriva do latim *regio*, que se refere a unidade político territorial em que se dividia o império romano. A raiz da palavra está no verbo *regere*, governar, o que atribui à região, em sua concepção original, uma conotação eminentemente política. Este termo passou a designar uma dada porção de superfície terrestre, que por determinados critérios era reconhecida como diferente de outra porção.

Ao longo da história do pensamento geográfico o conceito de região vem sendo utilizado não somente por geógrafos como também por pesquisadores de diversas áreas que utilizam-se deste conceito em suas pesquisas e discussões.

Desde o início do último quartil do séc. XIX até aproximadamente 1970, três concepções foram estabelecidas entre os geógrafos para designar região:

- a) região apoiada em aspectos da natureza;
- b) região como paisagem cultural;
- c) região como criação intelectual.

A região natural é concebida como uma porção da superfície terrestre identificada por uma específica combinação de elementos da natureza, como, o clima, a vegetação e o relevo, combinação que irá representar a paisagem natural específica de cada lugar.

A segunda concepção, onde região é vista como a área de ocorrência de uma mesma paisagem cultural, é uma reação à matriz positivista que sustentava a concepção de região natural. A região agora passa a ser entendida como um processo de transformação da paisagem natural para a cultural.

A terceira concepção refere-se a região como uma criação intelectual, criada a partir de seus propósitos específicos, ou seja, pode-se identificar uma região climática, uma região industrial, uma região nodal ou outra forma diferenciada de região de acordo com os propósitos de cada pesquisador.

Pode-se então conceituar **região** a partir destas concepções relacionadas por Lobato (1997), como sendo uma classe de área, isto é, um conjunto de unidades de área, como, por exemplo, um grupo de municípios, que apresenta grande uniformidade interna e grande diferença em face de outros conjuntos.

Conforme Anne Gilbert *apud* Lobato (1997), existem três conceitos de região que foram desenvolvidos e utilizados nas análises após 1970. O primeiro refere-se a região como uma resposta aos processos capitalistas, sendo entendida como organização espacial dos processos sociais associados ao modo de produção capitalista. O segundo, faz parte da identificação regional, ou seja, um conjunto específico de relações culturais entre um grupo e lugares particulares; uma apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo; um elemento constituinte de uma identidade. O terceiro conceito refere-se a região como meio para interações sociais.

Então, Lobato (1997), conclui sua análise afirmando que região, esta particularidade dinâmica, desafia os geógrafos em sua tarefa de tornar inteligível a ação humana no tempo e no espaço.

Já para Santos (1992), região é o *locus* de determinadas funções da sociedade total em um momento dado, ou seja, a cada momento histórico a região ou subespaço do

espaço nacional total, aparece como o melhor lugar para a realização de um certo número de atividades.

Para Lopes (1995), alguns autores dizem ser a região uma entidade real, objetiva, concreta, que pode ser facilmente identificada, quase que uma região natural; para outros não é mais do que um artifício para classificação, uma idéia, um modelo. No entanto, Boisier (1999), afirma que uma região deve ser construída socialmente, a partir de laços comuns, de identidade que expressem a cultura, a economia e a política regional.

Portanto, **região** tem diversos conceitos, porém de uma maneira ou de outra cada autor acaba incluindo noções naturais ou ambientais (relevo, clima, vegetação), econômicas, sociais e culturais, observando também aspectos históricos que deram origem e especificidade a cada região.

Assim, no contexto deste trabalho considera-se como região uma porção do espaço com características naturais específicas que ao longo de seu processo de formação histórico-cultural foi configurando uma identidade regional própria.

1.2 Aspectos físico-naturais da região do Vale do Rio Pardo

A região do Vale do Rio Pardo geologicamente é formada por domínios de idades, características petrográficas, estruturais e evolutivas diversas, sendo eles: o Escudo Sul-Riograndense, a bacia Sedimentar do Paraná e os depósitos cenozóicos. O Escudo Sul-Rio-grandense localiza-se na região meridional do vale e é constituído de uma grande complexidade litológica, com predominância das rochas intrusivas antigas (granito), rochas metamórficas e resíduos de rochas sedimentares. A bacia Sedimentar do Paraná abrange a maioria dos municípios desta região, sendo uma área principalmente de planaltos. E, os depósitos cenozóicos são encontrados nas várzeas dos rios Pardo, Pardinho e Jacuí (ver Collischonn, 2001).

Neste contexto, a região do Vale do Rio Pardo, aqui entendida como região natural, é concebida como uma porção de superfície identificada a partir de elementos da natureza e formada por grandes unidades geomorfológicas, abaixo relacionadas:

- a) o Planalto das Araucárias
- b) a Depressão Central Gaúcha e,
- c) o Planalto Sul-Riograndense

O Planalto das Araucárias é formado por terras altas das cabeceiras de drenagem dos rios, com altitudes acima de 600m. Os relevos da região serrana que possuem altitudes de 100 à 600m estão localizados na parte setentrional do vale. As maiores altitudes são encontradas no extremo norte da região.

A Depressão Central Gaúcha, o segundo tipo de formação geomorfológica, corresponde a terras que possuem altitudes que variam entre 17 e 100m, dominada por coxilhas em confluência com as planícies de aluvião dos rios Pardo, Jacuí e seus afluentes.

E, o terceiro tipo de formação é o Planalto Sul-Riograndense, de relevo intensamente dissecado em forma de colinas e algumas cristas. Os solos são pouco profundos, em geral cascalhentos e de baixa fertilidade natural.

Portanto, a região do Vale do Rio Pardo possui uma formação topográfica (relevo) diferenciada em três tipos de formação geomorfológica, apresentando, desta maneira, variações entre formas suaves e íngremes.

Com relação a vegetação da região há um predomínio dos campos nativos no espaço que compreende a região central e sul do Vale do Rio Pardo, área de formação geológica constituída pela Depressão Periférica Central e do Planalto Sul Rio-grandense. Já nas margens dos rios, arroios e córregos aparece um tipo particular de formação vegetal – as matas galerias ou matas ciliares, que também podem ser encontradas na região norte do vale. E, na encosta da serra encontra-se o pinheiro (*Araucária angustifolia*) associado a floresta ambrófila decidual.

Conforme Strahler *apud* Collischonn (2001) a região do Vale do Rio Pardo está inserida numa zona de clima subtropical sul. As estações de primavera e verão são afetadas por uma massa tropical marítima que é quente, úmida e instável e responsável por altas temperaturas associadas a elevados teores de umidade nos meses de janeiro e fevereiro. Nas estações de outono e inverno, a massa polar marítima é responsável por abundantes precipitações hibernais, ocorrendo após a passagem da frente temperaturas baixas e tempo estável.

A altitude na região do Vale do Rio Pardo é responsável pela variação climática sendo que as médias de temperatura diminuem para norte, acompanhando o aumento das altitudes. As chuvas são as variáveis climáticas que mais influenciam na qualidade do meio físico-natural, tendo reflexos nas atividades agrícolas e urbanas. Embora a região seja de clima subtropical úmido, apresenta estágios anuais de racionamento de

água e enchentes. A região é sujeita a ‘eventos de risco’ como enchentes e vendavais, relacionados às condições atmosféricas e de complexidade e diversidade quanto a frequência com que ocorrem.

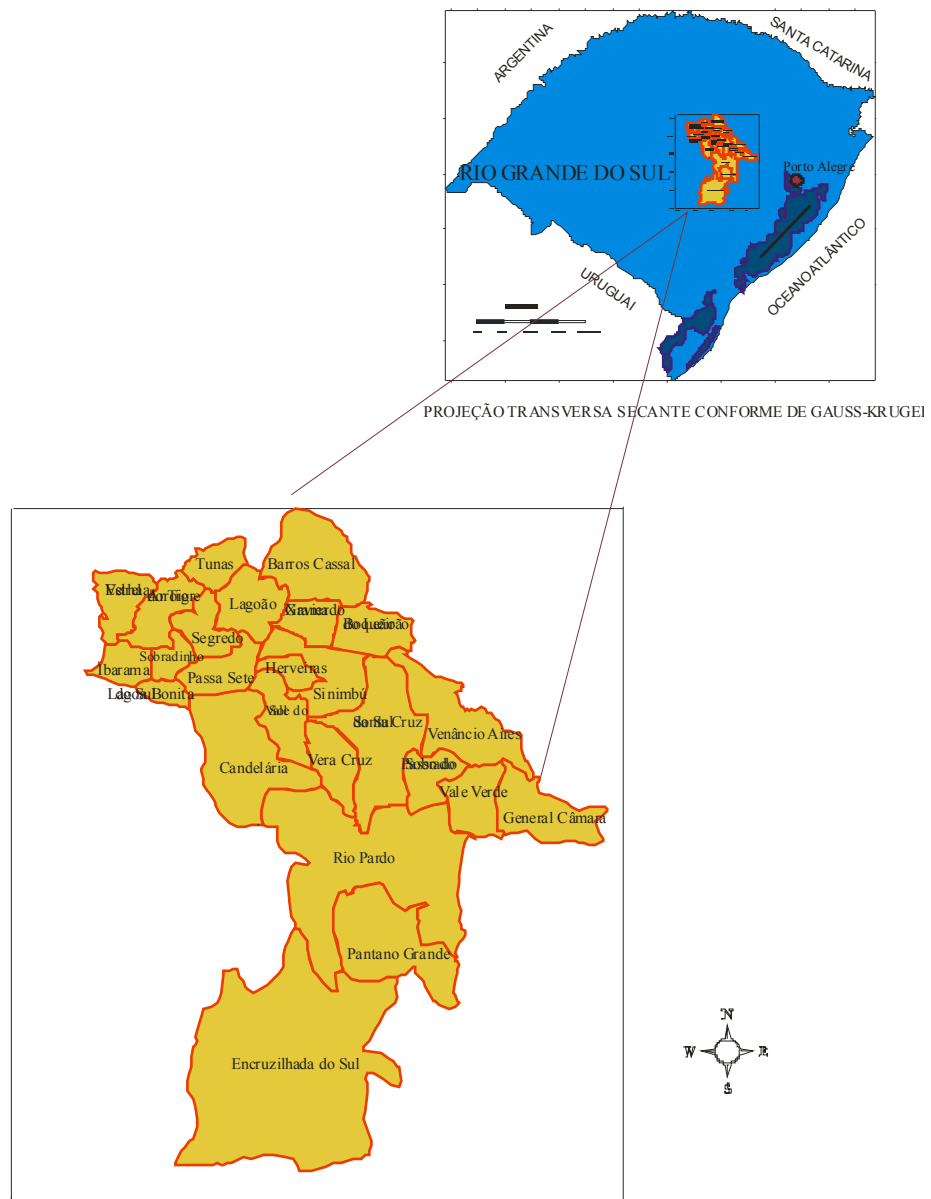
Enfim, a região em estudo - Vale do Rio Pardo - está geograficamente situada na porção centro-oriental do Estado do Rio Grande do Sul, e leva o nome do afluente do rio Jacuí, que percorre quase todos os municípios da região (ver Figura 1). O Vale do Rio Pardo apresenta um baixo grau de homogeneidade, principalmente no que diz respeito ao aspecto físico-geográfico. No aspecto identidade regional a produção do tabaco, resultado antrópico da específica produção vegetal da região, diferencia este espaço de todas as demais regiões do Estado.

1.3 A formação econômico-social da região do Vale do Rio Pardo

A formação econômico-social da região do Vale do Rio Pardo encontra sua origem na formação econômica e social do município de Rio Pardo, um dos mais antigos espaços de ocupação e domínio português da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul¹. A origem da cidade de Rio Pardo estava vinculada aos interesses de expansão dos portugueses em terras ao sul do Brasil. Eles então fundaram a fortaleza Jesus-Maria-José na confluência dos rios Jacuí e Pardo, dando origem à cidade de Rio Pardo que tinha como função a defesa dos interesses e a consolidação das conquistas e domínios portugueses no interior da região sul da colônia.

¹ Após a Independência do Brasil, passou a se chamar de Província do Rio Grande do Sul e, a partir da proclamação da República, passa a se chamar Estado do Rio Grande do Sul.

Figura 1- Localização do Vale do Rio Pardo no Estado do RS



LABORATÓRIO DE GEOPROCESSAMENTO - UNISC

Na região do Vale do Rio Pardo os primeiros habitantes eram índios da tradição Umbu, que localizavam-se em áreas próximas aos vales dos rios Jacuí e Pardo. Também

habitavam a região índios da tribo kaingangue, localizados nas partes mais elevadas da encosta e do planalto, bem como charruas, que habitavam as áreas de campo.

Segundo alguns registros históricos, em torno de 1630, os índios exploravam a erva-mate (na Serra do Botucaraí, encontrava-se ervais nativos) e cultivavam trigo e milho, além de criarem porcos, cabras e ovelhas. No ano de 1634, no entroncamento dos rios Pardinho e Pardo, os padres e guaranis cristianizados iniciaram o plantio de roças e a criação de gado. Em 1724 no Vale do Rio Pardo encontram-se fazendas de criação de gado e, em 1787 a região destaca-se por ser a maior produtora de gado no RS (ver Vogt, 2001).

Na formação da região é importante destacar a presença dos comerciantes, contribuindo para o desenvolvimento inicial de Rio Pardo, que até 1780 desempenhava um papel essencialmente militar e experimenta a partir de então um período de grande desenvolvimento econômico, proporcionado pela expansão da agricultura e da pecuária e pelo desenvolvimento da atividade mercantil, tornando-se assim um importante entreposto comercial. Assim, em 1809, Rio Pardo foi elevada à categoria de sede municipal.

Desta forma, até meados do século XIX, a cidade de Rio Pardo foi importante centro de distribuição de mercadorias. No entanto, a partir desta época passa por um período de estagnação, deixando de ter importância econômica e militar no Estado.

Portanto, o município de Rio Pardo foi importante na formação sócio-econômica do Rio Grande do Sul, de uma maneira geral e na formação regional em especial, pois dele se originaram outros municípios. Como centro de comércio e trabalho, era de Rio Pardo que partiam as mercadorias para abastecer as terras recém-conquistadas. Rio Pardo foi um município onde se concentrou a força militar e econômica da região e, a partir dela que se originou o desenvolvimento capitalista de toda a região do Vale do Rio Pardo. A importância de Rio Pardo foi reduzindo a medida em que novos municípios foram surgindo, a medida que ocorreu a diversificação da economia e o capital acumulado com o comércio passou a ser distribuído entre os novos municípios da região.

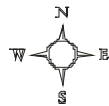
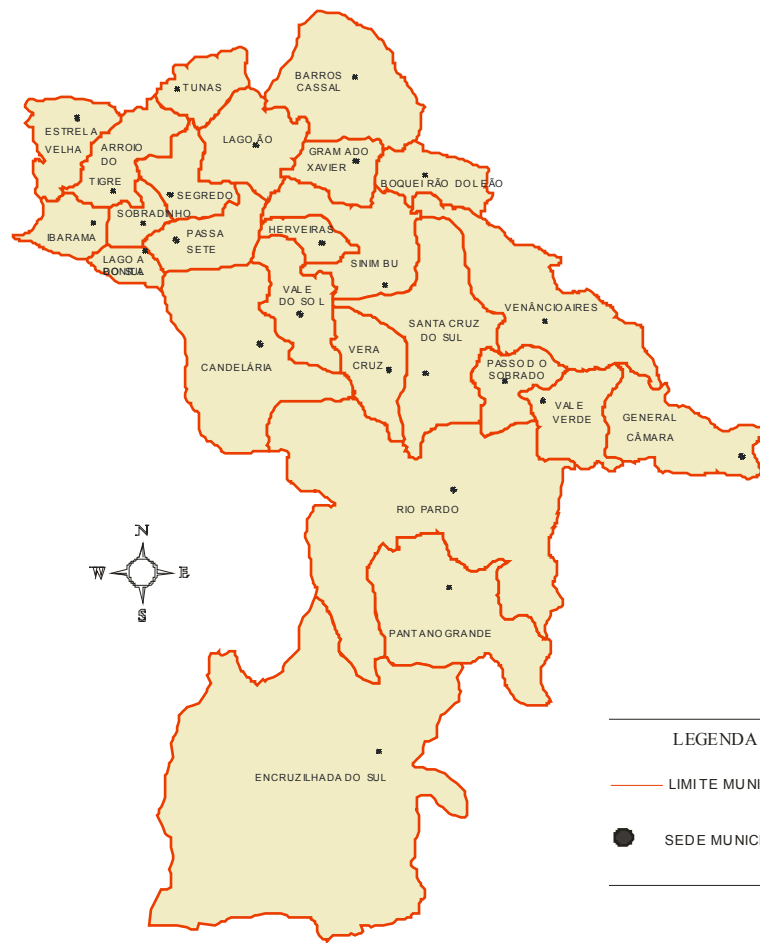
No ano de 1847, em área pertencente ao município de Rio Pardo, criou-se a primeira colônia de imigrantes dirigida pela Província de São Pedro, a Colônia de Santa Cruz, ocupada em 1849 principalmente por imigrantes de origem alemã. Estes imigrantes se dedicaram à agricultura (policultura), em contraste com Rio Pardo que

tinha como principal atividade econômica a criação de gado. A colônia de Santa Cruz passou a especializar-se na produção de fumo, diferenciando a produção das demais colônias a fim de tornar-se competitiva no mercado gaúcho. E, também pelo fato de não estar situada próxima a um rio navegável, os colonizadores optaram por um produto de fácil transporte e cujo rendimento era maior se comparado ao milho, feijão, batata, etc. Também em meados do século XIX, paralelo a atividade agrícola, iniciou-se em Santa Cruz do Sul um importante processo de industrialização, que se consolidou nas décadas seguintes.

Desta maneira, a imigração alemã deu origem a municípios da parte central do Vale do Rio Pardo, influenciando a cultura principalmente de Santa Cruz do Sul, Candelária, Vale do Sol, Vera Cruz, Passo do Sobrado, Vale Verde e Sinimbu. Já nos municípios de Boqueirão do Leão, Gramado Xavier, Ibarama, Sobradinho e Arroio do Tigre há um predomínio da população de origem italiana. Tunas, Lagoão e Herveiras contam com uma população de origem luso-brasileira, bem como, os municípios de Encruzilhada do Sul, Rio Pardo, Pântano Grande e General Câmara, nos quais a conquista portuguesa deixou como herança o latifúndio, a criação extensiva do gado e a escravidão.

Atualmente, conforme regionalização do Conselho Regional do Vale do Rio Pardo (COREDE-VRP) esta região é formada por 25 municípios: Arroio do Tigre, Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Gramado Xavier, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Lagoão, Pântano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz, totalizando uma área de aproximadamente 14.349,3 km².

Figura 2 – COREDE Vale do Rio Pardo – Localização dos Municípios



LEGENDA

- LIMITE MUNICIPAL
- SEDE MUNICIPAL

ESCALA



PROJEÇÃO TRANSVERSA SECANTE CONFORME DE GAUSS - KRUGER

LABORATÓRIO DE GEOPROCESSAMENTO - UNISC

Pode-se classificar o Vale do Rio Pardo a partir da configuração do relevo regional, em três sub-regiões distintas, sendo elas: **central**, localizada na Depressão Periférica Central e formada pelos municípios de Herveiras, Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol, Venâncio Aires e Vera Cruz; **norte**, situada na área de abrangência do Planalto Arenito Basáltico e constituída pelos municípios de Arroio do Tigre, Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Estrela Velha, Gramado Xavier, Ibarama, Lagoão, Lagoa Bonita do Sul, Passa Sete, Segredo, Sobradinho e Tunas e **sul**, abrangendo a área do Planalto Sul-riograndense e formada pelos municípios de Candelária, Encruzilhada do Sul, General Câmara, Pântano Grande, Passo do Sobrado, Rio Pardo e Vale Verde.

Localizados no Escudo Sul-Riograndense encontram-se os municípios de Encruzilhada do Sul e Pântano Grande, que não se localizam na bacia hidrográfica do Rio Jacuí, mas estão ligados à região por questões político-administrativas.

Na porção norte da região preponderam áreas de floresta nativa e terrenos íngremes, encontra-se uma zona de policultura com fisionomias variadas, com cultivos anuais e perenes, principalmente o cultivo do fumo. Nas porções central e sul aparecem os campos nativos com presença de grandes propriedades, cultura do arroz (irrigada), do trigo e predomínio da soja. E, bem ao sul da região do Vale do Rio Pardo predominam as pastagens extensivas.

Para Collischonn (2001) as primeiras povoações da região do Vale do Rio Pardo estão intimamente relacionadas com as condições hidrográficas, geológicas ou fisiográficas. Isto significa considerar a forma do espaço natural como uma das variáveis na formação do espaço humano, juntamente com os fatores sociais, históricos, biológicos e psicológicos que definiram a formação desta região.

Por fim, pode-se afirmar que a região do Vale do Rio Pardo em sua formação tanto social, política e administrativa quanto na formação natural possui grande diversidade, o que num primeiro momento pode ser apontado como um dos fatores que contribuíram para as prováveis desigualdades existentes na região.

Conforme Klarmann (1999), a sub-região norte é caracterizada pelo predomínio da pequena propriedade, com uma população constituída por descendentes de alemães, italianos e luso-brasileiros e com sérios problemas relativos as alternativas econômicas que agreguem valor à produção do minifúndio; no centro encontra-se o pólo industrial e comercial de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz e no sul há o predomínio

das médias e grandes propriedades, com atividades agropastoris (pecuária e orizicultura) e com baixa densidade demográfica.

2 ASPECTOS ANTROPOLÓGICOS DA FORMAÇÃO DO VALE DO RIO PARDO

Neste capítulo será analisada a dinâmica e a estrutura atual da população do Vale do Rio Pardo na década de 90. Na análise da desigualdade regional a população é um dos fatores mais importantes, pois está envolvida diretamente com o desenvolvimento histórico-cultural e econômico-social. Sob vários aspectos a formação de uma região está ligada a fatores como: constituição e distribuição da população em suas sub-regiões, tipo de população responsável pela colonização, entre outros. É sabido que a região do Vale do Rio Pardo tem predominância de colonizadores de origem alemã e a este fato se atribui uma grande parcela de responsabilidade no desenvolvimento regional.

Conforme Silveira e Hermann (2001) historicamente as cidades de Rio Pardo, Encruzilhada do Sul e General Câmara (na parte sul do VRP), Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Candelária (na parte central) e Sobradinho (no norte) são núcleos urbanos importantes na formação da rede urbana regional. Cabe mencionar que os principais determinantes do povoamento da região foram as necessidades e estratégias militares de ocupação territorial.

Além disso, as cidades da região do Vale do Rio Pardo, principalmente na porção central, tiveram sua origem na colonização alemã. Os núcleos originais têm como características o fato de terem surgido ao longo de caminhos, junto a encruzilhadas, em um vale ou junto de uma capela. Na colônia de Santa Cruz (1849), a partir de 1855 teve início a concessão de lotes urbanos, no entanto, devido ao crescente processo de urbanização, em 1859, elevou-se a categoria de freguesia e em 1877 à condição de vila.

A atividade fumicultora foi importante no povoamento do município de Santa Cruz do Sul, por se tratar da principal atividade econômica, ligando a produção do fumo na zona rural com o beneficiamento industrial na cidade, tendo em Rio Pardo seu principal entreposto comercial entre a capital e as localidades da fronteira.

Já na porção norte, os municípios tiveram colonização mais recente e diferenciada dos demais, principalmente por receberem imigrantes de origem italiana, citando como exemplo, o município de Sobradinho.

2.1 Dinâmica Populacional

A Tabela 1 apresenta a distribuição da população nos municípios existentes na região do Vale do Rio Pardo no período de 1900 até 1970. Estes dados demonstram de forma sucinta a mobilidade populacional e como se processou a ocupação regional.

Conforme dados do Censo de 1900, não havia naquela época separação entre população urbana e rural, isto pelo fato da existência de poucos municípios e predominância de vilas e distritos. Assim, no ano de 1900 os dados são apenas da população total. A partir do Censo de 1920 a contagem já considerava a população urbana e rural.

A partir dos dados do Censo de 1950, constata-se que predomina a população rural nos municípios do Vale do Rio Pardo: 81% do total da população da região encontrava-se no meio rural enquanto que no Estado este percentual era de 66%. Os dados do Censo de 1970 revelam que neste ano 72% da população da região ainda permanecia no meio rural enquanto que no Estado já se apresentava uma situação mais equilibrada entre população rural e urbana, ou seja, 47% e 53%, respectivamente.

Tabela 1 – Distribuição da população rural-urbana nos municípios do VRP entre 1900/1970

Os dados referentes ao período de 1900 a 1970 revelam uma baixa mobilidade rural – urbana no Vale do Rio Pardo pelo fato de não haver neste período grandes pólos urbanizados e industrializados que pudessem atrair populações rurais para áreas urbanas.

Os dados da Tabela 1 revelam ainda diferentes dinâmicas de crescimento entre a população total do Rio Grande do Sul e do Vale do Rio Pardo: entre 1900 e 1950 a taxa média anual de crescimento populacional no RS foi de 5,25% ao ano enquanto que no VRP essa taxa era de 3,28%. Estes dados evidenciam que no período citado a região do Vale do Rio Pardo teve um dinamismo populacional bem menos acentuado do que o verificado no RS.

No período entre 1950 e 1970 a dinâmica de crescimento se inverte: no VRP a taxa média anual de crescimento populacional é de 3,48% enquanto que no Estado a taxa é de 3,00% o que revela que no período em questão o VRP tem maior atratividade.

No período seguinte (1970-1990) o crescimento populacional no Vale do Rio Pardo estagna novamente em relação a taxa média de crescimento populacional do Estado: no VRP a população cresce a uma taxa média anual de 0,77% ao ano, enquanto no Estado do RS essa taxa é de 1,70% ao ano, evidenciando um novo período de estagnação populacional no Vale do Rio Pardo.

Finalmente, entre 1990 a 2000 as taxas médias anuais de crescimento populacional do RS e do VRP se estabilizam no mesmo nível: 1,3% ao ano, indicando uma tendência de harmonização da dinâmica populacional.

2.2 Estrutura Atual

Analisando os dados constantes na Tabela 2 pode-se observar, no período em análise (1990-2000), os seguintes aspectos em relação à mobilidade populacional da região.

Tabela 2- Distribuição da população rural e urbana dos municípios do VRP (1990-2000)

Em primeiro lugar podemos verificar uma migração gradual da população rural para o meio urbano. Entre 1990 e 2000, com exceção do município de Boqueirão do Leão, onde a distribuição da população rural e urbana não se alterou, todos os demais municípios apresentaram uma redução do percentual de população rural: no total a população do VRP passou de 195.069 habitantes (ou 51%) para 179.748 habitantes (42%).

Observa-se que as cidades de maior concentração urbana no ano de 2000 são Santa Cruz do Sul, Pântano Grande, Rio Pardo, Encruzilhada do Sul, Venâncio Aires e General Câmara. Os dados revelam ainda que, com exceção de Sinimbu e Passo do Sobrado, que no período de 1996 a 2000 não tiveram alterações consideráveis na sua população urbana e rural, nos demais municípios a população urbana aumentou no período de 1990 a 2000.

Na análise da Tabela 2 é necessário salientar que em alguns municípios houve uma redução considerável de sua população rural, por exemplo: Sobradinho a população rural reduziu em 24% no período de 1990 a 2000, e Santa Cruz do Sul, onde o

percentual de pessoas na zona rural reduziu em 21%. Segue-se o município de Arroio do Tigre com um percentual de 19%, General Câmara com 17% e Encruzilhada do Sul com 15% de redução da população rural. Os demais municípios têm taxas que variam de 4% até 14% de redução de população rural. Estes dados revelam um deslocamento das populações da zona rural para a urbana, com percentuais bastante elevados em alguns dos municípios da região do Vale do Rio Pardo.

Também é possível observar que no município de Sobradinho a partir de 1996 ocorre uma elevação nos percentuais referentes ao número de habitantes no meio urbano, chegando a 71% de sua população total em 2000 estar residindo na zona urbana. Isto se deve ao fato de haver em Sobradinho incentivos e projetos por parte da Prefeitura Municipal para a instalação de agroindústrias e outras empresas (setor de couro, calçados, extração de óleos), fatores que atraíram a população rural.

Para Stülp (2001), a migração populacional das áreas rurais para urbanas, ocorrida na região do Vale do Rio Pardo vem acompanhada da redução nas áreas plantadas em favor do aumento das áreas de pastagens naturais e matas.

O processo de migração do meio rural para a cidade ocorre devido a fatores como a busca por melhoria nas condições de vida, aumento da renda, procura por emprego, melhor acesso à saúde e educação. Atualmente, o que se observa é que o agricultor vai para a cidade com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de sua família e o que encontra, na maioria das vezes, é desemprego, más condições de saúde, falta de moradia, ou seja, a situação fica até pior do que a do meio rural.

Segundo Silveira e Hermann (2001) a migração campo-cidade se dá principalmente devido a alguns fatores: o primeiro é a estagnação da estrutura fundiária da região associada à concentração fundiária e o segundo fator que contribui para a expulsão do colono do meio rural é a dinâmica da economia de algumas cidades. É também importante citar que a modernização agrícola contribui para a migração rural-urbana.

Outro aspecto relacionado a Tabela 2 revela uma forte concentração populacional no meio rural nos municípios da região norte do Vale do Rio Pardo. Enquanto isso, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, municípios da região central, possuem um número maior de pessoas residindo em áreas urbanas: a população urbana destes dois municípios juntos representa quase a metade da população urbana de toda a região, o que denota uma grande concentração demográfica.

Analisando o total da população da região do VRP observa-se que os habitantes do meio rural (58%) predominam em relação a população urbana (42%) no período analisado. O contrário é observado a nível estadual, onde em 2000 82% da população residia na zona urbana e apenas 18% na zona rural.

Desta maneira, é possível deduzir que a maioria dos municípios da região ainda dependem da agricultura, tendo como exceções municípios onde concentram-se as indústrias de beneficiamento de fumo: Vera Cruz, Rio Pardo, Venâncio Aires e, principalmente, Santa Cruz do Sul.

A Tabela 2 revela ainda uma tendência à permanência da população do Vale do Rio Pardo no meio rural, isto porque a cultura do fumo é muito forte na região, mantendo assim uma parcela elevada da população no campo.

Em contraponto, para Silveira e Hermann (2001) a tendência do processo de urbanização da região do Vale do Rio Pardo deve-se aos seguintes fatores: o crescimento do índice de urbanização da região; a vinculação aos pequenos núcleos urbanos e a persistência de sua considerável representatividade na rede urbana regional; a continuidade do aprofundamento do processo de complexificação e de diferenciação do sistema urbano regional e o agravamento das desigualdades sociais e espaciais, à expansão da segregação e da exclusão social inerentes às atuais lógica e dinâmica do processo de reprodução do espaço urbano nas cidades da região, em especial nas maiores cidades.

A Tabela 2 demonstra também que no período de análise ocorreram movimentos populacionais, que, por um lado, são explicados pela migração rural-urbana e, por outro lado, devem-se também aos processos emancipatórios de distritos.

Um segundo item a ser analisado a respeito dos aspectos populacionais da região do Vale do Rio Pardo é a densidade demográfica, ou seja, a concentração populacional nos municípios que compõem esta área. A densidade demográfica é, também, consequência de atividades econômicas desenvolvidas nas micro-regiões e está melhor relacionada com as oportunidades e expectativas da população.

A Tabela 3 apresenta a densidade demográfica que se verifica nos municípios do VRP durante o período analisado.

Os números revelam que há uma grande desigualdade na distribuição da população na região do Vale do Rio Pardo: ocorre grande densidade populacional nos municípios de Santa Cruz do Sul (174,66 hab/km²), Sobradinho (68,62 hab/km²),

Venâncio Aires (80,96 hab/km²) e Vera Cruz (70,07 hab/km²) em contraposição a Encruzilhada do Sul, por exemplo, com apenas 7 habitantes por km² em 2000.

Os demais municípios mantêm-se em uma média entre 10 e 40 habitantes por km², muito próximas a média do Estado do Rio Grande do Sul, que em 2000 registrava 36,10 habitantes por km².

Tabela 3 – Densidade Demográfica dos municípios do VRP entre 1990-2000

Municípios	Área (Km²)	1990	1995	2000
Arroio do Tigre	314	49,62	49,73	38,90
Barros Cassal	647	20,61	18,38	17,50
Boqueirão do Leão	274	26,68	27,76	28,51
Candelária	939	29,68	30,13	31,40
Encruzilhada do Sul	3.419	6,31	6,60	7,00
Estrela Velha	283	-	-	13,03
General Câmara	494	23,40	22,74	17,67
Gramado Xavier	216	-	16,44	16,97
Herveiras	119	-	-	24,86
Ibarama	195	26,20	25,18	22,84
Lagoa Bonita do Sul	-	-	-	-
Lagoão	384	15,50	15,03	15,87
Pantano Grande	847	11,73	12,19	12,96
Passa Sete	303	-	-	15,31
Passo do Sobrado	280	-	19,31	19,87
Rio Pardo	2.185	19,57	17,29	17,29
Santa Cruz do Sul	616	188,35	160,12	174,66
Segredo	248	28,30	27,55	27,87
Sinimbu	507	-	25,97	20,13
Sobradinho	238	84,16	84,83	68,62
Tunas	218	20,20	20,23	19,77
Vale do Sol	330	-	31,45	32,00
Vale Verde	334	-	-	9,14
Venâncio Aires	756	72,50	74,43	80,96
Vera Cruz	304	57,76	63,99	70,07
Total do VRP	14.450	26,35	27,29	29,89
Total do RS	282.062	31,70	33,82	36,10

Fonte: FEE, 2000 e IBGE, 2000

Estas desigualdades de ocupação do espaço devem-se geralmente, às condições físicas do município (relevo e vegetação) e, sobretudo, aos aspectos econômicos, os quais influenciam a população a se deslocarem para municípios onde há a expectativa

de que as condições de sobrevivência sejam mais fáceis (emprego, saúde, moradia, educação). Portanto, explica-se a concentração populacional em municípios como Santa Cruz e Venâncio Aires pelo fato de nestes municípios estarem instalados os complexos fumageiros da região, que absorvem boa parte da mão-de-obra disponível.

3 A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

3.1 Caracterização do desenvolvimento regional

Brinkman (1995), analisando a questão conceitual de desenvolvimento se relacionara à literatura mais antiga que fazia uma distinção freqüente na qual crescimento se referia ao aumento quantitativo no PIB *per capita* e desenvolvimento envolvia mudanças qualitativas em instituições e estruturas.

Stiglitz (1998) afirma que os modelos de desenvolvimento dos anos sessenta viam este processo simplesmente como a solução de uma dinâmica programática complicada, que servia para melhorar a eficiência alocativa de recursos.

Conforme Siedenberg (2001b) na década de 80, quando o substantivo desenvolvimento começa a ser associado com adjetivos como humano, social, eco e sustentável reconfigurando o conceito com dimensões e relações até então ignoradas, o conceito passou a ocupar de novo um lugar de destaque nas políticas públicas, na mídia e em outras publicações.

O autor expõe a utilização do termo desenvolvimento da biologia, onde os conceitos de desenvolvimento, crescimento e evolução explicitam uma família de processos de mudanças distintos entre si no que diz respeito aos seguintes aspectos: como características das mudanças (qualitativa e quantitativa), as formas como ocorrem as mudanças e os seres ou objetos que estão submetidos a estas mudanças. Desta forma, o conceito de crescimento é o aumento ou a ampliação daquilo que já existe e o desenvolvimento ocorre quando há uma transformação de habilidades individuais pré-

existentes.

Portanto, o autor afirma que a condição básica para que ocorra o desenvolvimento sócio-econômico é o acionamento de mecanismos correspondentes, ou seja, enquanto não ocorrerem processos de apropriação e incorporação, de aferição e adaptação e de escolha e mudança, não haverá crescimento, não haverá desenvolvimento e não haverá evolução entre indivíduos e sociedades.

Stiglitz (1998), em palestra proferida no UNCTAD, Genebra afirma que “*o desenvolvimento representa uma transformação da sociedade, uma mudança das relações tradicionais, das maneiras tradicionais de lidar com a saúde e a educação, dos métodos tradicionais de produção, em favor de meios mais modernos*”. (p. 01).

Para Stiglitz (1998) o desenvolvimento promove mudanças que dão aos indivíduos e à sociedade maior controle de seu destino. O desenvolvimento é responsável pelo enriquecimento do indivíduo ao ampliar seus horizontes e reduzir seu senso de isolamento, reduzindo as aflições ocasionadas pela doença e pela pobreza, pelo aumento da expectativa e vitalidade da vida. Assim, uma estratégia de desenvolvimento deve ser direcionada a facilitar as transformações da sociedade, a identificar as barreiras, bem como os potenciais agentes catalisadores das mudanças.

Souza (1999), afirma que existe uma primeira corrente de economistas que trata do crescimento como sinônimo de desenvolvimento, porém, uma segunda corrente afirma ser o crescimento uma questão indispensável para o desenvolvimento, mas não suficiente. A terceira corrente diz ser o crescimento econômico uma simples variação quantitativa do produto, enquanto desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas. Porém, pode-se conceituar desenvolvimento como: "*crescimento econômico contínuo (g), em ritmo superior ao crescimento demográfico (g^*), envolvendo mudanças de estrutura e melhoria dos indicadores econômicos e sociais per capita*" (Souza, 1999, p.17).

É a partir do desenvolvimento econômico que ocorre o fortalecimento da economia nacional, ampliação da economia de mercado e aumento de produtividade. Além disso, a economia torna-se estável e diversificada, envolvendo progresso tecnológico e formação de capital. Há um aumento considerável do mercado interno nas economias proporcionando assim a redução dos bolsões de pobreza, elevando os níveis

salariais e a renda.

O desenvolvimento econômico, conforme Souza (1999), é precário nos países subdesenvolvidos, por estes terem uma grande dependência econômica, tecnológica e financeira do exterior, ou seja, de países mais desenvolvidos. Além disso, são países com altas taxas de inflação, baixo nível de renda, barreiras à entrada de capital externo, baixo investimento público em infra-estrutura, saúde, educação. Estes fatores refletem a situação econômica e social dos países revelando um crescimento insuficiente e a pobreza da maioria de sua população.

No entanto, para que se possa corrigir uma possível desaceleração no crescimento é preciso elevar a taxa de crescimento das economias mais pobres, elevando assim os indicadores de desenvolvimento, ainda que, na prática, nem sempre esta relação ocorra de modo tão direto. Tais indicadores são representados principalmente pela renda *per capita*, que por si só não é suficiente para determinar os diferentes níveis de desenvolvimento dos países ou regiões, devendo ser acompanhada por outros indicadores como, alimentação, expectativa de vida, educação, segurança, habitação, saúde, produção agrícola e industrial e qualidade de vida (meio-ambiente).

Em países pobres se faz necessário adotar medidas sérias para atacar a pobreza quando há grande concentração de renda e grande número de pessoas carentes. No entanto, o alto nível de renda nem sempre significa melhores índices de desenvolvimento, isto porque nem sempre a renda está bem distribuída e aplicada em áreas básicas como: educação, saúde, moradia.

Para Singer (1977), o crescimento é visto como um processo de expansão quantitativa, geralmente observado em sistemas relativamente estáveis dos países industrializados, ao passo que o desenvolvimento é encarado como um processo de transformações qualitativas dos sistemas econômicos que prevalecem nos países desenvolvidos, ou seja, é um processo de passagem de um sistema a outro.

Portanto, para o autor a definição de crescimento econômico, em seu sentido mais amplo é um aumento contínuo, no tempo, do Produto Nacional Bruto, em termos reais. Em seu sentido mais restrito, crescimento econômico seria o aumento do produto *per capita* no período considerado para análise. Já desenvolvimento econômico é um processo de transformação qualitativa da estrutura econômica de um país. Nesta definição se acham implícitos os fenômenos sócio-econômicos que o acompanham: transferência de grandes massas da população do campo para as cidades, constituição de

um parque industrial mais ou menos amplo, aumento da produtividade do trabalho, melhoria do padrão de vida tanto da população urbana como da rural e elevação do seu nível cultural. Assim, o crescimento econômico é um caso particular de desenvolvimento econômico.

Klering (1997), cita o relatório da “Brand Comission”, da ONU de 1980, que se referia ao desenvolvimento econômico como sendo mais do que a passagem da condição de pobre para a de rico, de uma economia tradicional rural para uma sofisticada, e, além disso, que o desenvolvimento carrega consigo não apenas a idéia da melhor condição econômica, mas também a de maior dignidade humana, mais segurança, justiça e equidade.

Para Amartya Sen *apud* Klering (1997) a prosperidade econômica não leva necessariamente ao enriquecimento da vida, citando o exemplo de países com elevados índices de Produto Interno Bruto e baixos indicadores de qualidade de vida. Para o autor, o desenvolvimento deve ser definido em relação ao que as pessoas podem e devem ser e fazer efetivamente. Assim, o desenvolvimento socialmente justo se apoiaria em três fatores: economia, saúde e educação.

Para Furtado (1977), um dos avanços da teoria do desenvolvimento está sendo uma percepção mais lúcida da história econômica recente. Isto porque, a significação dos fatores não econômicos no funcionamento e na transformação dos sistemas econômicos, bem como a importância do grau de informação dos agentes responsáveis pelas decisões econômicas, tornam-se cada vez mais evidentes.

A teoria do desenvolvimento, conforme Furtado (1977), tem-se preocupado quase exclusivamente com a dinâmica dos sistemas industriais. Uma análise das economias contemporâneas confirma que existe elevada correlação entre desenvolvimento e industrialização.

O crescimento do fluxo da renda que acompanha o desenvolvimento assume a forma de diversificação da procura, e uma das características desta diversificação é o aumento da procura por produtos manufaturados. Assim, a industrialização, não é uma simples resposta à diversificação da procura, mas exige um aumento de capital por unidade de fatores e acarreta assimilação do progresso técnico e melhora da qualidade do fator humano. Assim, com a industrialização aumenta a flexibilidade da estrutura produtiva.

Furtado (1977), afirma que o conceito de desenvolvimento pode ser igualmente

utilizado com referência a qualquer conjunto econômico no qual a composição da procura traduz preferências individuais e coletivas baseadas em um sistema de valores. Se o conjunto econômico apresenta estrutura simples (empresa ou setor produtivo especializado) é preferível utilizar o conceito de crescimento.

Assim, o conceito de desenvolvimento compreende a idéia de crescimento, superando-a. Ele se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa de mudanças individuais e da sociedade. Esta complexidade traduz as diversidades das formas sociais e econômicas.

Portanto, no contexto deste trabalho entende-se por desenvolvimento um processo abrangente e complexo que, associado ao crescimento econômico (aumento da renda e da produção), promove melhorias das condições sociais (saúde, educação, saneamento, habitação e preservação ambiental), ou seja, desenvolvimento como o acionador das mudanças individuais e coletivas das condições tradicionais da sociedade.

3.2 Teorias de crescimento regional

Perroux (1967) afirma que o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia.

Em uma economia subdesenvolvida existe uma fraca integração espacial e os altos custos de transporte dificultam a difusão dos efeitos de encadeamento do crescimento de uma região para a outra. A integração dos pólos de crescimento através dos transportes e das comunicações, passa a formar uma infra-estrutura de economia de mercado. Por outro lado, quando ocorrer um isolamento do pólo, isto irá dificultar o crescimento regional. Para que isso não ocorra as estruturas produtivas locais precisam ser diversificadas, além de serem implantadas atividades ligadas ao pólo principal. O crescimento através dos pólos ocorre pela integração entre as empresas da região, ou seja, as decisões sobre preço, quantidade, tecnologia de uma firma vão influenciar outra, afetando os seus processos de produção e seus lucros.

Um pólo de crescimento caracteriza-se pela indústria-motriz que, conforme Perroux (1967), promove o crescimento ao exercer efeitos de encadeamento entre os setores e regiões. Esta indústria se caracteriza por crescer a uma taxa superior à média;

por possuir inúmeras ligações de insumo-produto em seu meio (compras e vendas de insumos); por ser também uma indústria-chave e por constituir uma atividade inovadora. Uma indústria-chave é aquela que induz na totalidade de um conjunto, um crescimento de volume de produção global muito maior do que o crescimento do seu próprio volume de produção.

Para que um complexo industrial seja um pólo de crescimento, este deverá possuir uma indústria-motriz em seu meio. A presença de uma indústria-motriz gera o encadeamento entre as diversas firmas formadoras deste pólo além de produzir economias externas, ou seja, infra-estrutura, proximidade dos consumidores, mão-de-obra e serviços especializados. Ocorre também o aparecimento de indústrias satélites que vão abastecer a indústria-motriz, além de expandir a área industrial a fim de atender a demanda final; o crescimento do pólo proporciona investimentos, melhoria na infra-estrutura, o que gera novas economias externas e melhora o fluxo de comercialização dos bens, serviços, fatores e informações.

A teoria dos pólos de crescimento, segundo Souza (1997), apresenta, portanto, pontos comuns com a teoria da localização, uma vez que o crescimento ocorre de forma localizada. A relação que existe entre estas teorias é a presença das economias de aglomeração, que são geradas nos pólos urbano-industriais e resultam da interação entre as atividades do pólo e as economias externas. A partir desta relação surgem a concentração industrial e os complexos industriais, que se formam em função das vantagens locacionais naturais. Assim, um pólo de crescimento caracteriza-se por fatores como: interdependência tecnológica, complexo industrial, indústria-motriz e efeitos de encadeamento. Podemos citar como exemplos de pólos de crescimento a vinda da GM para Gravataí, o III Pólo Petroquímico de Triunfo e, na região do Vale do Rio Pardo, o grande complexo industrial do fumo.

Modernamente, a partir dos grandes centros industriais, existe uma tendência a despolarização em função da redução dos custos de transporte (uso de materiais mais leves e transporte de carga mais baratos), a utilização em larga escala da informática, fazendo com que as empresas descentralizem ou terceirizem o processo produtivo. Com isso, surge também a desindustrialização dos centros industriais tradicionais. Alguns autores salientam que a despolarização nada mais é, do que uma fase de amadurecimento dos pólos de crescimento, que com uma difusão mais intensa do crescimento no espaço, proporciona a redução das desigualdades regionais.

Também é necessário, para que ocorra o crescimento das regiões, a adoção de algumas estratégias políticas que vão proporcionar um aumento da renda e do emprego em suas diferentes áreas. A primeira estratégia é a adoção da diversificação das exportações e dos mercados, evitando, assim, que a região fique dependente da flutuação de preços de alguns poucos produtos de exportação. Em segundo lugar, é preciso levar em conta a entrada de renda de fora da região, através dos recursos orçamentários federais, capitais multirregionais e multinacionais, o que inclui capital de risco associado ao talento empresarial e à tecnologia.

Porém, mesmo com a adoção de estratégias de crescimento e políticas econômicas ainda é possível observar as freqüentes desigualdades regionais, que emergem da maior ou menor disponibilidade dos recursos que cada região possui. Estes recursos atraem para suas regiões os investimentos, ocorrendo uma migração de capital e de mão-de-obra das periferias para esses centros, acelerando a concentração de empresas numa determinada região e, por conseguinte, aumentando as desigualdades regionais. Portanto, há um conflito entre crescimento e redução das desigualdades. Para Williamson *apud* Souza (1997), as desigualdades aumentam com o crescimento, atingem seu máximo e depois declinam, ocasionando um processo de descentralização.

Portanto, as desigualdades regionais aumentam à medida que as empresas iniciam um processo de descentralização, passando a apresentar altas taxas de crescimento para uma região específica, em detrimento de outras, que crescem mais lentamente. Este processo ocorre pela busca de matéria-prima e de mão-de-obra barata. Contudo, no futuro, o surgimento de deseconomias de aglomeração e flexibilização do processo produtivo vai fazer com que ocorra uma reversão no processo de crescimento.

Para Souza (1999), o fator determinante para o crescimento regional é a industrialização, que nos países subdesenvolvidos vai ocorrer mais tardiamente. Este desenvolvimento tardio deve-se: ao baixo nível de investimento limitado pela insuficiência de recursos, a falta de infra-estrutura, pouca qualificação técnica, entre outros fatores. Isto conduz a um círculo vicioso, determinado por baixos níveis de renda e poupança, reduzida acumulação e baixa produtividade.

Na tentativa de romper com este círculo vicioso, Rosenstein-Rodan *apud* Souza (1999), propõe investimentos em diversos setores industriais, fazendo com que os trabalhadores de uma atividade se tornem consumidores de outras. Neste cenário a diversificação dos mercados proporcionaria um intercâmbio entre as indústrias no nível

de tecnologia insumo-produto e demanda, gerando assim idéias de grande impulso. Para o autor, a questão é inserir a região na economia mundial, proporcionando assim um desenvolvimento industrial. Porém, este projeto de industrialização necessita de grandes investimentos na área de infra-estrutura, ou seja, construção de rodovias, ferrovias, transporte para os operários, habitação, alimentos. Além disso, o processo de industrialização também tem como objetivo as exportações, que passam a utilizar produtos com vantagens comparativas e com elevados coeficientes de trabalho.

Uma proposta de crescimento equilibrado também foi feita por Nurske *apud* Souza (1999). Este afirmava que o crescimento deveria ocorrer com o equilíbrio entre oferta e demanda. Isto se baseia na Lei de Say, que diz ser a oferta a criadora de sua própria demanda. O crescimento equilibrado é formulado a partir da idéia de que as necessidades humanas crescem de maneira equilibrada. Portanto sua proposta é favorável ao aumento do tamanho do mercado e à criação de estímulos aos investimentos.

É também de grande importância para o crescimento de determinada região a participação do Estado, desenvolvendo uma função empresarial e proporcionando linhas de crédito e financiamentos para os programas de investimentos nos setores industriais, agrícolas e de serviços. Para Rosenstein-Rodan e Nurske *apud* Souza (1999), os investimentos realizados pelo conjunto de diferentes indústrias têm condições de serem bem sucedidos, o que já não ocorreria com o empresário individual, devido a pequena dimensão de seu mercado, sendo o tamanho do mercado determinante no comércio internacional. Além disso, a vantagem do grande impulso é a acumulação de capital, o aumento da dimensão do mercado, a especialização e aumento da eficiência, rompendo assim com o círculo vicioso de pobreza.

Devido à falta de capital, inovações tecnológicas, empresários dispostos a assumir riscos, pouca atenção às exportações e à necessidade de impulsionar os fatores responsáveis pelo crescimento é que Hirschman propõe a idéia de crescimento desequilibrado. Este crescimento seria orientado pelo Estado, através de um planejamento central adotando-se estratégia de crescimento industrial diversificado ou desequilibrado, concentrando investimentos em setores que se encadeariam.

Dada a interdependência da economia no sentido de um modelo insumo-produto, um desequilíbrio inicial, causado pelo crescimento maior de um setor ou subsetor, colocaria em movimento forças - tais como mudanças de preços relativos ou políticas governamentais em resposta a clamores contra a escassez gerada - que tenderiam a eliminar aquele desequilíbrio (Hirschman *apud* Souza, 1999, p.150).

A noção de crescimento desequilibrado consiste em direcionar os investimentos para setores de grande importância, pois nos países subdesenvolvidos os investimentos utilizados em infra-estrutura inibem o crescimento de áreas importantes. Isto ocorre porque o Estado apropria-se de uma parcela da poupança nacional para investir na construção de pontes e estradas que não são concluídas, elevam as taxas de juros, inibindo assim, o investimento na área industrial.

Segundo a concepção de Hirschman é necessário que o Estado estimule as atividades produtivas, deixando para depois os investimentos em infra-estrutura. O desenvolvimento é resultado da indução a investir. Portanto, as indústrias vão buscar maximizar seu lucro havendo o encadeamento entre os investimentos que poderão reduzir custos e aumentar o retorno. Isto leva a economia a tentar vencer os obstáculos e aumentar sua importância no mercado. Diz Hirschman *apud* Souza (1999, p.151): *"Cada investimento concebe-se como induzindo uma série de investimentos subsequentes e há um elemento de convergência, à medida que a produção das economias externas diminua a cada passo"*.

A origem da indústria-chave ocorre a partir da grande importância dada ao processo de encadeamento entre as atividades industriais. Estes processos são responsáveis pela modernização industrial com altos índices de emprego de capital, no entanto, o contrário acontece com a atividade agrícola que é apenas geradora de empregos. O desenvolvimento do complexo industrial só irá se efetivar quanto maior for o número de indústrias interligadas em termos de fatores, produtos e informações, além disso, também é de fundamental importância a diversificação da produção.

3.3 O desenvolvimento desigual

Conforme Lefebvre (1986) o desenvolvimento desigual não cessa de adquirir uma maior extensão. Em todos os domínios e setores acentuam-se os desajustes e distorções. As causas e razões do desenvolvimento desigual são incontestavelmente históricas. Se determinado país, região ou ramo da indústria não evolui como os outros, a causa está em seu passado histórico.

As regiões tiveram formações econômico-sociais diferentes, além de situarem-se em locais diferentes, com clima, vegetação, solo, diferenciados, foram colonizados por povos diferentes que ali desenvolveram uma cultura própria com características

distintas. Podemos citar como exemplo o Brasil, um país de grande diversidade de culturas (européia, africana, indígena), onde cada região é distinta da outra.

Uma determinada estratégia pode, conscientemente ou não, manter ou agravar o desenvolvimento desigual. Outras estratégias podem reduzir as diferenças, porém sem que elas desapareçam definitivamente. Ao adotar estratégias para reduzir o desenvolvimento desigual é necessário primeiro olhar as características de cada povo, cada região, cada país, pois uma única alternativa pode muitas vezes não resolver o problema todo e até mesmo agravá-lo.

As desigualdades no desenvolvimento ocultam diferenças entre os povos, e ao se adotar estratégias de combate a desigualdade, é necessário manter as particularidades de cada país e também sua identidade histórica.

A confusão que se faz entre crescimento e desenvolvimento propõe o desaparecimento das desigualdades e a supressão das diferenças históricas de cada região. Isto conduz a um erro, ou seja, a utilização de modelos exclusivos, reduzindo o desenvolvimento ao crescimento, eliminando-se assim as particularidades históricas de cada país ao invés de buscar caminhos que permitam expandir estas diferenças específicas. Assim, a volta ao crescimento indefinido deixa de aproveitar o potencial específico de determinada região que poderia realmente ser utilizado para reduzir as desigualdades.

Martins (1996) analisando a obra de Lefebvre descobriu que as relações sociais são distintas e ocorrem por processos históricos diferentes e em data diferentes. Isto o conduziu a afirmar que existe um desencontro e um descompasso entre as relações sociais e que nem todas as relações sociais têm a mesma origem. Todas sobrevivem de diferentes momentos e circunstâncias históricas.

Para Martins (1996), Lefebvre utilizou-se da idéia de formação econômico-social, e esta engloba a de desenvolvimento desigual. Assim, a lei da formação econômico-social é o desenvolvimento desigual. Ela significa que as forças produtivas, as relações sociais, as superestruturas (política, culturais) não avançam igualmente, simultaneamente, no mesmo ritmo histórico.

Esta idéia está claramente presente em Marx, porém é um dos aspectos menos

debatidos de sua obra. Marx tinha que explicar como o mesmo processo de reprodução ampliada do capital assumia formas sociais diversificadas em lugares diferentes. Mesmo aí, o desenvolvimento desigual foi interpretado na perspectiva economicista que reduziu a qualidade das contradições que integram e opõem diferentes sociedades à mera gradação de riqueza, na dicotomia insuficiente de desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Na interpretação de Lefebvre *apud* Martins, 1996, o desenvolvimento desigual significa que as forças produtivas, as relações sociais, as superestruturas (políticas, culturais) não avançam igualmente, simultâneas, no mesmo ritmo histórico. Pois, a desigualdade dos ritmos do desenvolvimento histórico decorre do desencontro entre o homem produtor de sua história e que ao mesmo tempo não tem o poder sobre aquilo que produziu.

Assim, a formação econômico-social abrange a natureza (econômico) e a sociedade (social). O homem age sobre a natureza na atividade social de atender suas necessidades. Constrói relações sociais e concepções, idéias, interpretações, produz e reproduz, modifica, edifica a sua humanidade, agindo sobre as condições naturais e sociais de sua existência, e sobre as condições propriamente econômicas.

Neste ponto ocorre o desencontro entre o econômico e o social, este atrasado em relação àquele. A pobreza baseada na interpretação de Lefebvre é a pobreza de realização das possibilidades criadas pelo próprio homem para libertação de suas carências. Ou seja, para que o homem possa sanar suas carências há necessidade de participação na sociedade, através de sua contribuição política, econômica e cultural.

3.4 Reflexões teóricas acerca da pobreza

Conforme González e Esparcia (1992), as desigualdades entre grandes espaços e grandes grupos humanos, e igualmente a pobreza, são fruto de uma evolução histórica diferenciada, com processos e funções muito diversas.

Já para Salama e Valeir (1996), o que caracteriza fundamentalmente a evolução da pobreza não é o aumento relativo de seu número, mas a evolução das desigualdades entre os pobres.

Assim, tanto a desigualdade quanto a pobreza assumem formas diversas, por isso sua análise é feita a partir da evolução de alguns fatores que podem ser de ordem interna, como por exemplo: crescimento demográfico, nível educacional, serviços médicos, crescimento da produção agrária; e de ordem externa como: dívida externa, ajudas recebidas como assistência ao desenvolvimento, indicando assim aspectos importantes das desigualdades.

Observa-se que as taxas de crescimento demográfico são características importantes das desigualdades. Associadas à ela estão o grande número de população jovem, a esperança de vida ao nascer e a mortalidade infantil. Da mesma forma a pobreza, associa-se à desnutrição, à falta de serviços educativos e sanitários, ao nível de desenvolvimento e à dívida externa.

Existem algumas discussões conceituais sobre pobreza absoluta e relativa. Pobreza absoluta refere-se a grupos de população que estão abaixo de um nível mínimo de renda (1/4 de salário mínimo); já o conceito relativo diz ser a pobreza um produto do sistema social que reflete as diferenças de diversos grupos quanto ao acesso as fontes de poder econômico e político.

Para que se possa medir o nível de pobreza de uma população Gonzáles e Esparcia (1992) citam as linhas de pobreza, onde estão associados o conceito relativo (contexto social e econômico em que se situa a pobreza) e absoluto (enfoque nutricional).

Na visão de Barros, Henriques e Mendonça (2001) a pobreza não pode ser definida de forma única e universal. No entanto, pode-se afirmar que pobreza refere-se a situações de carência em que indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente as referências sociais de cada contexto histórico.

Para Rocha (1996a) pobreza é um fenômeno complexo, para o qual não existe uma definição inequívoca, estando associada à ocorrência de carências relativas aos diferentes aspectos da condição de vida dos indivíduos.

Nas sociedades modernas, a partir de estudos feitos por Rowntree no início do século passado, a forma mais freqüente de determinar quem é pobre consiste em comparar a renda de que dispõe ao valor mínimo necessário para operar naquela sociedade – a chamada linha de pobreza. (Rowntree *apud* Rocha, 1996a).

Em estudos nacionais sobre pobreza, a renda continua sendo o principal indicador. Porém, para que se possa determinar mais cuidadosamente as linhas de pobreza, passou-se a utilizar as preferências reveladas em pesquisas de orçamento familiar (POF), bem

como a renda combinada a indicadores sociais, obtendo-se assim um perfil dos pobres.

No Brasil os estudos que utilizam a abordagem da renda dividem-se em duas categorias. O primeiro grupo são aqueles em que a linha de pobreza é definida em função do salário mínimo (1/4 do salário *per capita*). No segundo grupo o valor da linha de pobreza é interpretado como reflexo do custo de vida efetivo em que estão inseridas às populações de baixa renda. No entanto, a linha de pobreza pretende ser o parâmetro que permite, a uma sociedade específica, considerar como pobres todos os indivíduos que se localizem abaixo de seu valor.

Porém, existem restrições com relação à utilização de uma linha de pobreza. A primeira é que não há garantia de que o valor arbitrado seja suficiente para atender as necessidades básicas do indivíduo. A segunda e a mais importante é que ao adotar um parâmetro nacional, ignora-se o diferencial de custo de vida dos pobres, ou seja, a intensidade da pobreza, entre estratos de residência (urbano, rural e metropolitano) e regiões.

No Brasil as estimativas de pobreza têm como base dados do PNAD, porém há uma subestimação da renda e superestimação da incidência de pobreza².

Em trabalho feito por Barros, Henriques e Mendonça (2001) revelou-se que o Brasil, apesar de ser um país com muitos pobres, tem uma população que não está entre as mais pobres do mundo. Em comparação feita com outros países, relativa a renda *per capita*, o Brasil está localizado entre o terço mais rico dos países do mundo, e, portanto não é possível afirmar que o Brasil é um país pobre. A pobreza no Brasil está associada a concentração de renda e a distribuição dos recursos.

No entanto, para Rocha (1996b), é importante considerar as diferenciações locais de modo de vida e de nível de desenvolvimento social e produtivo, estabelecendo assim, linhas de pobreza locais (regiões), refletindo a diversidade do custo de vida.

Utilizando as linhas de pobreza Rocha (1996a) fez uma avaliação a partir da implantação do Plano Real e constatou que com relação aos indicadores de pobreza enquanto insuficiência de renda, o primeiro mês do plano de estabilização, estes índices são os piores, tendo como referência setembro de 1990, a proporção de pobres aumentou de 30 para 38% no conjunto das seis regiões metropolitanas.

Porém, ao observar os indicadores obtidos um ano depois, tendo como referência julho de 1994, fica evidente que o plano de estabilização permitiu uma inequívoca

² A subestimação da renda resulta da não consideração de benefícios indiretos como vale-transporte e vale-alimentação que beneficiam uma parcela considerável da população de baixa renda.

melhoria de renda, fazendo com que uma parcela significativa da população – 3,7 milhões de pessoas – ultrapassasse a linha de pobreza, reduzindo-se assim a proporção de pobres de 38 para 28% no conjunto das seis regiões metropolitanas.

Tolosa (1991) faz uma análise do Brasil nos anos 80 e constata que o país apresenta maiores índices de desigualdade de renda entre os países em desenvolvimento da atualidade.

Para o autor que faz um estudo da pobreza no Brasil na década de oitenta, pobreza deve ser definida e mensurada de modo a incluir não apenas a sua dimensão econômica, mas também os aspectos, social, cultural e biológico. Em sentido amplo, a cultura da pobreza refere-se a uma atitude de vida adquirida em ambiente social e histórico caracterizado pela ausência de participação e integração nas principais instituições da sociedade. Na sua definição mais restrita a idéia de pobreza é associada a severas restrições impostas aos indivíduos (ou famílias) na sua escolha e acesso a bens e serviços. Admite-se, ainda, que a renda ou, mais precisamente, a insuficiência de renda seja capaz de representar adequadamente deficiências nutricionais e de acesso aos serviços de infra-estrutura social.

Tolosa (1991) também define pobreza na sua forma relativa e absoluta. Para o autor pobreza na sua forma relativa refere-se as desigualdades na distribuição de renda medidas pelas diferenças entre as participações relativas dos vários grupos na população total e na renda geral. E a forma absoluta refere-se aos desvios da renda dos indivíduos, famílias ou grupos em relação a uma linha de pobreza geralmente definida a partir de critérios nutricionais e antropométricos.

No entanto, a grande crítica ao conceito de pobreza, enquanto insuficiência de renda, refere-se ao fato de esta não refletir adequadamente diferenças na acessibilidade dos indivíduos e famílias a serviços básicos tais como habitação, saúde, educação, transporte e lazer.

No Brasil, a linha de pobreza é definida a partir do salário mínimo³⁴, como forma de evitar os difíceis problemas de deflacionamento e de preços relativos envolvidos nas relações intertemporais.

Conforme Galvão (1999) o Brasil é um dos países com maior concentração de renda e a pobreza está diretamente relacionada com este alto grau de concentração. Os

³ Supondo que o salário mínimo devesse refletir o custo de uma cesta básica capaz de atender às necessidades primordiais de uma família (4 pessoas).

ganhos de rendimento obtidos pela classe mais pobre, desde a implantação do Plano Real, não chegaram a alterar o índice de Gini, que mede a concentração de renda.

Um dos aspectos da desigualdade social que mais contribuem para o aumento da pobreza é, justamente, a diferença de salários entre as diversas camadas da população. Esta diferença é provocada pela falta de oportunidades iguais de acesso à escola e, em consequência, ao emprego de qualidade.

Segundo Rocha (1996b), alguns fatores contribuíram para evitar o agravamento da pobreza na década de 90, vista pelo enfoque da renda, sendo a redução no ritmo de crescimento demográfico, a maior inserção de trabalhadores secundários no mercado de trabalho e a redução dos fluxos migratórios em direção às metrópoles. Além disso, a autora coloca como pré-condições para a redução da pobreza a estabilização e a retomada do crescimento.

Rocha (1998) constatou que a intensidade da pobreza é maior nas áreas rurais, porém, em grandes centros urbanos o índice de pobreza também é elevado, devido a maior proporção de pobres nas metrópoles do que nas demais regiões e, a elevada taxa de urbanização.

A tendência à redução da pobreza no futuro terá influência do crescimento demográfico moderado e da forte redistribuição dos rendimentos, conforme concluiu Rocha (1998). Além disso, o dinamismo do setor agrícola, a desconcentração de atividade urbana em função da reestruturação industrial, a abertura da economia e iniciativas institucionais ligadas à reforma agrária, vem reduzindo gradativamente a migração rural-urbana, melhorando assim as condições de renda e serviços básicos no meio rural. Também é de relevante importância no combate a pobreza, a melhoria nas condições educacionais e no mercado de trabalho, podendo assim enfrentar de forma direta os problemas de pobreza absoluta e desigualdade no país.

Quando se faz um estudo sobre pobreza, podemos relacioná-la com diversos fatores, que para Fava (1984), resumem-se na seguinte pergunta: a incidência da pobreza guarda alguma relação com o tamanho urbano? A autora faz um estudo sobre este problema partindo dos seguintes pontos: determinar as necessidades básicas das famílias e seu respectivo custo e da consideração explícita do perfil da distribuição de renda, representado pela renda monetária e não-monetária.

Para que se possa mensurar a condição de pobreza, é necessário que esteja bem claro o conceito de pobreza, que para Sen *apud* Fava (1984), representa o fracasso em se

atender os requerimentos básicos de uma vida decente. Já para Altimir *apud* Fava (1984), pobreza é uma situação em que se acham presentes elementos de privação material como desnutrição e habitação precária, ao lado de elementos de privação não-material como pequena participação nos mecanismos de integração social.

Assim, pode-se observar que a preocupação com as necessidades básicas de uma população faz parte de vários trabalhos, que pretendem analisar a pobreza absoluta utilizando como critério para sua definição a determinação das necessidades básicas e classificando como pobres todas as famílias que não conseguem atendê-las. Porém, a mensuração das necessidades básicas peca pela sua falta de objetividade. Não há como, segundo Fava (1984), estabelecer uma condição mínima de alimentação, habitação, saúde, que vá suprir estas necessidades. Além disso, temos a questão das mudanças no espaço e no tempo e, principalmente as diferenças regionais.

Em pesquisa feita por Fava (1984), nas regiões brasileiras, a autora constatou que dentro de uma determinada região praticamente não existem diferenças no percentual de pobres entre as áreas metropolitanas, urbana não-metropolitana e rural. Com isso, afirma-se que a incidência de pobres não é um fator de predomínio das regiões urbanizadas. Observa-se isto na medida em que aumentando o custo de vida nas grandes cidades, também ocorre um acréscimo na renda das famílias, garantindo assim o atendimento a suas necessidades básicas.

Conforme o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (1990), o progresso econômico dos países em desenvolvimento deve-se a uma tendência no crescimento da renda e do consumo. Isto se confirma através da melhoria das medidas de bem-estar, expectativa de vida, mortalidade infantil e educação. Porém, dados de 1990 revelam que um bilhão de habitantes ainda vive em estado de pobreza nos países em desenvolvimento. Na maioria, os casos de pobreza associam-se às baixas rendas ou a outros indicadores de carência.

Portanto, sugeriu-se para o combate rápido e politicamente sustentável da pobreza, a utilização de elementos como o trabalho, mercadoria que os pobres mais dispõem e, a prestação de serviços sociais básicos.

A utilização do trabalho (mão-de-obra) deu oportunidade aos pobres, e o investimento em saúde e educação permitiu-lhes aproveitarem plenamente as oportunidades criadas. Porém, esta alternativa não irá solucionar o problema da pobreza no mundo, permanecendo em estado de penúria idosos e doentes que vivem em regiões

de pouco recurso.

Porém, para que o processo de combate a pobreza seja eficaz é preciso políticas e estratégias desenvolvimentistas capazes de reduzi-la, também é importante a ajuda de instituições, organizações não-governamentais, bancos de desenvolvimento e doações de países desenvolvidos bem como a promoção de uma distribuição de renda menos desigual.

A projeção feita pelo Relatório sobre Desenvolvimento Mundial (1990) é de um crescimento em torno de 3% nos países industrializados, e se isto refletir em assistência aos países em desenvolvimento levará a um crescimento das rendas *per capita*, e conseqüentemente a queda no número de pobres, podendo-se assim obter maior desenvolvimento.

Assim, no longo prazo o combate à pobreza passa necessariamente pela democratização do ensino de qualidade, capaz de instrumentalizar os jovens para o mercado de trabalho. A garantia à escola já está bem difundida; porém, deve-se simplesmente melhorar os índices de reprovação e evitar a evasão escolar, de modo que a escola pública volte a ser um instrumento de mobilidade social, operando no sentido de romper o círculo vicioso da pobreza, promovendo a redução das desigualdades.

Também é importante salientar a necessidade de que haja crescimento econômico representando uma via importante no combate a pobreza, no entanto considerado um processo lento. Assim, um crescimento de 3% a.a. na renda *per capita*, reduziria a pobreza em um ponto percentual a cada dois anos. Deste modo, o crescimento econômico, embora reduza a pobreza, necessita de um longo período para promover transformações relevantes na magnitude da pobreza (Barros, Henriques e Mendonça, 2001).

Por fim, cabe citar um trecho da obra de Barros, Henriques e Mendonça (2001, p. 23):

“O diagnóstico básico referente à estrutura da pobreza entende que o Brasil, no limiar do século XXI, não é um país pobre, mas um país extremamente injusto e desigual, com muitos pobres. A desigualdade encontra-se na origem da pobreza e combatê-la torna-se um imperativo. Imperativo de um projeto de sociedade que deve enfrentar o desafio de combinar democracia com eficiência econômica e justiça social. Desafio clássico da era moderna, mas que toma contornos de urgência no Brasil contemporâneo”.

Esta desigualdade permeia todos os países que estão em estágio de desenvolvimento, onde a pobreza aumenta numa progressão geométrica enquanto a renda eleva-se numa progressão aritmética e ainda assim ficando em poder de apenas uma pequena parte da população. Então, entende-se que é possível reduzir a pobreza, sem que os mais ricos fiquem pobres, apenas utilizando justiça social, fazendo com que quem tem mais pague mais. A combinação de democracia com eficiência econômica e justiça social promoverá realmente o que se chama desenvolvimento.

Encontrar uma resposta para questões com tal complexidade seria uma tarefa que extrapolaria os limites deste trabalho: depois de décadas de discussão pesquisadores e teóricos do assunto pelo menos concordam num ponto: não são as características da pobreza ou do subdesenvolvimento que são controversas. Sobre estes aspectos há até uma certa unanimidade. Controversas, ao extremo, são as posições sobre as causas da pobreza e sobre as estratégias para sua erradicação.

3.5 Indicadores de desenvolvimento econômico e social

Para Oliveira (1998), o estudo do desenvolvimento econômico regional está baseado em alguns indicadores sócio-econômicos, que vão determinar os fatores que permitem concluir que uma região está em estado de pobreza ou de riqueza. Para o autor, o desenvolvimento regional tem como finalidade atender às necessidades básicas dos indivíduos, assegurando o bem-estar da sociedade.

Há algumas décadas atrás, o indicador utilizado para classificar uma região como pobre ou rica era o PIB *per capita* (Produto Interno Bruto *per capita*); porém este indicador consegue apenas avaliar a questão quantitativa, ou seja, preocupa-se mais com o total do produto *per capita* gerado, e não em como ele é gerado, deixando de medir o padrão de vida de seus cidadãos. Pois, para que se possa realmente avaliar o grau de pobreza ou riqueza de uma região há necessidade de analisar fatores como: alimentação, educação, transporte, infra-estrutura, saúde, moradia, podendo assim atender as necessidades sociais da população. Portanto, o PIB é um indicador quantitativo diretamente relacionado à produção, medindo apenas o crescimento econômico deixando de analisar o ‘estado social’ de uma região, ou seja, o lado qualitativo do crescimento regional.

Para que fosse possível analisar a questão qualitativa do crescimento econômico,

Oliveira (1998) utilizou os seguintes indicadores de saúde, educação e renda: esperança de vida ao nascer, taxa de alfabetização, PIB *per capita* e rendimento médio das classes. Além disso, para analisar a condição de pobreza, em relação a distribuição pessoal e espacial da renda são utilizados a linha de pobreza⁵, os coeficientes de Sen⁶ e Gini⁷.

Para Williamson *apud* Oliveira (1998) os investimentos devem levar em conta a redistribuição de renda, assim como, o processo de desenvolvimento deverá estar vinculado a redução das desigualdades sociais.

Conforme Hoffmann (1998), pode-se avaliar a desigualdade ou a concentração através do Índice de Gini e do Índice de Theil. Estas medidas geralmente são utilizadas na análise de distribuição de renda, mas também poderá ser utilizada para medir a desigualdade de qualquer outra variável. Pode-se citar exemplos como: medir o grau de desigualdade ou concentração de uma indústria considerando o valor da produção, o número de empregados de cada empresa, o grau de desigualdade na distribuição de uma população, entre outros. Mas, estes índices são comumente utilizados para medir o grau de desigualdade da distribuição de renda em uma população.

Para Sen, o índice de Gini como medida do grau de desigualdade, apresenta a vantagem de medir diretamente as diferenças de renda, levando em consideração diferenças entre rendas de todos os pares de indivíduos (Sen *apud* Hoffmann, 1998).

Já Theil *apud* Hoffman (1998), introduziu uma medida de concentração ou redundância, que significa a medida da desigualdade em uma distribuição. Esta medida determina uma fração (T), por exemplo, de renda, ou seja, para determinar a fração da população que ficaria sem renda se a renda total fosse equitativamente distribuída entre os indivíduos, utilizar-se-ia o Índice de Theil.

Também, é possível fazer-se uma ordenação das variáveis utilizadas a fim de melhor analisa-las. Para isso, utiliza-se o Coeficiente de Correlação de Spermann, que é um teste estatístico não-paramétrico, ou seja, que pode ser aplicado sem a necessidade de estabelecer uma pressuposição a respeito da distribuição da variável, mas apenas ordena as observações.

É também importante indicador sócio-econômico o Índice de Desenvolvimento

⁵ Linha de Pobreza: considerando-se o tamanho médio das famílias e o número médio de pessoas na família com rendimento, segundo a região, o parâmetro que determina a linha de pobreza é aquele que permite uma renda familiar per capita igual a ½ salário mínimo. (Oliveira, 1998)

⁶ Coeficiente de Sen: consiste em uma medida utilizada para quantificar a situação da população pobre, ou seja, o número de pessoas, o montante de renda e a distribuição de renda entre a população situada abaixo da linha de pobreza. (Oliveira, 1998)

⁷ Coeficiente de Gini: este índice revela em que medida uma determinada distribuição de renda se aproxima da igualdade ou da desigualdade. (Oliveira, 1998)

Humano (IDH), adotado pela ONU (Organização das Nações Unidas), que leva em conta a expectativa de vida ao nascer, a taxa de alfabetização e a renda *per capita*. Outro indicador é o Índice de Desenvolvimento Humano Ampliado (IDHA), que trabalha com indicadores agregados de renda e de pobreza. Portanto, constata-se que para determinar a situação social de uma região não basta apenas trabalhar com índices de renda, é necessário que se procure índices que proporcionem reverter o processo de desigualdade regional e proporcionem maior bem-estar a população, atendendo suas necessidades básicas como: educação, saúde, habitação, alimentação, transporte, infra-estrutura e sua sobrevivência com dignidade.

Romão (1993) faz uma análise do Índice de Desenvolvimento Humano a partir das prerrogativas do PNUD - Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas. Este estudo parte da necessidade de aprofundar o conhecimento do vínculo entre crescimento econômico e desenvolvimento humano. A idéia geral de desenvolvimento deve estar voltada para o ser humano, mas precisa conter vários elementos adicionais para que ocorra a expansão da produção e da riqueza. Assim, desenvolvimento passa a ser um processo de ampliar oportunidades aos indivíduos como de elevar os níveis de bem-estar alcançados.

O relatório restringe a medida de desenvolvimento humano a apenas três variáveis: esperança de vida ao nascer (longevidade), taxa de alfabetização (conhecimento) e renda *per capita* (níveis decentes de vida), isto porque refletem mais apropriadamente as dimensões qualitativas da vida humana.

O importante na escolha de um indicador é a perspectiva que se tem de oferecer uma visão abrangente do quadro de carência ou de opulência que se quer detectar (Sen *apud* Romão, 1993). O IDH ainda é considerado o melhor caminho para a medição dos indicadores sociais. Porém, ao longo do tempo observou-se que as variações na distribuição de renda influenciavam o nível de vida das populações; por isso, a proposta de ampliar o IDH, incluindo a distribuição da renda e da pobreza obtendo-se assim o IDHA - Índice de Desenvolvimento Humano Ampliado.

Então, o IDHA preserva as características básicas do índice original de desenvolvimento humano e incorpora indicadores de distribuição de renda e de pobreza, elementos fundamentais para uma melhor compreensão dos padrões de vida de uma determinada sociedade, principalmente daquelas que estão em estágio de desenvolvimento. Além disso, este índice, devido a sua abrangência, oferece aos

formuladores de políticas uma quantidade maior de elementos que auxiliam na identificação de áreas carentes, necessitadas de ações que busquem melhorar a qualidade de vida desta população.

Portanto, os indicadores econômicos e sociais são necessários para que se possa fazer um plano de desenvolvimento para um determinado município, região, estado ou país. Através destes indicadores é possível conhecer e identificar as capacidades e as necessidades de um lugar, para então executar um planejamento direcionado e identificado com a região, procurando reduzir as carências da população e proporcionando melhor qualidade de vida.

4 METODOLOGIA

O presente trabalho analisou o desenvolvimento da região do Vale do Rio Pardo, utilizando-se de indicadores econômicos e sociais a fim de verificar o nível de desigualdade presente nesta região. O período analisado corresponde aos anos de 1990 à 2000.

A pesquisa baseia-se no método científico empírico, por ser um trabalho que utilizará a observação, mensuração e análise dos dados. Conforme Carvalho (1991),

segundo o princípio empirista, o significado dos conceitos científicos deve possuir uma base na experiência e na observação.

O marco do discurso do método empírico-científico é Popper, que afirma ser a falsificabilidade, isto é, a capacidade de uma teoria poder, em princípio, ser refutada com base na experiência, a representação de um critério que permite traçar uma linha de demarcação entre ciência (empírica) e não-ciência. (Carvalho, 1990).

Para Popper, o que define a ciência empírica é a sua testabilidade, refutabilidade ou falsificabilidade. (Carvalho, 1991)

Conforme Popper, é através da especulação que tem-se a chance de acesso a algum enunciado verdadeiro acerca da realidade. Além disso, ele propõe que o pesquisador não se fixe apenas no observável, mas invente hipóteses ricas (processo de criatividade) a fim de testá-las e até mesmo refutá-las.

Assim, para Popper *apud* Carvalho (1990, p. 67):

A busca de explicações satisfatórias, que constitui a tarefa principal da ciência, dificilmente seria compreendida, segundo Popper, se não pressupuséssemos o realismo; “pois uma explicação satisfatória (...) dificilmente se poderá compreender sem a idéia de descoberta, de avanço para níveis de explicação mais profundos; sem a idéia, portanto, de que há algo para nós descobrirmos; e algo para se discutir criticamente”.

Desta forma, para Popper a ciência tem sua origem em problemas e não propriamente na observação pura e simples.

Para Baquero, Gonçalves e Baquero (1995), o método científico empírico tem várias características que o distingue dos demais. Este método mostra a existência de um pesquisador e de um objeto de pesquisa bem definido, onde o pesquisador trata os dados com objetividade e neutralidade, baseado em teorias já existentes que vão fundamentar toda a análise. Há um distanciamento entre pesquisador e objeto de pesquisa.

Desta forma, basicamente trabalha-se com observação e mensuração dos dados, procura-se descobrir uma relação de causa e efeito, ou seja, uma explicação para o fenômeno, onde a teoria ordena e explica os fatos.

Assim, este trabalho faz uma abordagem quantitativa, utilizando-se da objetividade, validade, operacionalização de variáveis. Consiste em uma pesquisa bibliográfica levando em consideração os objetivos a serem alcançados, pois neste tipo de pesquisa os objetivos devem ser bem definidos, porque possuem um caráter exploratório.

Uma pesquisa bibliográfica conforme Gil (1996) tem objetivos que conduzem à sua realização. O primeiro é a definição do problema; o segundo é a elaboração dos instrumentos adequados para a coleta de dados; o terceiro refere-se a obtenção dos dados que irão responder o problema formulado e por último a interpretação dos resultados. A outra que será utilizada é a pesquisa documental que muito se assemelha a bibliográfica, bem como a leitura, apontamento e análise dos dados.

Assim, a pesquisa tem como base a análise quantitativa e descritiva, relacionado as variáveis econômicas e sociais. Fundamentando esta pesquisa bibliográfica estão os conceitos sobre desenvolvimento e crescimento e teorias sobre pobreza e desigualdade.

Portanto, para analisar as possíveis desigualdades no desenvolvimento da região do Vale do Rio Pardo são utilizados os seguintes indicadores econômicos: o PIB *per capita*, que indica a distribuição da renda por município; o valor da produção agrícola, indicando qual produto é mais representativo; valor adicionado da indústria que mostra o peso do setor industrial no município e o emprego nos setores de atividade econômica.

Como indicadores sociais são utilizados: a esperança de vida ao nascer, que mensura a longevidade esperada e, é considerado como o indicador que melhor reflete o estado de saúde da população; taxa de alfabetização, que indica a porcentagem das pessoas com 10 anos ou mais que possuem um ano ou mais de estudo; a taxa de mortalidade infantil; o número de leitos hospitalares por habitante, indicadores de qualidade de vida e os aspectos demográficos.

Além dos indicadores acima citados, também é analisado o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, que é construído a partir de três etapas: a primeira é a estimativa da medida de privação ou carência de um país (região ou estado), através da esperança de vida, alfabetização e PIB *per capita*; o segundo passo é definir a medida média de privação ou carência, e por fim a obtenção do índice. E, o IDHA – Índice de desenvolvimento humano ampliado, que segue a mesma metodologia do IDH, porém incorporando o índice de desigualdade de renda de Gini e o índice de pobreza de Sen. Também será analisado o índice de Theil, que é uma medida de desigualdade, cuja fórmula está abaixo:

$$T = \sum_{i=1}^n \frac{y_i}{Y} \ln \left(\frac{y_i/Y}{1/n} \right)$$

Onde: Y_i = renda individual

Y = renda total

N = número de indivíduos

Realizada a pesquisa bibliográfica e a coleta dos dados, a primeira parte abrange a análise individual de cada um dos indicadores, destacando entre os municípios os de melhores e piores desempenhos e, a segunda, uma análise comparativa entre os indicadores econômicos e sociais a fim de identificar entre os municípios da região quais indicadores são responsáveis pelo processo de desenvolvimento desigual.

A coleta dos dados terá como fontes o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação João Pinheiro em conjunto com IPEA e IBGE, Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas – CEPE da Universidade de Santa Cruz do Sul, o RAIS do Ministério do Trabalho, a Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o Ministério da Saúde e a Fundação de Economia e Estatística (FEE).

5 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO

5.1 Indicadores de desenvolvimento econômico

5.1.1 A desigualdade na distribuição de renda: uma análise do PIB regional

Conforme Albuquerque e Villela (1991), costuma-se usar o PIB *per capita* como medida do nível de desenvolvimento. No entanto, deve-se considerar que o PIB é, antes de tudo, um indicador de produção, de poder ou crescimento econômico.

Desta forma, devido ao sistema de preços utilizado para mensurar o PIB, que reflete mercados imperfeitos e protegidos e uma estrutura de demanda associada à distribuição de renda, o crescimento do PIB pode representar o aumento da renda da parcela mais rica da população, sobretudo se esta renda for demasiadamente desigual.

Para Siedenberg (2001a), o PIB é freqüentemente utilizado como indicador de desenvolvimento, apesar dele retratar essencialmente o aspecto econômico de determinado território ou região. Como o conceito de desenvolvimento vem incorporando indicadores de qualidade de vida para medir o desenvolvimento, o PIB perdeu espaço como indicador exclusivo.

Portanto, o PIB reflete apenas a parte quantitativa do desenvolvimento. Assim, para complementar esta análise é preciso incorporar algumas variáveis sociais, responsáveis pela parcela qualitativa deste desenvolvimento.

A análise da renda em si não é representativa na verificação do desenvolvimento de uma determinada região, porém tem vantagens no sentido de permitir delimitar a população alvo para fins de política social, isto é, a parcela da população para a qual a ocorrência de carências em relação aos diferentes aspectos da qualidade de vida tem impacto crítico dado sua associação com a insuficiência de renda.

Para Rocha (1990), o bom desempenho econômico é o modo mais direto e eficaz de combate à pobreza enquanto insuficiência de renda. Para a autora as questões de pobreza e desigualdade estão estreitamente vinculadas. Assim, a pobreza está basicamente relacionada às carências de saneamento, habitação, assistência médica e educação, que não podem ser sanadas mediante um acréscimo de renda, mas sim, através de investimentos bem sucedidos do setor público.

Na visão da autora, a renda é apenas um critério inicial para distinguir a população pobre e deve ser associada aos indicadores sociais a fim de identificar e mensurar as carências que se tornam críticas quando associadas à insuficiência de renda.

5.1.2 Análise do PIB *per capita*

Tomando por base os dados do PIB *per capita* (ver Tabela 4) dos municípios do Vale do Rio Pardo em 1990, 1995 e 1999 (por ocasião da pesquisa só havia dados disponíveis referentes ao ano de 1999), pode-se observar que Santa Cruz do Sul apresenta, destacadamente, o maior PIB *per capita* da região, ou seja, R\$ 19.787,00 em 1999. Este valor representa, inclusive, mais do que o dobro do PIB *per capita* do Estado do Rio Grande do Sul e quase o quádruplo da média regional no mesmo período. Este fato se explica, por um lado, em função de o Estado ser caracterizado por uma grande desigualdade, onde se encontram regiões da Serra, Metropolitana e Vale dos Sinos, como as mais prósperas do Estado, e regiões mais pobres ou menos produtivas, como é o caso das regiões Missões, Norte, Nordeste e Campanha, conforme Siedenberg (2001a). Por outro lado, deve-se também creditar este desempenho ao perfil industrial do município de Santa Cruz do Sul.

A elevada renda de Santa Cruz do Sul deve-se, sobretudo a presença das indústrias fumageiras. Puntel (1999), afirma que a indústria fumageira de Santa Cruz do Sul representa uma indústria-chave na região, apresentando um sistema de produção integrado, abrangendo desde a produção de sementes até o processamento do fumo e a comercialização do cigarro. E, além disso, sendo uma indústria-motriz é responsável pelo emprego de novas tecnologias na sua área de influência.

Acompanhando o desempenho de Santa Cruz do Sul pode-se observar que o município de Venâncio Aires também se destaca na região, apresentando um PIB *per capita* de R\$ 11.873,00 em 1999. Neste município uma parcela significativa da renda é gerada pela indústria da erva-mate e outra parte pela indústria fumageira. Outro município que também se destaca é Vera Cruz com PIB *per capita* de R\$ 9.314,00 em 1999. Esse fato se deve a presença de empresas fumageiras e de empresas de outros setores, como a nacionalmente reconhecida empresa Kopp, do ramo de produtos eletrônicos.

No extremo oposto encontram-se, pela ordem, municípios como Lagoão, com PIB *per capita* de R\$ 2.914,00, e Tunas, com R\$ 3.507,00 em 1999. Nestes municípios o principal setor gerador da renda é a agricultura, que é principalmente familiar e de subsistência. Ambos os municípios conseguiram melhorar sua renda em comparação aos anos anteriores (1990 e 1995), mas ainda são os municípios que apresentam a menor renda da região do Vale do Rio Pardo.

Porém, deve-se destacar que apesar destes (e outros) municípios apresentarem um PIB *per capita* muito abaixo da média regional e estadual, está ocorrendo, no período em questão, um incremento considerável deste indicador: temos, por exemplo, Venâncio Aires que passou de R\$ 6.599,00 em 1990 para R\$ 11.873,00 em 1999. Lagoão, município com menor PIB *per capita* da região conseguiu desempenho semelhante, ou seja, quase duplicar o valor do seu PIB no período, conforme pode ser observado na Tabela 4.

Enfim, desempenhos positivos podem ser observados em todos os demais municípios da região do VRP no período analisado (1990-1999). O resultado desta melhora significativa na distribuição da renda se deve principalmente ao fato da busca de alternativas econômicas que possam gerar mais renda. Por exemplo, Lagoão que sobrevivia da agricultura, descobriu um veio e está atualmente investindo na atividade de extração e lapidação de pedras semi-preciosas a fim de incrementar a renda

municipal. Uma outra alternativa é o incentivo à instalação de indústrias nos municípios que possam gerar empregos, propiciar arrecadação e atrair investimentos. Também é importante considerar uma melhora no controle das contas municipais e melhor aplicação do dinheiro público.

Desta forma, é possível constatar a partir da Tabela 4 que a renda na região do Vale do Rio Pardo está concentrada principalmente em Santa Cruz do Sul. Em primeiro lugar, esta concentração de renda é resultado da própria lógica do sistema capitalista, um sistema baseado na exploração e na dominação. Em segundo lugar, o grande número de empresas fumageiras que se localizam neste município, responsáveis pela maior parcela desta renda, tem o poder econômico e domínio da produção do fumo, e estipulam o preço que vão pagar pelo produto. Em terceiro lugar, o interesse na grande arrecadação de impostos, faz com que o município permita e incentive a presença destas indústrias, sem ter nenhuma política de proteção aos pequenos agricultores que ficam a mercê das grandes fumageiras. Em quarto lugar, há ainda a vantagem competitiva decorrente da formação de *clusters* produtivos, como é o caso do pólo fumageiro estabelecido e consolidado na região. E, por último a infra-estrutura (rodovias asfaltadas, acessos adequados para escoar a produção, pontes, energia, telefonia) contribuem para uma concentração maior da produção e da renda nos municípios da microrregião central.

Esta concentração de renda é resultado também de um desenvolvimento desequilibrado, onde há o contraponto entre municípios pobres (principalmente da microrregião norte) que não oferecem infra-estrutura adequada, necessária a grandes indústrias e os municípios mais ricos que oferecem melhores condições (infra-estrutura, educação, saúde, saneamento) ao estabelecimento de um pólo industrial.

Tabela 4 - PIB per capita dos municípios do Vale do Rio Pardo em R\$ (1990-1999)
(Valores atualizados pelo IGP-DI de Dezembro de 1999)

Municípios	1990	1995	1999
Arroio do Tigre	4.184	4.331	5.739
Barros Cassal	2.201	2.039	3.553
Boqueirão do Leão	3.450	2.913	4.355
Candelária	3.980	4.056	4.707
Encruzilhada do Sul	2.863	2.332	4.208
Estrela Velha	-	-	6.851
General Câmara	2.944	3.478	3.892

Gramado Xavier	-	2.658	3.841
Herveiras	-	-	4.534
Ibarama	4.468	3.294	5.385
Lagoa Bonita do Sul	-	-	-
Lagoão	1.860	2.050	2.914
Pantano Grande	4.710	3.779	6.092
Passa Sete	-	-	4.608
Passo do Sobrado	-	4.489	6.053
Rio Pardo	4.259	4.802	4.967
Santa Cruz do Sul	12.722	15.308	19.787
Segredo	3.652	3.652	4.756
Sinimbu	-	5.046	5.538
Sobradinho	3.287	3.492	3.675
Tunas	3.223	2.513	3.507
Vale do Sol	-	3.445	5.147
Vale Verde	-	-	5.898
Venâncio Aires	6.599	7.271	11.873
Vera Cruz	6.959	9.776	9.314
Média do VRP	4.460	4.531	5.883
Média do RS	6.541	6.204	7.435

Fonte: FEE, 2002

5.1.3 Análise da evolução do PIB *per capita*

A análise da evolução do PIB *per capita* na região (ver Tabela 5) mostrou que no período de 1990-1999 a maioria dos municípios teve uma evolução positiva deste PIB; isto ocorre porque os municípios têm buscado alternativas econômicas geradoras de renda. Nos municípios do Vale do Rio Pardo, as prefeituras além de um maior controle nas contas públicas, têm incentivado as atividades de turismo ecológico, piscicultura, cultivo ecológico, fruticultura, pecuária, bem como, tem oferecido incentivo à expansão industrial, proporcionando uma infra-estrutura para o desenvolvimento destas atividades.

Pode-se observar que neste período o município de melhor desempenho é Venâncio Aires, que passou de um índice 100 pontos (1990) para 180 (1999), quase dobrando a sua renda no período analisado. Também destaca-se o município de Barros Cassal que passou de um índice 100 para 161 no mesmo período, cujo desempenho pode estar relacionado com o asfaltamento rodoviário que liga o município a outras regiões. Já Santa Cruz do Sul, o município que tem a maior representatividade em termos de renda na região teve um crescimento de 56 pontos no período de 1990-1999. Em contrapartida o município considerado mais pobre da região, no qual há uma

predominância da atividade agrícola, Lagoão, teve um crescimento em sua renda de 57 pontos no período de 1990-1999, cujo desempenho, conforme informação da Secretaria de Administração do município, se deve à exploração de pedras semi-preciosas (ágata) e à pecuária, que tem sido os grandes responsáveis pelo crescimento da renda.

Tomando a região como um todo se verifica uma elevação na renda *per capita*, de 2 pontos percentuais no período 1990-1995 e de 32 pontos percentuais no período de 1990-1999. Se comparada esta evolução com a do Rio Grande do Sul verifica-se que o percentual de crescimento da renda do VRP é superior ao desempenho do Estado, que entre 1990-1995 decresceu 5 pontos percentuais e, entre 1990-1999 teve um crescimento de apenas 14 pontos percentuais. Desta forma, os números evidenciam uma pequena elevação da renda na região do Vale do Rio Pardo, cuja média ainda é inferior à média estadual. Também se evidencia que esta evolução não está, necessariamente, revertendo em maior poder de compra da população, uma vez que se enfatiza a grande desigualdade existente na distribuição desta renda entre os municípios, ou seja, ficando claro a grande concentração de renda nos municípios de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz.

Tabela 5 - Evolução do PIB *per capita* dos municípios do Vale do Rio Pardo em R\$

Uma outra análise pode ser feita distribuindo o PIB *per capita* dos municípios em intervalos (no qual o primeiro varia de R\$ 2000 à 5000; o segundo de R\$ 5001 à 8000 e o terceiro de R\$ 8001 à 20.000), procurando verificar se há uma concentração espacial de rendas menores e maiores no VRP. Pelos dados da Tabela 6 constata-se novamente que a renda está concentrada nos municípios da microrregião central (região de concentração industrial) do Vale do Rio Pardo (Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz), embora haja grande diferença entre o PIB *per capita* de Santa Cruz do Sul, que é de R\$ 19.787,00 em 1999, para o de Venâncio Aires, que é de R\$ 11.873,00 neste mesmo ano. Verifica-se que os municípios que possuem a menor renda *per capita* em 1999 estão localizados principalmente na microrregião norte do vale (região de minifúndios), com exceção de Estrela Velha, Arroio do Tigre e Ibarama, que tem um PIB *per capita* localizado no intervalo de R\$ 5001/8000.

Tabela 6 - Classificação dos municípios segundo o Pib *per capita* em R\$/1999

Municípios	Localização	PIB per capita
Lagoão	Norte	2914
Tunas	Norte	3507

Barros Cassal	Norte	3553
Sobradinho	Norte	3675
Gramado Xavier	Norte	3841
General Câmara	Sul	3892
Encruzilhada do Sul	Sul	4208
Boqueirão do Leão	Norte	4355
Herveiras	Centro	4534
Passa Sete	Norte	4608
Candelária	Sul	4707
Segredo	Norte	4756
Rio Pardo	Sul	4967
Vale do Sol	Centro	5147
Ibarama	Norte	5385
Sinimbu	Centro	5538
Arroio do Tigre	Norte	5739
Vale Verde	Sul	5898
Passo do Sobrado	Sul	6053
Pantano Grande	Sul	6092
Estrela Velha	Norte	6851
Vera Cruz	Centro	9314
Venâncio Aires	Centro	11873
Santa Cruz do Sul	Centro	19787

Fonte: Dados do autor com base em FEE, 2002

OBS.: O autor classificou os municípios por microrregiões e o PIB per capita em ordem crescente de valores

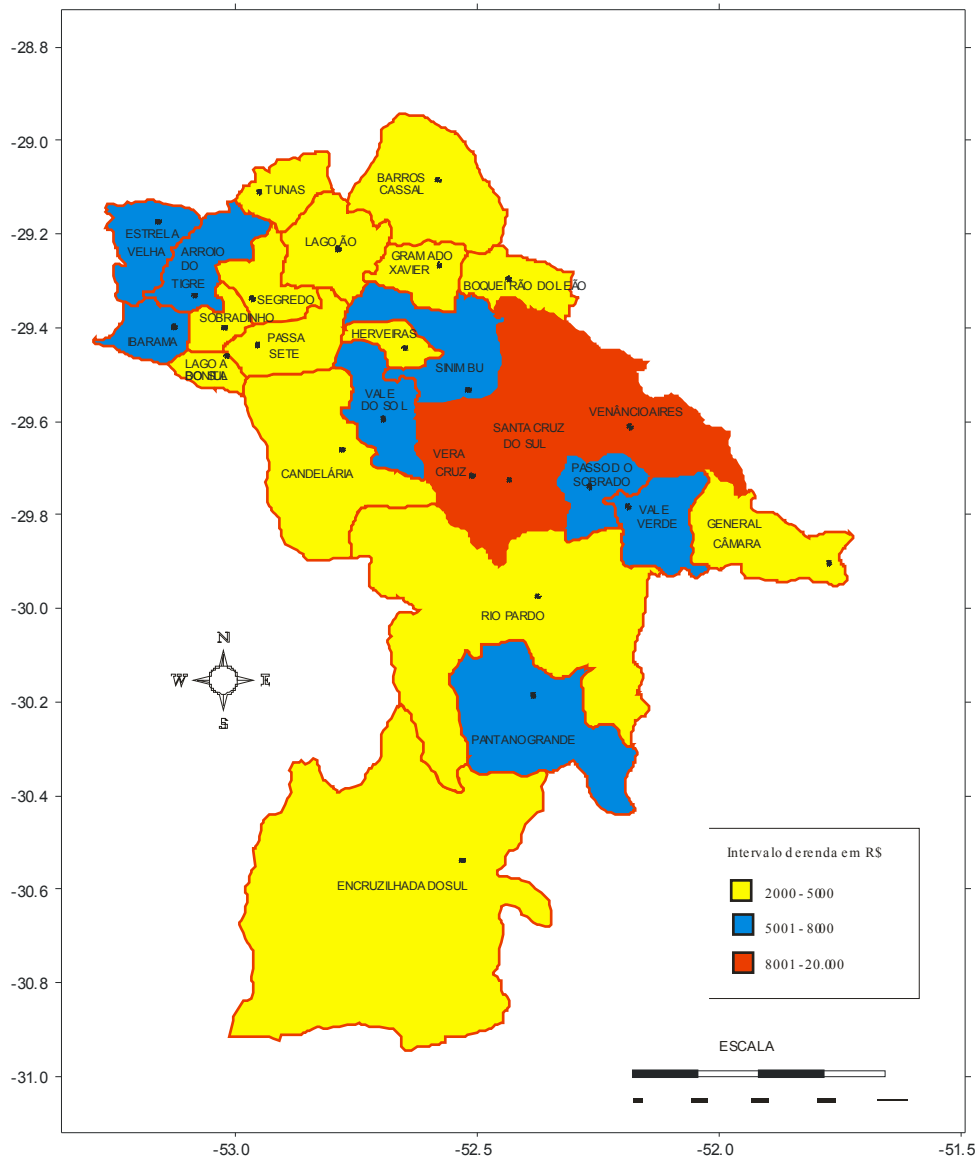
A medida em que ocorre a elevação do PIB *per capita*, verifica-se que a renda tende a concentrar-se nos municípios localizados na microrregião sul (região de pecuária e latifúndios) e centro do vale. A Tabela 6 revela ainda que a menor renda se encontra, sobretudo nos municípios que ainda tem a predominância de sua base econômica ligada à agricultura; à medida que se verifica um PIB mais elevado, a renda concentra-se nos municípios que possuem alguma indústria ou parque industrial, como é o caso de Santa Cruz do Sul.

Desta forma, ao analisarmos a distribuição espacial do PIB *per capita* nota-se que a concentração de renda no VRP é bastante acentuada, pois um alto valor se reúne em apenas três municípios (Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz), permanecendo os demais com rendas próximas ou inferiores a média do Estado. Isto se deve ao fato da região ser extremamente ligada à agricultura, principalmente a cultura do fumo e por não haver atividades industriais significativas fora deste núcleo que possam ser geradoras de renda. Além disso, há uma concentração industrial ligada à produção do fumo e, não havendo a diversificação industrial, a renda fica dependente das flutuações do mercado.

5.1.4 Análise da participação do PIB municipal no PIB da região do VRP

Uma outra possibilidade de análise consiste em observar qual a representatividade da renda dos municípios no total da região do Vale do Rio Pardo. A Tabela 7 revela que os municípios de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires são os mais representativos em termos de produção na região, com percentuais de participação de 51,62% e 17,62% (respectivamente) do PIB da região, no ano de 1999, ou seja, estes dois municípios juntos concentraram quase 70% de todo Produto Interno Bruto do VRP. Este fato revela a predominância da renda em locais de concentração industrial, como é o caso destes municípios, que se localizam na região central do Vale do Rio Pardo, onde estão instaladas as principais indústrias.

Figura 3 – PIB per capita por intervalos de renda da região do Vale do Rio Pardo em 1999



Fonte: LABORATÓRIO DE GEOPROCESSAMENTO - UNISC

Os demais municípios têm, em decorrência, uma participação pequena na formação do PIB regional, isto porque sua base econômica (a agricultura) tem pouca expressão na renda da região. No entanto, os municípios com PIB pouco representativo estão procurando descobrir seu potencial e buscar investimentos em setores que possam vir a ser responsáveis pelo crescimento da renda e pelo desenvolvimento municipal. Na região os investimentos estão se voltando, por exemplo, para o turismo rural, uma vez que existem localidades com belas paisagens, para a piscicultura, para a exploração de pedras semi-preciosas, e para outras atividades como a pecuária, a gastronomia, a agro-ecologia e a indústria.

Também, faz-se necessário evidenciar o acréscimo que teve o PIB da região do Vale do Rio Pardo, cuja participação no PIB estadual passou de 4,55% (em 1990) para 5,43% (em 1999): isto reflete uma grande produção e exportação do principal produto da região, o fumo. Praticamente dentro do VRP as mudanças significativas no PIB regional estão ligadas ao setor fumageiro, responsável pela maior parte da renda gerada na região.

O aumento na participação do PIB estadual é decorrente do desempenho anteriormente analisado, quando se constatou que o crescimento do PIB no Vale do Rio Pardo entre 1990 e 1999 foi maior do que o crescimento do PIB no Rio Grande do Sul no mesmo período (conforme Tabela 5).

Por fim, as desigualdades têm causas antigas e diversas e cada dia estão mais acentuadas, estando presentes nos países, estados, regiões, microrregiões. Mas, no caso do Vale do Rio Pardo, verifica-se que um dos fatores responsáveis pelas desigualdades é representado principalmente pela distribuição da renda.

Tabela 7 - O PIB municipal em R\$ e a participação relativa no PIB total do RS em 1990, 1995 e 1999

5.1.5 O setor agrícola e a dependência da cultura do fumo

A importância do setor fumageiro na economia regional é evidenciada através do PIB setorial, que mostra a participação percentual de cada setor de atividade econômica no conjunto da economia municipal. A Tabela 8 apresenta estes dados para os municípios do Vale do Rio Pardo referente aos anos de 1990, 1995 e 1997 (último ano com dados disponíveis).

Observa-se ali a predominância da atividade agrícola em relação aos demais setores em 13 dos 25 municípios do VRP, em 1997; o setor de prestação de serviços é atividade predominante em 8 dos 25 municípios da região e a atividade industrial se sobressai como principal formadora do PIB em 3 municípios (Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz).

Outro fenômeno que pode ser observado com base na Tabela 8 é a relativa perda de importância da atividade agrícola no PIB: com exceção de Boqueirão do Leão, onde o PIB do setor agrícola passou de 47,68% em 1990 para 57,91% em 1997, em todos os demais municípios a atividade agrícola manteve ou diminuiu sua participação no PIB municipal, evidenciando um rearranjo setorial. Entre 1990 e 1997 alguns municípios apresentaram dados que indicam uma melhor distribuição do PIB setorial, ou seja, a agricultura deixou de ser o principal fator de formação do PIB uma vez que o setor industrial e de serviços aumentou sua importância na economia municipal.

Todavia, apesar da atividade agrícola ser preponderante em boa parte dos municípios do Vale do Rio Pardo, na região como um todo o setor industrial é a atividade de maior representatividade na formação do PIB (58,14% em 1997), seguida dos serviços (22,16%) da agricultura (12,86%) e, por fim, o comércio (6,84%).

Tabela 8 - PIB setorial em (%) dos municípios do VRP (%) em 1990, 1995 e 1997

Este dado reforça sobremaneira a importância que o setor industrial de apenas três municípios (Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz) tem na economia regional. Aliás, é de tal maneira acentuada a importância do setor industrial concentrado nestes três municípios, que altera inclusive a distribuição das médias regional e estadual: por exemplo, enquanto no Estado do RS o setor industrial respondia por 41,44% do PIB total, no VRP a maior contribuição foi de 48,83% em 1990 e, de forma similar também se verificou essa distribuição em 1995, onde o Estado tinha uma participação de 40,94% e o VRP 54,45%. Esta diferença aumenta em 1997, tendo o Estado 41,78% de

participação do setor industrial na composição do PIB total em contraponto com o Vale do Rio Pardo, com 58,14%. Ou seja: analisando-se a composição do PIB setorial, percebe-se que o VRP tem um perfil bem mais agrícola e industrial que o perfil estadual; em contrapartida o setor de prestação de serviços tem menor importância no Vale do Rio Pardo se comparado ao perfil estadual.

Em suma, para boa parte dos municípios da região do Vale do Rio Pardo, as atividades agrícolas são de fundamental importância, mas a concentração industrial que se verifica em alguns municípios é de tal magnitude que distorce completamente o perfil regional.

Considerando, porém a importância do setor agrícola para a maior parte dos municípios do VRP, torna-se necessário desdobrar este setor para entender a estrutura e a dinâmica da economia regional.

Conforme Stülp (2001), fatores como a terra, a mão-de-obra e a mecanização têm sido importantes para o aumento do valor da produção agrícola na região do Vale do Rio Pardo como um todo. Na microrregião central o fator que impulsiona a produção é a terra e a mecanização, na microrregião norte a mão-de-obra seguida da terra e por último a mecanização e, na microrregião sul, a mão-de-obra vem seguida da mecanização e da terra.

Para o autor a produção agrícola no Vale do Rio Pardo é dependente de poucas culturas, destacando-se o fumo, conforme pode ser constatado na Tabela 9. O fumo é, em geral, a principal cultura nos estabelecimentos menores, que dependem quase que exclusivamente desta lavoura. No entanto, nos estabelecimentos maiores, a predominância é da cultura do arroz.

A tabela mostra que no período analisado, no Estado predominam principalmente as culturas da soja, com uma participação de 24,91%, a cultura do arroz com 21,29% e a cultura do milho com 13,17%. Observa-se uma grande diferença em relação a região do Vale do Rio Pardo, onde a produção do fumo é a principal cultura, com uma participação de 55,05% no valor da produção agrícola no ano de 2000. Estes dados demonstram uma grande especificidade na produção agrícola regional, ou seja, o Vale do Rio Pardo é essencialmente produtor de fumo.

Tabela 9 - Valor da produção agrícola das principais culturas temporárias por município em (%) - 2000

Municípios	Fumo	Milho	Feijão	Soja	Mandioca	Arroz	Outras
Arroio do Tigre	58,00	14,24	5,85	3,88	11,05	0,08	4,60
Barros Cassal	74,50	10,47	1,57	3,17	5,73	0,18	2,54
Boqueirão do Leão	80,82	11,34	0,67	-	1,41	0,10	1,05
Candelária	52,85	9,43	0,88	11,00	7,18	14,30	2,46
Encruzilhada do Sul	8,33	25,46	4,30	1,92	5,20	11,87	25,34
Estrela Velha	22,32	7,08	6,58	50,79	0,91	0,05	10,56
General Câmara	41,10	9,76	3,57	0,87	7,99	3,70	20,80
Gramado Xavier	80,53	9,49	1,56	-	2,25	0,04	2,23
Herveiras	74,09	6,58	0,82	-	3,55	0,11	2,58
Ibarama	67,54	11,32	3,51	-	4,25	0,04	6,08
Lagoa Bonita do Sul	-	-	-	-	-	-	-
Lagoão	57,72	15,15	5,92	-	9,09	0,51	8,72
Pantano Grande	-	2,45	0,05	25,42	3,70	60,70	3,00
Passa Sete	71,03	11,52	4,18	4,61	2,51	0,10	4,11
Passo do Sobrado	73,35	4,90	0,17	1,80	7,87	7,92	1,12
Rio Pardo	29,53	3,01	0,05	8,85	18,58	28,47	9,67
Santa Cruz do Sul	56,75	17,74	0,54	1,19	6,68	5,11	7,69
Segredo	64,71	14,37	5,15	2,31	6,82	0,79	3,74
Sinimbu	65,57	15,22	3,59	0,08	6,53	0,26	4,85
Sobradinho	71,86	10,64	3,51	1,01	5,18	0,05	4,04
Tunas	42,74	18,07	2,36	14,90	8,88	0,34	7,62
Vale do Sol	65,08	12,13	0,21	0,23	9,33	5,99	3,21
Vale Verde	30,41	7,15	0,48	0,70	14,83	44,70	1,14
Venâncio Aires	54,23	15,06	0,49	0,04	11,50	3,78	4,48
Vera Cruz	69,91	8,36	0,27	0,06	10,69	4,63	3,29
Total do VRP	55,05	11,74	1,84	4,83	8,37	8,14	5,51
Total do RS	9,07	13,17	1,27	24,91	5,71	21,29	11,48

Fonte: IBGE, 2000

Os dados revelam que o fumo é, indiscutivelmente, uma das principais culturas temporárias do Vale do Rio Pardo. Pode-se observar que entre 1990 e 2000 (ver também tabelas do anexo A sobre o valor da produção agrícola das principais culturas temporárias nos municípios em 1990 e 1995) a cultura do fumo no VRP ganhou em importância: sua representatividade no contexto da produção agrícola regional passou de 43,96% para 55,05%, respectivamente.

De uma maneira em geral, o que se observa é que os municípios mais pobres são os que mais dependem da cultura do fumo: em primeiro lugar, por estarem localizados

na microrregião de planalto, onde, em função da topografia acidentada, o cultivo de qualquer outro produto é difícil; em segundo lugar, o fumo tem uma tradição histórica começada por volta de 1850 e mantida até hoje como identidade regional; em terceiro lugar, a dependência provém do financiamento antecipado fornecido pelas fumageiras, da assistência técnica e orientação no plantio, o fornecimento de sementes e agrotóxicos; e, por último, a renda recebida pela venda do fumo as grandes empresas fumageiras da região, muitas vezes, é a única renda que o agricultor tem para sustentar sua família.

Por outro lado, podemos observar que alguns municípios são exceção à predominância de fumo na cultura agrícola: em Estrela Velha, por exemplo, a produção de soja representou 50,79% da produção agrícola em 2000; em Encruzilhada do Sul a principal cultura é a do milho com 25,46% e em segundo lugar aparecem outras culturas com 25,34%; em Pântano Grande o destaque é para o arroz com 60,70% da produção agrícola do município e em segundo lugar a soja com 25,42%; em Vale Verde o destaque é para o arroz com 44,70% do valor da produção superando a cultura do fumo no município. O município de Rio Pardo tem praticamente uma equivalência entre a participação do fumo (29,53%) e do arroz (28,47%) no ano de 2000. Isto significa localmente uma maior diversificação de culturas, dando assim maiores oportunidades e opções de mercado aos agricultores. Enquanto isso, de uma maneira em geral a produção da mandioca está relacionada com o consumo interno na propriedade (principalmente alimentação animal). O plantio do feijão possui pequena representatividade na produção agrícola da região. E a coluna Outras abriga as mais diferentes culturas.

Enquanto isso, em alguns municípios a predominância da cultura do fumo é marcante: Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Gramado Xavier, Herveiras, Ibarama, Passa Sete, Passo do Sobrado, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Vale do Sol e Vera Cruz tem uma dependência econômica desta cultura situada em patamares acima de 60%, isso porque, conforme Stülp (2001) se verifica uma acentuada dependência do fumo em estabelecimentos (propriedades rurais) menores, uma característica da estrutura fundiária dos municípios da parte norte do Vale do Rio Pardo.

Em relação às culturas permanentes (ver Tabela 10), é necessário considerar que estas possuem pouca representatividade na economia regional como um todo, destacando-se no ano de 2000 a cultura de erva-mate em Herveiras, com um percentual

de participação de 11,25% e também em Venâncio Aires, com 5,50%. Em Encruzilhada do Sul destaca-se a produção da maçã (8,63%) e do pêssego (5,78%). E, em Ibarama o cultivo da uva, representando 3,99% de participação no valor total da produção agrícola. No geral as culturas permanentes participam de modo residual na composição do valor da produção agrícola (ver também tabelas do anexo B referentes aos anos de 1990 e 1995 sobre a participação destas culturas na produção agrícola total).

Assim, na análise geral dos municípios que compõem o Vale do Rio Pardo sobre dados do PIB setorial (%) e do valor da produção agrícola (%), observou-se que os municípios têm, em geral, como principal fonte de renda a agricultura familiar e voltada ao plantio de fumo, que é o responsável pela sustentabilidade econômica desta região.

Tabela 10 - Valor da produção agrícola das principais culturas permanentes por município em (%) – 2000

Municípios	Erva- mate	Laranja	Maçã	Pêssego	Tangerin a	Uva	Outras
Arroio do Tigre	-	0,24	-	0,45	0,80	0,31	0,49
Barros Cassal	0,29	0,47	-	0,18	0,53	0,13	0,24
Boqueirão do Leão	1,10	1,45	0,01	0,06	0,35	0,76	0,87
Candelária	0,05	0,15	0,01	0,26	0,87	0,05	0,51
Encruzilhada do Sul	-	0,92	8,63	5,78	1,54	0,15	0,56
Estrela Velha	-	0,25	-	0,12	0,77	0,34	0,22
General Câmara	-	1,23	-	0,28	0,21	0,09	10,40
Gramado Xavier	0,51	1,02	-	0,30	0,33	0,55	1,18
Herveiras	11,25	0,30	-	-	-	0,02	0,70
Ibarama	0,01	0,38	-	0,44	1,18	3,99	1,27
Lagoa Bonita do Sul	-	-	-	-	-	-	-
Lagoão	0,02	0,86	-	0,47	0,65	0,16	0,73
Pantano Grande	-	4,11	-	0,17	0,39	-	0,01
Passa Sete	-	0,17	0,02	0,52	0,37	0,35	0,52
Passo do Sobrado	0,02	1,13	-	0,31	0,97	0,02	0,41
Rio Pardo	-	0,23	-	0,19	0,53	0,02	0,86
Santa Cruz do Sul	0,19	0,76	-	0,71	1,16	0,28	1,20
Segredo	-	0,18	-	0,39	0,68	0,50	0,36
Sinimbu	0,70	0,70	-	0,42	0,95	0,14	0,97
Sobradinho	-	0,18	0,07	0,45	1,65	0,84	0,52
Tunas	-	1,00	-	0,79	1,96	0,60	0,73
Vale do Sol	0,28	0,71	-	0,84	0,77	0,20	1,03
Vale Verde	-	0,53	-	-	-	0,02	0,03
Venâncio Aires	5,50	2,70	-	0,23	1,06	0,07	0,87
Vera Cruz	-	0,76	-	0,40	0,49	0,14	1,01
Total do VRP	0,94	0,86	0,30	0,51	0,79	0,28	0,84
Total do RS	0,90	1,48	3,07	1,32	0,88	4,48	1,00

Fonte: IBGE, 2000

5.1.6 A concentração industrial como fator de desigualdade

Conforme Klering (1999), o Valor Adicionado Fiscal (VAF) de um município compreende o valor global que as suas unidades econômicas de produção e comércio adicionam aos seus produtos, à medida que esses passam adiante, desde o setor primário (agricultura) até o setor terciário (consumidor final). A utilização do Valor Adicionado Fiscal, isoladamente, representa o melhor indicador do desempenho econômico, por este

retratar com bastante exatidão o poder econômico de um município, bem como, a realidade de cada comuna municipal. Assim, com base no disposto na Tabela 11, pode-se observar a participação da indústria na composição da renda de cada um dos municípios do VRP.

A Tabela 11 apresenta a participação do VAF do setor industrial no VAF total nos municípios do Vale do Rio Pardo, em percentuais, para os anos de 1990, 1995 e 1999, sendo considerado como VAF total da indústria a soma do VAF das indústrias de transformação, beneficiamento, montagem e acondicionamento.

Tabela 11 - VAF do setor industrial dos municípios do VRP (%) em 1990, 1995 e 1999

Municípios	Part. Munic. 1990 (%)	Part. Munic. 1995 (%)	Part. Munic. 1999 (%)
Arroio do Tigre	2,97	6,77	10,24
Barros Cassal	4,49	2,03	1,11
Boqueirão do Leão	6,55	2,23	1,45
Candelária	13,76	22,85	14,15
Encruzilhada do Sul	5,08	10,62	7,89
Estrela Velha	-	-	0,17
General Câmara	2,94	18,59	21,33
Gramado Xavier	-	2,18	0,44
Herveiras	-	-	0,26
Ibarama	7,28	7,39	4,22
Lagoa Bonita do Sul	-	-	-
Lagoão	2,54	-5,87	0,66
Pantano Grande	34,97	32,73	39,80
Passa Sete	-	-	1,20
Passo do Sobrado	-	14,06	7,49
Rio Pardo	27,30	38,92	24,39
Santa Cruz do Sul	79,79	75,56	79,46
Segredo	5,47	1,99	1,46
Sinimbu	-	29,78	13,38
Sobradinho	30,77	15,79	6,06
Tunas	7,32	1,33	0,55
Vale do Sol	-	8,07	8,61
Vale Verde	-	-	10,36
Venâncio Aires	69,22	56,07	67,15
Vera Cruz	73,14	67,70	50,47
Total do VRP	67,41	59,32	62,48
Total do RS	52,56	43,81	43,71

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do RS, 1999

Nesta tabela evidenciam-se alguns aspectos significativos: em 20 dos 25 municípios da região do VRP a participação do setor industrial na formação da renda

municipal é inferior a 25%, em média, nos três anos considerados. Apenas em Pântano Grande, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz a participação da indústria na composição da renda é superior a 25% do VAF total, caracterizando uma maior concentração e representatividade de atividades industriais nestes municípios. Em Santa Cruz do Sul, por exemplo, o percentual de participação da indústria na formação da renda é elevado: no ano de 1995 a indústria totalizava 75,56% de participação na geração da renda municipal e em 1999 este setor aumentou ainda mais sua representatividade, passando para 79,46%. O alto percentual de participação da indústria na renda municipal de Santa Cruz do Sul deve-se ao fato deste município ser considerado um pólo industrial, onde se concentra um dos maiores parques industriais ligados ao setor fumageiro, através do qual é beneficiada a maior parte do fumo produzido na região, cultura esta que movimenta uma parcela significativa da economia do Vale do Rio Pardo.

Também se destaca novamente a importância do setor industrial de Vera Cruz e Venâncio Aires, onde em 1999 o VAF industrial destes municípios foi de 50,47% e 67,15% do VAF total, respectivamente. Estes percentuais se devem a presença da indústria fumageira, tanto em Vera Cruz como em Venâncio Aires, onde associado ao fumo há ainda o desenvolvimento de atividades ligadas à indústria da erva-mate.

Na comparação entre o VAF da indústria da região do Vale do Rio Pardo e o VAF do setor industrial do Estado, constata-se que há um predomínio do setor industrial na região do VRP, pois no período analisado a região apresentou percentuais mais elevados do que o Estado. Em 1999, na região do Vale do Rio Pardo, a participação do VAF da indústria na formação da renda era de 62,48%, enquanto no Estado esse percentual era de 43,71%. Isto pode ser explicado pela forte concentração industrial de indústrias ligadas ao setor fumageiro no VRP, enquanto que no Estado existem regiões onde o setor industrial é forte (Serra, Vale dos Sinos e Metropolitana), mas, em contraposição há regiões onde a concentração industrial é bem menor (Litoral, Produção, Campanha, Médio Alto Uruguai).

De forma semelhante ocorre no Vale do Rio Pardo: a presente análise mostra claramente a predominância e a importância da indústria na microrregião central do Vale do Rio Pardo, concentrando neste espaço a maior parte da economia regional, evidenciando uma grande desigualdade, pois a maior parte dos municípios têm na

agricultura sua principal fonte de renda. Todavia, observa-se também através do VAF que a concentração industrial e sua importância econômica são de tal forma acentuadas, que distorcem completamente o perfil regional.

5.1.7 O emprego no setor agrícola e industrial no Vale do Rio Pardo

Um indicador sobre a oferta de empregos na região do Vale do Rio Pardo pode ser obtido a partir de dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho, através da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. No entanto, há uma dificuldade em obter o número real de pessoas empregadas nos setores: a RAIS só informa o número de empregados no final de cada ano, daquelas empresas que fazem o registro do funcionário junto ao ministério.

É importante ressaltar que o emprego na agricultura familiar não aparece em registros oficiais, pois os trabalhadores são membros da família ou até parentes que não tem carteira assinada nem os direitos trabalhistas assegurados; portanto, estão fora das estatísticas oficiais do Ministério do Trabalho. Há também o grupo dos profissionais liberais e os subempregados (camelôs, doceiras, costureiras, etc), pessoas que trabalham por conta própria, que possuem uma renda e não são consideradas nos dados da RAIS, por não terem os registros sociais (principalmente carteira de trabalho assinada). Portanto, este indicador precisa ser analisado com ressalvas; além disso, há uma variação no número de empregos durante o ano, ou seja, uma empresa pode ter um número X de empregados no início do ano e ao final este número ter variado significativamente para mais ou para menos. Porém, a utilização deste indicador justifica-se pela inexistência de dados mais confiáveis.

Neste contexto a Tabela 12 procura mostrar como se distribuiu o emprego nos setores agrícola, industrial e de serviços na região do Vale do Rio Pardo, propiciando ainda um comparativo com as análises anteriores relacionados a estes setores.

Em primeiro lugar observa-se uma concentração de empregos no município de Santa Cruz do Sul, município este de maior PIB *per capita* e onde se encontra o pólo industrial da região. No entanto, houve uma queda acentuada no emprego do setor industrial neste município: em 1990, Santa Cruz do Sul oferecia 25.771 vagas de trabalho no setor industrial, em 1995 eram 21.717 e em 2000 eram apenas 9.532 vagas. Essa redução de aproximadamente 63% no número total de empregos diretos no setor

industrial se deve ao fato de as empresas fumageiras que dominam o setor industrial do município de Santa Cruz do Sul estarem contratando funcionários temporários, apenas para o período de safra, sendo pequeno o número de funcionários efetivos e que realmente tem contrato de trabalho com a empresa.

Em segundo lugar aparece o município de Venâncio Aires que também possui uma grande parcela de empregos em seu setor industrial, igualmente ligado ao fumo e apresentando também uma queda no número de empregados contratados efetivos. Em 1990 o setor industrial deste município tinha 12.182 empregados, passando para 11.468 em 1995 e 4.502 empregados em 2000, isto significa uma queda de aproximadamente 61% no número de empregos no setor industrial do município. Essa é uma das contradições regionais: o PIB se eleva e o desemprego é maior. Este fato é que acentua a desigualdade na região.

No Estado do RS o fenômeno da diminuição dos empregos no setor industrial também pode ser observado no período, reduzindo 433.423 vagas entre 1990 e 2000. Deve-se considerar aqui a terceirização de atividades-meio realizadas pelas indústrias, como um fator que explica este decréscimo. Com a terceirização há um aumento da informalidade econômica e das chamadas profissões liberais.

Tabela 12 - Emprego no setor agrícola, industrial e de serviços nos municípios do VRP 1990, 1995 e 2000

O setor agrícola que representa uma das principais atividades econômicas na maioria dos municípios da região do Vale do Rio Pardo, possui um pequeno número de pessoas trabalhando com contratos efetivos. Assim, no ano de 2000, Santa Cruz do Sul contava com 505 empregos efetivos no setor agrícola, Rio Pardo com 367 empregos e Encruzilhada com 300 empregos; estes são os três municípios que mais empregos efetivos fornecem na agricultura, de acordo com os dados do RAIS.

Na análise do emprego no setor agrícola também deve ser referenciado a grande participação de mão-de-obra familiar, sobre qual o Ministério do Trabalho não tem registro e também a contratação de mão-de-obra temporária apenas para a época de plantio e colheita das culturas, principalmente a do fumo, predominante na região.

Neste contexto, deve-se considerar outros fatores que fazem com que a mão-de-obra no setor agrícola seja tão pequena: para Stülp (2001), na região do Vale do Rio Pardo está ocorrendo um processo de migração da população rural para as cidades, isto

porque a mão-de-obra tem sido substituída pelas máquinas, ocorrendo um processo de mecanização mais acentuada na microrregião central.

Além disso, não há diversificação na produção primária da região, sendo esta dependente de poucos produtos agrícolas, predominando a cultura do fumo, como foi demonstrado anteriormente. O produtor rural se defronta com baixas rendas decorrentes da falta de financiamento e incentivo agrícola e da dependência da cultura do fumo e do subsídio das fumageiras, não tendo grande retorno de investimentos alternativos. Desta forma, evidencia-se que é necessário colocar à disposição do produtor rural outros projetos de trabalho e produção; um exemplo seria a indústria rural, culturas orgânicas, sem agrotóxicos, assistência de técnicos, agrônomos, financiamentos com juros baixos, incentivos do governo.

Há que se considerar ainda que, de acordo com dados da RAIS, depois do setor industrial, o setor de serviços é o que mais emprega na região do Vale do Rio Pardo, isto porque os serviços englobam uma quantidade grande de setores da atividade econômica como: transporte, comunicação, administração pública, serviços bancários, energia, educação, saúde, serviços domésticos, serviços sociais, entre outros, que representam uma parcela elevada dos empregos efetivos.

No entanto, ao analisar o emprego no setor de serviços no Vale do Rio Pardo e no Estado, verifica-se que este teve uma queda no período entre 1990 e 2000. Isto se deve, em parte, ao fato de as administrações públicas serem coibidas pela lei de Responsabilidade Fiscal, que impõe limite de 60% de sua receita com gastos com o funcionalismo. Também o fato de o país passar por uma fase de recessão e de baixo crescimento econômico tem afetado diretamente setores de médio e pequeno porte.

Portanto, percebe-se que a questão do emprego é muito difícil de ser analisada, pelo fato dos dados expressarem uma realidade limitada, por ser uma variável isolada, não refletindo os problemas que enfrentam as populações na luta por um emprego. Também, há o crescimento de contratos temporários, em que empregados trabalham apenas em um período do ano, como é o caso da cultura do fumo na região do Vale do Rio Pardo, onde o emprego é maior na época de safra, e nas demais regiões do Estado de acordo com sua produção local.

5.2 Indicadores de desenvolvimento social

Os indicadores sociais surgem com grande ênfase no século XX, ganhando um cunho científico por volta de 1960, como parte das tentativas de organização dos sistemas mais abrangentes de acompanhamento das transformações sociais e aferição do impacto das políticas sociais nas sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas (Jannuzzi, 2002).

O que levou a comunidade científica a buscar informações sociais foi o descompasso entre o crescimento econômico e a melhoria das condições sociais em países do Terceiro Mundo. Observou-se que o crescimento do PIB não alterava *per se*, os níveis de pobreza que permaneciam altos, acentuando-se as desigualdades sociais em diversos países. O PIB *per capita*, mostrava ineficiência como indicador do nível de desenvolvimento socioeconômico e cada vez era menos apropriado como medida de bem-estar social.

Um indicador social procura medir o grau de atendimento de objetivos e o nível de realização das atividades. Moldau (1998) afirma que índices econômicos e sociais devem servir inicialmente para realização de diagnósticos acerca da situação econômica e social de uma comunidade e, assim, permitir a identificação de possíveis pontos de estrangulamento no atendimento às necessidades sociais específicas.

Na visão de Hicks e Streeten (1988) os analistas do desenvolvimento cada vez mais têm-se conscientizado que o crescimento da produção ou da renda por si só não constitui um indicador de desenvolvimento, e que a redução da pobreza e a satisfação das necessidades básicas do ser humano deveriam fazer parte de uma medida de desenvolvimento.

Assim, compreende-se a necessidade de incluir nas medidas de desenvolvimento, associado a indicadores como PIB *per capita* (medida de crescimento da produção e renda), os indicadores sociais que procuram medir o desenvolvimento em termos de saúde, nutrição, habitação, distribuição de renda, bem como de outros aspectos do desenvolvimento cultural e social.

Desta forma, para Costa (1975), o termo 'social' geralmente é definido de maneira residual ou mesmo com conotação negativa, isto é, social é o fenômeno não econômico. Assim, o social é considerado fornecedor de variáveis intervenientes entre as variáveis econômicas e, portanto, sendo crescentemente incorporado ao planejamento governamental, pois experiências evidenciaram que para alcançar o objetivo econômico

de crescimento auto-sustentado da produção por habitante é necessário levar em consideração fatores não econômicos.

Há também uma definição de indicador social que o considera uma medida direta de bem-estar. Porém, conforme o Relatório sobre Desenvolvimento Mundial de 1990, o grau de satisfação do cidadão será tanto maior quanto mais bem alimentado ele for e quanto maior for o acesso aos serviços de saúde, educação e trabalho, quanto maior for a segurança contra o crime e a violência física, quanto maior for a disponibilidade de momentos agradáveis de lazer, e o grau de participação nas atividades econômicas, culturais e políticas de sua comunidade (Rodrigues, 1991).

Para Jannuzzi (2002) um indicador social é, em geral, uma medida quantitativa, dotada de significado social substantivo; é um recurso metodológico, empiricamente referido que informa algo sobre a realidade social e sobre as mudanças que estão ocorrendo na mesma. Os indicadores sociais servem para subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas (municipal, estadual e federal), possibilitando o monitoramento por parte do poder público e da sociedade civil, das condições de vida e bem-estar da população.

Conforme Rocha (1990), dadas às desvantagens da renda como determinante único da pobreza, foi difundida a utilização de um ou mais indicadores sociais, para que assim se pudesse mensurar pobreza via resultados efetivos em termos de qualidade de vida.

O conceito de qualidade de vida tem abrangido geralmente as noções de segurança, paz, igualdade de oportunidade, participação e satisfação pessoal. No entanto, tais indicadores são de difícil mensuração. Por isso, a opção por indicadores sociais que são mais facilmente mensuráveis, pois seus resultados dão respostas sobre qualidade de vida da população.

Também se pode considerar as necessidades básicas essenciais, abrangendo a área da saúde, nutrição, educação elementar, higiene, abastecimento de água e habitação. No contexto deste trabalho os indicadores sociais que serão abordados referem-se a taxa de alfabetizados, a esperança de vida ao nascer e o coeficiente de mortalidade infantil, abastecimento de água, esgotamento sanitário, destino do lixo e leitos hospitalares por mil habitantes, todos relacionados aos municípios do Vale do Rio Pardo.

5.2.1 Educação: uma via para a erradicação das desigualdades sociais

Para Oliveira (2002) a educação é um componente fundamental na erradicação da pobreza. Para este autor, a educação deve estar em primeiro lugar nos planos de desenvolvimento que visam a redução da pobreza.

A má formação escolar afeta negativamente a economia, tendo em vista que o aumento da escolaridade é essencial para a redução das desigualdades sociais. Dados do IBGE revelam que a desigualdade entre renda e educação no Brasil, ocorre em regiões nas quais o percentual de analfabetos é alto; ali também os rendimentos são baixos. O contrário ocorre em regiões onde a taxa de alfabetização é elevada; ali os salários tendem a ser mais elevados. Assim, conforme dados do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, em torno de 40% da desigualdade existente no país é resultado da diferença de nível educacional (Oliveira, 2002).

Nóbrega *apud* Zioni (1999) vê na cultura da manutenção dos privilégios a principal causa da persistência da desigualdade social do país. Para ele medidas pontuais não seriam eficazes, mas sim, em primeiro lugar, investimentos em educação, considerando o fator emprego; em segundo lugar, combater os privilégios, através das reformas tributárias e previdenciárias e, em terceiro, mudar as políticas públicas, por exemplo, através do benefício de estudantes realmente carentes com bolsas de estudo.

Para Moura e Castro (consultor do SENAI e ex-diretor da CAPES) também citado por Zioni (1999), educação não é uma solução mágica para a pobreza, pois sem crescimento não há saída. Mas, sem educação não é possível mudar o círculo vicioso em que está inserida a população pobre.

Os dados da Tabela 13 mostram como está a taxa de alfabetização, medida de eficiência do sistema educacional, nos municípios da região do Vale do Rio Pardo no período de 1980 à 2000.

Conforme observamos na Tabela 13, houve uma queda no número de analfabetos em todos os municípios da região do Vale do Rio Pardo no período considerado. Os municípios com menores taxas de analfabetismo e, conseqüentemente maior número de alfabetizados em 2000 são Santa Cruz do Sul onde 95,6% da população era alfabetizada; Venâncio Aires (94,2%) e Vera Cruz (94%). Em contrapartida os municípios de Lagoão e Tunas apresentam os índices mais baixos de pessoas alfabetizadas: respectivamente 79,20% e 82,20% no ano de 2000. Coincidentemente

estes municípios apresentam a renda mais baixa da região, o que corrobora o anteriormente exposto. Todos os demais municípios da região se enquadram entre estes extremos.

Tabela 13 -Taxa de alfabetização nos municípios do VRP - 1980, 1991 e 2000

Municípios	Taxa de alfabetização da população de 15 anos e mais (%)	Taxa de alfabetização da população de 15 anos e mais (%)	Taxa de alfabetização da população de 10 anos e mais (%)
	1980	1991	2000
Arroio do Tigre	81,60	85,70	90,20
Barros Cassal	76,60	75,60	83,10
Boqueirão do Leão	-	82,90	87,60
Candelária	77,10	82,90	88,50
Encruzilhada do Sul	72,90	80,90	86,60
Estrela Velha	-	-	87,30
General Câmara	77,40	81,60	88,90
Gramado Xavier	-	-	87,10
Herveiras	-	-	88,10
Ibarama	-	83,00	89,00
Lagoa Bonita do Sul	-	-	-
Lagoão	-	67,90	79,20
Pântano Grande	-	81,20	87,50
Passa Sete	-	-	85,30
Passo do Sobrado	-	-	92,00
Rio Pardo	80,50	85,00	89,80
Santa Cruz do Sul	88,50	91,50	95,60
Segredo	-	80,00	86,70
Sinimbu	-	-	90,70
Sobradinho	80,50	81,30	89,70
Tunas	-	71,20	82,20
Vale do Sol	-	-	93,10
Vale Verde	-	-	85,00
Venâncio Aires	88,60	92,00	94,20
Vera Cruz	88,10	89,40	94,00
Total do VRP	81,18	82,01	88,39
Total do RS	89,43	87,84	91,40

Fonte: IPEA/PNUD e IBGE, 1991 e 2000

A análise da taxa de alfabetização no Vale do Rio Pardo mostrou um crescimento no período de 1980 à 2000 e, se comparada ao Estado, a diferença no ano de 2000 é de apenas 3 pontos percentuais. No geral os dados revelam que a educação nos municípios do Vale do Rio Pardo faz parte dos projetos de desenvolvimento da região, pois no período analisado houve um crescimento na taxa de alfabetização em todos os

municípios. Há que se considerar ainda que no ano de 2000 o IBGE incorporou no contingente de alfabetizados a população a partir dos 10 anos de idade.

Os valores constantes da tabela tendem a mostrar que a taxa de alfabetização no Vale do Rio Pardo é relativamente alta. Isto pode significar que há por parte dos governos municipais incentivos e investimentos na área educacional.

É preciso, por fim, considerar aspectos importantes da educação na redução das desigualdades, pois não é apenas na quantidade que está a solução, mas principalmente na qualidade do ensino. No aspecto quantitativo o objetivo é simplesmente melhorar a taxa de alfabetização não só de crianças como também de adultos. No aspecto qualitativo, talvez o mais importante, o objetivo é a qualidade do ensino, que só será atingida no momento em que os professores puderem se qualificar, fazendo cursos de atualização e (ainda para muitos) de nível universitário, melhorando os salários dos educadores, melhorando a infra-estrutura escolar (bibliotecas, laboratórios, entre outros). Enfim, manter a escola como formadora dos indivíduos.

5.2.2 Longevidade: viver mais com qualidade de vida

O planejamento da saúde de uma determinada população passa pela avaliação das necessidades locais a fim de estabelecer prioridades relacionadas à assistência médica e devendo proporcionar o acesso de toda a comunidade a condições sanitárias adequadas. Um projeto de desenvolvimento deve abranger e propor o atendimento à saúde das populações, principalmente trabalhando com problemas locais, a fim de tornar as políticas públicas regionais mais eficientes e eficazes.

Desta forma, o planejamento efetivo da saúde deveria incentivar programas de controle da natalidade, como por exemplo: o planejamento familiar. Isto faria com que houvesse uma redução no número de nascimentos, conseqüentemente no número de crianças e jovens. Também deve fazer parte das políticas públicas de saúde um maior cuidado com as gestantes, com o estado nutricional das crianças, propiciando controle de moléstias que causam a mortalidade infantil através de imunização, bem como instalação dos serviços de abastecimento de água e esgoto.

O planejamento público para a saúde por parte dos governos necessita de avaliações a fim de verificar as prioridades e o público que será beneficiado com os projetos; para isso é necessária a investigação de alguns indicadores como mortalidade

infantil, condições adequadas de abastecimento de água, saneamento, leitos hospitalares e a esperança de vida ao nascer. Estes indicadores auxiliam na elaboração políticas públicas na área de saúde, com o objetivo de mostrar a realidade e identificar as necessidades da população.

Deste modo, a esperança de vida ao nascer é um indicador alternativo para a avaliação das condições de saúde de uma população. É um indicador complexo, no entanto, de significado bastante claro: número médio de anos que se espera que um recém nascido possa viver em uma dada sociedade, supondo os riscos de mortalidade do presente. No cálculo da esperança de vida ao nascer leva-se em conta não apenas os riscos da mortalidade infantil, mas os riscos de mortalidade de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos e os riscos diferenciais entre homens e mulheres.

Os riscos de mortalidade são maiores no primeiro ano de vida, caindo até os 10 anos. No caso das mulheres o risco aumenta quando estas entram no período reprodutivo. Mas, as taxas mais elevadas são observadas após os 60-70 anos, naturais ao envelhecimento.

A Tabela 14 relaciona a esperança de vida relativa aos habitantes da região do Vale do Rio Pardo para os anos de 1980, 1991 e 2000.

Observa-se que a esperança de vida ao nascer melhorou em todos os municípios da região no período entre 1980 e 1991. Na comparação entre o Vale do Rio Pardo e o Estado, a média da região que é de 65,52 anos em 1991, ficou abaixo da média do Estado, que foi de 74,60 anos. Embora a taxa de mortalidade infantil no Vale do Rio Pardo nos anos de 1980, 1991 e 1998 seja mais elevada que a do Estado, ainda assim, esta não influenciou diretamente na esperança de vida ao nascer. No entanto, uma elevada taxa de mortalidade infantil tende a reduzir (em anos) a esperança de vida ao nascer. Desta forma, deve-se considerar que elevadas taxas de mortalidade infantil da região do VRP, ainda que muito sutilmente, fazem com que a média regional seja mais baixa do que a do Estado.

Os dados da esperança de vida ao nascer para o ano de 2000 mostraram um aumento considerável nos anos de vida da população de grande parte dos municípios do VRP. Pode-se observar que a média da região aumento em torno de 5 anos, passando de 65,52 (1991) para 70,91 anos (2000). Em contraposição, o Estado, teve um decréscimo em sua média em 2,81 anos passando de 74,60 anos (1991) para 71,79 (2000). Mesmo assim, a região do Vale do Rio Pardo ainda possui uma esperança de vida em anos

abaixo da média do Estado, mas aproximando-se gradualmente. Em 1991 a diferença era de aproximadamente 9 anos, em 2000 esta diferença caiu para 0,88 (ou aproximadamente 10 meses).

A melhora das condições de vida da população é decorrente de projetos relacionados à saúde, principalmente nos primeiros anos de vida e na chamada 3ª idade. Algumas entidades como ONG's, Universidades, comunidades religiosas, associações e clubes vêm desenvolvendo projetos de participação do idoso na sociedade, fazendo com que diversas atividades (dança, ginástica, trabalho comunitário) sejam utilizados para tornar o idoso ativo e participante. Também, é importante colocar a evolução da medicina, surgindo cada dia remédios mais eficientes para as doenças que atacam os idosos, os tratamentos e cirurgias que fazem com que as pessoas consigam viver mais, ou seja, o idoso hoje consegue ter uma vida mais longa devido a projetos sociais e de saúde que promovem uma melhor qualidade de vida.

A mortalidade infantil é um dos indicadores mais utilizados em Saúde Pública por mostrar a relação existente entre saúde e doença, sendo importante para o desenvolvimento social como o reflexo da situação sócio-econômica da população. Este coeficiente é um bom indicador da disponibilidade de recursos de higiene e água limpa em função de que os recém nascidos estão suscetíveis a doenças transmitidas pela água. O coeficiente de mortalidade infantil expresso na Tabela 14 é calculado a partir das mortes infantis ocorridas com crianças menores de um ano em relação ao número de 1.000 nascidos vivos.

Para Jannuzzi (2001) a taxa de mortalidade infantil tem uma aplicação estritamente demográfica; no entanto tem sido utilizada como um indicador social que representa as condições gerais de vida ou saúde que prevalecem em determinadas regiões ou em algum segmento populacional.

Tabela 14 – Esperança de vida ao nascer (em anos) 1980, 1991 e 2000 e taxa de mortalidade infantil em 1980, 1991 e 1998

Com relação a taxa de mortalidade infantil o município que apresenta o menor coeficiente em 1998 é Arroio do Tigre com 6,82 óbitos e a taxa mais elevada foi registrada no município de Vale Verde com 90,91 por mil nascidos vivos. No entanto, esta taxa não é muito representativa, pois neste município em 1998 nasceram 11 crianças e morreu apenas uma, por isso uma taxa tão elevada. O segundo município com a menor taxa de mortalidade infantil é Sinimbu com 9,46 para o ano de 1998. Os demais municípios permanecem numa faixa entre 10 e 30 óbitos por mil nascidos vivos.

Desta forma, a Tabela 14 mostra em traços gerais que entre 1980 e 1998 os municípios conseguiram reduzir a taxa de mortalidade infantil. Todavia a região do Vale do Rio Pardo apresenta historicamente uma taxa de mortalidade infantil superior à média do Estado, mas entre 1980 e 1998 ambas as médias caíram praticamente pela metade. Estes dados revelam uma melhoria nas condições de saúde da população do Estado, bem como, a queda na taxa de mortalidade infantil é reflexo do investimento em políticas de saúde pública e de esforços na educação para a saúde, além da prevenção e cuidados com a criança no período pós-natal.

Atualmente há um consenso sobre o fato de os índices de mortalidade infantil estarem associados às condições de vida da população, ou seja, habitação, saneamento, nutrição, acesso à água tratada, recolhimento e tratamento adequado do lixo, além do acompanhamento médico da gestante. Mas, tudo isso passa por um caminho, o caminho da educação. Por isso, a redução da mortalidade infantil começa pela adequada infraestrutura básica e por um processo de educação para a saúde e para o ambiente.

Pode-se acrescentar a este estudo uma análise sobre a oferta de serviços ou recursos humanos na área da saúde. Os serviços de saúde cobertos por um sistema de referência (no caso do Brasil o mais utilizado pela população é o Sistema Único de Saúde – SUS), trata-se de um indicador da distribuição geográfica das instalações e de acesso da população aos serviços de saúde, através da implementação de políticas públicas adequadas. É possível verificar estas condições através de alguns indicadores, como: distância entre o serviço e a residência do usuário, a disponibilidade econômica de quem utiliza os serviços, a qualidade do atendimento, a relação entre o total de habitantes e o total de serviços e a relação entre o total de habitantes e o total de servidores da saúde.

Estas condições de serviços de saúde sendo satisfatórias podem contribuir para informar e educar para a saúde, como por exemplo: na nutrição e alimentação

adequadas, principalmente nos primeiros anos de vida da criança; no aleitamento materno; na imunização e prevenção de doenças, nos cuidados com a higiene e na distribuição de remédios.

Nesta pesquisa o indicador utilizado para complementar a análise da saúde da população do Vale do Rio Pardo é o número de leitos hospitalares por 1.000 habitantes no ano de 2000. Este é um indicador utilizado em estatísticas nacionais e internacionais. No entanto, sua capacidade de expressão como indicador de desenvolvimento é relativa, devido a avaliações qualitativas das condições dos hospitais e do corpo clínico, ou seja, suas capacidades técnicas e as especialidades, que devem estar associadas a este indicador.

Observa-se, conforme a Tabela 15 que em 16 dos 25 municípios da região do Vale do Rio Pardo há pelo menos um hospital à disposição da população. Têm-se exceções como Santa Cruz do Sul e Sobradinho, com 3 e 2 hospitais, respectivamente. No município de Santa Cruz do Sul a existência de três hospitais é pelo fato de ser uma das cidades mais populosas da região. Como este município atende as populações de municípios vizinhos, a capacidade de atendimento, em decorrência, deveria ser maior. No entanto, o que se constatou através da Tabela 15 é que houve uma queda no número de leitos por 1000 habitantes, fato este relacionado com a política nacional de saúde. É necessário salientar que os hospitais de Santa Cruz do Sul possuem uma capacidade tecnológica bem maior do que os demais hospitais da região, sendo isto um atrativo à vinda de pessoas dos municípios próximos, para tratamento.

Mas, os dados revelam que o município mais pobre da região, Lagoão, tem a disposição de sua população 14,44 leitos por 1.000 habitantes e que Vera Cruz, que está entre os três municípios de maior renda da região, tem apenas 1,97 leitos por 1.000 habitantes. Isto pode ser devido a proximidade de Santa Cruz do Sul, onde há mais recursos nos hospitais instalados no município. No entanto, os municípios de maior porte da região (Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Rio Pardo) têm uma oferta menor de leitos por habitantes do que os municípios menores (Arroio do Tigre, General Câmara, Sobradinho, Boqueirão do Leão).

Tabela 15 - Número de leitos hospitalares por 1.000 hab. – 1980, 1994 e 2000

Observa-se através dos dados da tabela que na maioria dos municípios da região o número de leitos hospitalares foi crescente no período de 1980 a 2000, embora a média

da região tenha caído de 4,11 (1980) para 3,29 em (2000). Isto pode significar uma queda no atendimento à saúde na região ou até mesmo uma melhora nas condições de saúde da população, como resultado das políticas públicas de saúde.

Para Cunha (2001), a oferta de leitos não é o único problema, mas sim a falta de especialistas ou pessoal qualificado, a falta de instalações adequadas para atender a problemas mais complexos tais como: intercorrências pediátricas, cirúrgicas, obstétricas, neurológicas e traumatológicas. Os hospitais maiores passam assim, a atender casos mais complexos e pacientes de outros municípios, contribuindo para a carência de leitos hospitalares.

Após verificar as condições de educação e saúde da população do Vale do Rio Pardo, cabe, portanto analisar aspectos relacionados à condições de abastecimento de água, esgotamento sanitário e destinação adequada do lixo, uma vez que são significativos na melhora da qualidade de vida da população regional.

5.2.3 Condições de vida da população da região do Vale do Rio Pardo

A qualidade de vida da população, o acesso a água tratada, a canalização e tratamento de esgoto, condições adequadas de habitação (banheiros) são responsáveis pela redução das doenças e da mortalidade infantil, melhorando as condições de saúde da comunidade e proporcionando assim maior bem-estar à população. De modo semelhante, a separação do lixo e a destinação adequada do mesmo têm fins não só de saúde, mas de preservação ambiental, principalmente da água e do solo.

Assim, faz-se necessário a avaliação de indicadores que reflitam a situação das condições de vida de uma determinada população, para que os projetos de desenvolvimento possam abranger as áreas mais necessitadas. Por isso, a análise dos indicadores das condições de vida será feita a partir dos dados constantes nas Tabelas 16 e 17.

Devido a maneira como foram agrupados os dados sobre saneamento básico nos censos de 1980, 1991 e 2000, os mesmos foram separados em duas tabelas: a primeira relativa aos anos de 1980 e 1991 e a segunda com dados do censo de 2000, ambas fazendo referência às condições de abastecimento de água; instalações adequadas de esgoto e tratamento do lixo, para os municípios da região do Vale do Rio Pardo.

Observa-se a partir da Tabela 16 que em 1991 o município de Ibarama tinha

apenas 4% de seus domicílios com abastecimento adequado de água e o município de Segredo tinha apenas 3% de seus domicílios com instalações adequadas de esgoto. Os municípios de Arroio do Tigre e Barros Cassal tiveram um decréscimo no percentual de domicílios com instalações adequadas de esgoto, passando de 59% (1980) para 47% (1991) e 29% (1980) para 7% (1991), respectivamente. Os demais municípios tiveram acréscimos nas condições de qualidade de vida.

Ao comparar a média da região com os valores do Estado verifica-se que em 1980 a diferença entre o percentual de domicílios que tinham abastecimento adequado de água para a região era de 72% e para o Estado de 74%, uma diferença de apenas 2%. Já em 1991 esta diferença aumenta para 15%. Em relação a instalação adequada de esgoto nos anos de 1980 e 1991 a região apresentou percentuais um pouco melhores que os do Estado, sendo o percentual da região para 1991 de 57% contra 52% do Estado. No item destino do lixo, em 1991 a região do Vale do Rio Pardo esteve com padrões melhores de coleta: 43% do lixo da região era coletado enquanto no Estado apenas 2% era coletado. Isto se deve ao fato de que o Rio grande do Sul possuía nesta época em torno de 400 municípios e grande parte deles ainda não tinha condições e projetos de saneamento devido a pequena estrutura das prefeituras, por serem municípios muito jovens, e por falta de investimentos municipais nesta área.

Tabela 16 - Qualidade de vida nos municípios do VRP - 1980 e 1991

A Tabela 17 mostra dados do Censo de 2000, porém com uma classificação um pouco diferente da tabela anterior. Os dados revelam que todos os municípios da região possuem acesso ao abastecimento de água ligado à rede geral e utilizam-se de água de poços ou nascentes, embora em percentuais diferentes. O percentual mais elevado encontra-se no município de Vale Verde, no qual 53% dos domicílios dependem de outras formas de abastecimento de água. Os municípios que apresentam melhores percentuais nas formas de abastecimento de água são Pântano Grande com 88%, Santa Cruz do Sul com 84% e Vera Cruz com 83%. Os municípios que mais utilizam poços ou nascentes são Barros Cassal (70%), Ibarama (70%), Lagoão (74%), Herveiras (76%),

Passa Sete (82%) e Gramado Xavier (83%).

Na descrição das condições adequadas de esgotamento sanitário para o ano de 2000 verifica-se que os percentuais de domicílios ligados a rede geral são pequenos, chegando em alguns municípios a inexistência de esgotamento sanitário ligados a rede geral como Boqueirão do Leão, Estrela Velha, Gramado Xavier, Passo do Sobrado, Segredo, Tunas, Vale do Sol e Vale Verde. No entanto, o número de domicílios que possuem banheiro ou sanitário apresentam percentuais bastante elevados, chegando a uma média de 94% na região do Vale do Rio Pardo. O maior percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário encontra-se no município de Lagoão com 37%. O grande problema da região é a falta de estações de tratamento do esgoto sanitário, propiciando assim a contaminação da água e do solo, poluindo o meio ambiente.

Na comparação entre os anos de 1991 e 2000 o Vale do Rio Pardo aumentou o percentual de coleta de lixo de 43% para 65%, respectivamente. O Estado teve acréscimos maiores, passando de um percentual de 2% do lixo coletado em 1991 para 95% em 2000 e reduzindo significativamente outros destinos dados ao lixo passando de 13% em 1991 para apenas 1% em 2000. Isto se deve ao grande investimento público que vem sendo feito pelo Estado nas áreas de saúde, educação e meio ambiente: existem projetos de coleta de lixo reciclado, bem como, a educação voltada para a preservação do meio ambiente.

Tabela 17 - Qualidade de vida dos municípios do VRP - 2000

Desta forma, a saúde, a educação e o saneamento têm sido fatores importantes nos projetos de desenvolvimento regionais. Estes indicadores sendo considerados satisfatórios e associados a uma igualitária distribuição de renda vão proporcionar um maior desenvolvimento, com a participação conjunta dos governos municipais e estaduais e da população, visando o bem-estar e a qualidade de vida.

Por fim, a análise das condições de vida da população num período de 20 anos remete a muitas situações diferentes. Os projetos de saneamento básico de cada um dos municípios ou até mesmo da região como um todo, passaram por vários processos no período entre 1980 e 2000. Processos estes que podem estar ligados às emancipações de municípios, ao crescimento econômico, ao processo de urbanização, a prioridades políticas, a disponibilidade de verba pública, entre outros. Assim, as políticas de

desenvolvimento foram diferentes em cada um dos municípios, mas, esta análise quer apenas mostrar como estava a situação em 1980 e como se encontra em 2000, sem buscar causas ou explicações para estas mudanças, pois neste caso teria que ser feita uma análise específica por município.

5.2.4 Índice de desenvolvimento humano

Conforme Rodrigues (1991), a finalidade do desenvolvimento deve ser atender às necessidades dos indivíduos. Para que fosse possível quantificar este conceito de desenvolvimento, foi criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Na metodologia de obtenção deste índice são utilizados indicadores como esperança de vida ao nascer, grau de alfabetização e renda *per capita*.

O IDH é um índice proposto pelo Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas – PNUD e composto por indicadores sócio-econômicos ponderados e agrupados por blocos. Este indicador abrange a área da saúde, utilizando-se como medida a esperança de vida ao nascer; da educação como resultado da ponderação de 2/3 da taxa de alfabetização da população de adultos e de 1/3 da taxa combinada de matrículas nos três níveis de ensino básico, médio e superior) e da renda, medida pelo PIB *per capita* em dólares em termos de paridade de poder de compra.

Para análise do IDH, conforme Oliveira (2001), os limites mínimos e máximos foram estabelecidos a partir do Relatório de Desenvolvimento Humano de 1995, no qual a esperança de vida ao nascer tem como limite mínimo 25 anos e máximo 85 anos; a taxa de alfabetização varia entre 0% e 100% e o PIB *per capita* variando de US\$ 100 à US\$ 40.000 dólares (corrigidos pelo PPC - Paridade do poder de compra). O intervalo de variação do IDH localiza-se entre 0 e 1, para a proximidade de zero tem-se carência máxima e para um valor desejável igualado à unidade, tem-se carência mínima.

O índice de desenvolvimento humano dentro do intervalo já mencionado, utilizado na classificação de países, estados e municípios obedece a distribuição seguinte, conforme o PNUD (ONU): o país, região, estado ou município que tiver um índice variando entre 0 e 0,49 é considerado de baixo grau de desenvolvimento; quando o intervalo localiza-se acima de 0,5 até 0,8 o grau é médio e acima de 0,8 até 1,0 é considerado de alto grau de desenvolvimento.

Observando a Tabela 18 que apresenta os dados sobre o índice de desenvolvimento humano (IDH) verifica-se que houve diferentes evoluções deste indicador entre 1980 e 1991 no Vale do Rio Pardo. Observa-se que alguns municípios permaneceram com os mesmos valores em ambos os anos; isto ocorreu com Arroio do Tigre e General Câmara, enquanto que o município de Candelária teve redução no valor de seu IDH que, passou de 0,68 em 1980 para 0,63 em 1991. Estes dados revelam uma queda na qualidade de vida das pessoas que residem nestes municípios.

Desta forma, ao observar a referida tabela, nota-se que os municípios que possuem melhores índices de desenvolvimento humano no ano de 1991, ou seja, seus valores localizam-se no intervalo de médio grau de desenvolvimento, o que significa estar mais próximo da carência mínima, são: Santa Cruz do Sul com índice 0,78, Venâncio Aires com 0,73, Vera Cruz com 0,71 e Rio Pardo com 0,72. Já os municípios de Lagoão (0,50) e Tunas (0,52) apresentam os desempenhos mais baixos do Vale do Rio Pardo, ou seja, este índice reflete uma situação de carência acentuada, embora ainda seja considerado um grau médio de desenvolvimento.

Tabela 18 - Índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do VRP – 1980, 1991 e 2000

Municípios	1980	1991	2000
Arroio do Tigre	0,60	0,60	0,76
Barros Cassal	0,53	0,59	0,70
Boqueirão do Leão	-	0,69	0,75
Candelária	0,68	0,63	0,76
Encruzilhada do Sul	0,63	0,65	0,75
Estrela Velha	-	-	0,74
General Câmara	0,62	0,62	0,78
Gramado Xavier	-	-	0,71
Herveiras	-	-	0,76
Ibarama	-	0,62	0,74
Lagoa Bonita do Sul	-	-	-
Lagoão	-	0,50	0,67
Pantano Grande	-	0,65	0,75
Passa Sete	-	-	0,71
Passo do Sobrado	-	-	0,77
Rio Pardo	0,70	0,72	0,75
Santa Cruz do Sul	0,74	0,78	0,82
Segredo	-	0,55	0,72
Sinimbu	-	-	0,76
Sobradinho	0,58	0,63	0,76

Tunas	-	0,52	0,72
Vale do Sol	-	-	0,76
Vale Verde	-	-	0,74
Venâncio Aires	0,72	0,73	0,79
Vera Cruz	0,69	0,71	0,79
Total do VRP	0,65	0,64	0,75
Total do RS	0,74	0,79	0,81

Fonte: IBGE, IPEA/PNUD, 1991; IPEA e FJP, 2000

O indicador IDH para a região do Vale do Rio Pardo teve uma pequena queda na passagem de 1980 para 1991, passando de 0,65 para 0,64, uma alteração de valor praticamente desprezível, pois a região ainda classifica-se no grau intermediário. Já o Rio Grande do Sul teve um acréscimo de 5 pontos passando de 0,74 para 0,79 no mesmo período, ou seja, o Estado também está localizado no intervalo considerado de grau intermediário de desenvolvimento. Isto mostra que houve uma melhora nas condições de vida da população rio-grandense e que isto é um reflexo de investimentos em políticas públicas voltadas para a área social e de infra-estrutura.

Os dados para o ano de 2000 indicam que em todos os municípios da região do Vale do Rio Pardo houve aumentos nos valores do IDH, isto porque as melhores condições de educação e saúde, juntamente, com uma sensível elevação da renda per capita contribuiu para o bom desempenho deste indicador. Observa-se que na passagem de 1991 para 2000, o Vale do Rio Pardo teve acréscimo de 0,11 pontos em contraposição ao Rio grande do Sul que acresceu apenas 0,02 pontos. Embora, a região ainda esteja classificada em grau intermediário de desenvolvimento, a elevação do IDH do Vale do Rio Pardo foi superior a do Estado, que passou a classificar-se em alto grau de desenvolvimento.

5.2.5 Índice de desenvolvimento humano ampliado

Para Romão (1993), os indicadores de desenvolvimento humano – IDH, não levam suficientemente em conta a melhoria do bem-estar social. Países ou regiões com altos níveis de renda, razoável escolaridade e bons padrões de saúde, podem sofrer crescente concentração de renda e aumento da parcela da população pobre.

Desta forma, a partir do IDH, Romão construiu o Índice de Desenvolvimento Humano Ampliado (IDHA) agregando o coeficiente de Gini e o índice de pobreza de

Sen, a fim de avaliar o índice de desenvolvimento social e econômico dos estados brasileiros. Este indicador é considerado mais abrangente, pois agregou às medidas de desenvolvimento humano, medidas relativas à distribuição de renda e pobreza.

Assim, ao contrário do IDH, quanto mais próximo o IDHA estiver da unidade (1) pior será a qualidade de vida da população, e quanto mais próximo de zero, melhor será o bem-estar social.⁸

A Tabela 19 mostra a evolução do IDHA do ano de 1991 a 1996 para os municípios do Vale do Rio Pardo. Este indicador agrega medidas de distribuição de renda e de pobreza, sendo um complemento do IDH.

Tabela 19 - Índice de desenvolvimento humano ampliado (IDHA) dos municípios do VRP - 1991-1996

Municípios	1991	1992	1993	1994	1995	1996	Média do Período
Arroio do Tigre	0,41	0,40	0,39	0,37	0,35	0,35	0,38
Barros Cassal	0,35	0,35	0,34	0,34	0,34	0,33	0,34
Boqueirão do Leão	0,38	0,39	0,40	0,41	0,42	0,43	0,40
Candelária	0,42	0,43	0,43	0,44	0,44	0,44	0,43
Encruzilhada do Sul	0,39	0,39	0,38	0,38	0,38	0,38	0,38
Estrela Velha	-	-	-	-	-	-	-
General Câmara	0,43	0,43	0,43	0,43	0,43	0,43	0,43
Gramado Xavier	-	-	0,30	0,29	0,29	0,28	0,29
Herveiras	-	-	-	-	-	-	-
Ibarama	0,29	0,31	0,32	0,33	0,34	0,35	0,32
Lagoa Bonita do Sul	-	-	-	-	-	-	-
Lagoão	0,22	0,26	0,29	0,33	0,36	0,40	0,31
Pantano Grande	0,42	0,42	0,42	0,42	0,43	0,43	0,42
Passa Sete	-	-	-	-	-	-	-
Passo do Sobrado	-	-	0,38	0,39	0,40	0,41	0,39
Rio Pardo	0,49	0,49	0,48	0,47	0,47	0,46	0,48
Santa Cruz do Sul	0,50	0,51	0,52	0,53	0,54	0,55	0,53
Segredo	0,30	0,30	0,30	0,31	0,31	0,31	0,30
Sinimbu	-	-	0,32	0,32	0,32	0,33	0,32
Sobradinho	0,41	0,41	0,42	0,43	0,43	0,44	0,42
Tunas	0,24	0,25	0,26	0,27	0,28	0,26	0,26
Vale do Sol	-	-	0,35	0,35	0,35	0,35	0,35
Vale Verde	-	-	-	-	-	-	-
Venâncio Aires	0,49	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50
Vera Cruz	0,47	0,47	0,47	0,46	0,46	0,46	0,47
Total do VRP	0,39	0,39	0,39	0,39	0,39	0,39	0,39
Total do RS		-	-	-	-	-	-

Fonte: nutep.adm.ufrgs.br, 2000

⁸Para maiores informações sobre a metodologia de cálculo destes e outros indicadores ver Romão (1993), Oliveira (1998) e Oliveira (2001).

Portanto, analisando a média deste indicador no período de 1991 a 1996, dos municípios do Vale do Rio Pardo, pode-se observar que a qualidade de vida da população é alta. Municípios agrícolas como Tunas e Gramado Xavier, possuem os melhores índices da região, 0,26 e 0,29, respectivamente. Já o índice de Santa Cruz do Sul, com IDHA de 0,53, pode ser considerado um índice razoável.

A análise geral da tabela indica que existe na região um IDHA considerado bom, com média de 0,39, podendo-se dizer que a população desta região apresenta bons níveis de qualidade de vida.

5.2.6 A desigualdade de renda: Índice de Theil – L (grau de desigualdade de renda)

Conforme Stewart (2000) a distribuição de renda é extremamente importante para o desenvolvimento, pois ela influencia a coesão da sociedade, determina o tamanho da pobreza e os efeitos redutores da pobreza provenientes do crescimento. É importante colocar que para chegar a um nível adequado de desenvolvimento é necessária uma distribuição igualitária de renda.

Há uma grande influência da distribuição de renda na taxa de crescimento, uma vez que sociedades mais igualitárias crescem mais rapidamente do que as menos igualitárias. A alta desigualdade pode ser um empecilho ao crescimento por gerar uma maior instabilidade política, maior incerteza, menor investimento e por privilegiar grupos mais ricos, que pressionam por tratamento tributário diferenciado, levando ao excesso de investimento em determinadas áreas e conseqüentemente a uma redução do crescimento.

Desta forma, a desigualdade de renda é um fator importante na análise do desenvolvimento, pois, se houver maior igualdade distributiva o resultado é percebido através de um melhor nível de educação, melhores condições de saúde e nutrição, ou seja, melhores condições de vida e bem-estar.

Na tentativa de medir o nível de desigualdade de renda este trabalho utiliza-se do índice de Theil – L que mede exatamente o grau de desigualdade da distribuição de indivíduos segundo a renda familiar *per capita*. Neste índice quanto mais próximo de zero estiver o valor, mais a distribuição será totalmente igualitária e, quanto mais próximo da unidade (isto é, quando apenas um indivíduo receber toda a renda), maior

será a desigualdade. Não é possível calcular este índice caso alguma renda seja nula.

Na análise do índice de Theil – L para os municípios do Vale do Rio Pardo nos anos de 1980 e 1991 observa-se que o município de Rio Pardo possui o maior índice (0,73) e Boqueirão do Leão o menor (0,40), ou seja, a renda está melhor distribuída neste município, enquanto Rio Pardo tem um alto grau de desigualdade de renda comparado aos demais municípios da região. Na comparação entre a região do Vale do Rio Pardo e o Estado, a região possui índices menores, portanto possui uma melhor distribuição de renda do que o Estado: no ano de 1980 o Índice de Theil – L era de 0,58, acentuando-se a desigualdade em 1991, passando para 0,64.

Tabela 20 – Índice de Theil – L (grau de desigualdade de renda) 1980-1991

Municípios	Índice de Theil - L		
	1980	1991	1999
Arroio do Tigre	0,67	0,55	-
Barros Cassal	0,48	0,51	-
Boqueirão do Leão	-	0,40	-
Candelária	0,69	0,58	-
Encruzilhada do Sul	-	0,52	-
Estrela Velha	-	-	-
General Câmara	0,41	0,60	-
Gramado Xavier	-	-	-
Herveiras	-	-	-
Ibarama	-	0,59	-
Lagoa Bonita do Sul	-	-	-
Lagoão	-	0,44	-
Pantano Grande	-	0,58	-
Passa Sete	-	-	-
Passo do Sobrado	-	-	-
Rio Pardo	0,54	0,73	-
Santa Cruz do Sul	0,55	0,53	-
Segredo	-	0,50	-
Sinimbu	-	-	-
Sobradinho	0,59	0,62	-
Tunas	-	0,62	-
Vale do Sol	-	-	-
Vale Verde	-	-	-
Venâncio Aires	0,44	0,49	-
Vera Cruz	0,47	0,55	-
Total do VRP	0,54	0,55	0,41
Total do Estado	0,58	0,64	-

Fonte: IPEA, 1998 e Oliveira, 2001

O cálculo do índice de Theil – L é feito a partir das rendas individuais; porém, para

o ano de 2000 não há dados disponíveis sobre as rendas dos indivíduos nos municípios, não podendo assim ser calculado o índice para cada um dos municípios da região. No entanto, a fórmula de cálculo permitiu algumas simulações, desde que supondo a renda identicamente distribuída nos municípios, utilizando-se os dados do PIB *per capita* municipal (1999) como representando a renda individual e o somatório dos PIB's *per capita* como a renda total. O resultado desta primeira simulação foi um índice de Theil – L de 0,41, ou seja, há uma queda na desigualdade de renda na região, a renda passa a estar mais igualmente distribuída.

Numa segunda simulação utilizou-se os PIB's *per capita* municipais (1999) como sendo a renda individual e o PIB total (1999) do estado do Rio Grande do Sul como a renda total e obteve-se um índice de Theil – L muito próximo do valor da primeira simulação, 0,43, confirmando uma queda no grau de desigualdade de renda na região do Vale do Rio Pardo.

Portanto, observa-se através destas simulações que o grau de desigualdade de renda na região do Vale do Rio Pardo tem-se mostrado em queda. Deve-se salientar, no entanto, que os resultados são apenas simulações e podem conter erros. Este cálculo foi feito apenas para que se tenha uma noção deste índice e do que ele representa.

5.3 A situação econômica e social da região do Vale do Rio Pardo: uma síntese

A região do Vale do Rio Pardo, colonizada principalmente por alemães, teve sua origem no município de Rio Pardo, centro econômico (atividade mercantil) e militar. Região esta formada por áreas de planalto, dedicou-se primeiramente a agricultura com o cultivo da erva-mate, do milho e do trigo e a criação (porcos, cabras e ovelhas).

A cidade de Santa Cruz do Sul (1849) de forte colonização alemã dá início a cultura do fumo, atualmente predominante na região, passando então a especializar-se neste plantio. Paralela a agricultura no século XIX começam a surgir as primeiras indústrias de beneficiamento de fumo, dando origem ao processo de industrialização da região.

Assim, de acordo com as teorias do crescimento regional a industrialização é um fator chave para que ocorra o crescimento de uma determinada região. Este processo de industrialização deve ser acompanhado de infra-estrutura, mão-de-obra abundante, recursos naturais disponíveis e também uma diversificação do parque industrial.

A indústria instalada em uma determinada região, ou seja, uma indústria-motriz, promoverá a vinda de outras indústrias criando-se assim nesta região um pólo de crescimento. Esta indústria-motriz deverá promover efeitos de encadeamento com as demais indústrias. Esta integração entre as indústrias da região é que vai proporcionar o crescimento. Mas, para que a região apresente melhores indicadores não basta apenas crescer: é preciso haver uma conexão com desenvolvimento.

Na análise da região do Vale do Rio Pardo, observa-se que a maioria de seus municípios é estritamente agrícola, não existindo a presença de uma indústria-motriz, que promova o crescimento regional. No caso de Santa Cruz do Sul, que possui um parque industrial ligado ao setor fumageiro, observa-se à presença de apenas um tipo de indústria predominante, fazendo um contraponto à teoria que vê a necessidade de diversificar o parque industrial para haver crescimento. Além disso, a indústria fumageira em Santa Cruz do Sul, promoveu apenas a vinda de outras indústrias pouco significativas para a economia do município.

A instalação deste complexo fumageiro em Santa Cruz do Sul, ocorre pela facilidade com que encontra principalmente, mão-de-obra abundante e infra-estrutura. Pode-se dizer que estas indústrias representam um pólo de crescimento, pois o município apresenta renda elevada, sendo seu PIB *per capita* (19.787,00 reais) mais elevado que o PIB *per capita* do Rio Grande do Sul (7.435,00 reais) no ano de 1999, ou seja, a indústria é a fonte geradora de renda do município. O que observa-se em Santa Cruz do Sul é a concentração industrial em torno de apenas um produto, o fumo. Porém, desequilíbrios neste mercado poderão influenciar ou dificultar o crescimento regional.

A renda elevada do município de Santa Cruz do Sul e dos demais municípios da microrregião central (Venâncio Aires e Vera Cruz), revelaram estar refletindo nos indicadores sociais. Já em relação aos municípios agrícolas, este vem mantendo pequenas elevações em suas renda e conseqüentemente uma evolução positiva em seus indicadores sociais. Embora a renda tenha se elevado em todos os municípios do Vale do Rio Pardo, os dados mostram que a concentração é maior nos municípios da microrregião central. Esta concentração de renda é um dos fatores que provoca as desigualdades. Observa-se também na microrregião central uma forte influência do setor industrial na sua economia.

Em contraposição aos municípios da microrregião central, que tem rendas elevadas e presença de indústrias, encontram-se municípios com rendas muito baixas e

dependentes exclusivamente da agricultura (principalmente na microrregião norte), porém apresentando evolução positiva em seus indicadores sociais e, em muitos casos próximas as dos municípios mais ricos. Pode-se citar como exemplo, Lagoão, que possui um PIB *per capita* de R\$ 2.914,00 (1999) e uma taxa de alfabetização de 79,20 % em 2000 e Tunas, que possui um PIB *per capita* de R\$ 3.507,00 e apresenta uma taxa de alfabetização de 82,20% de sua população, na comparação com Santa Cruz do Sul que possui uma taxa de alfabetização de 95,60%. No município de Lagoão a taxa de mortalidade infantil (15,50 por mil nascidos vivos) é quase equivalente a de Santa Cruz do Sul (13,34) para o ano de 1998. Pode-se afirmar que são diferenças pequenas se comparadas a grande desigualdade que existe entre estes municípios.

Desta forma, em municípios nos quais a produção agrícola é a principal atividade e, portanto com baixo crescimento econômico se comparados a municípios que apresentam um setor industrial desenvolvido, observa-se que os indicadores sociais representam um nível de carência baixo e em muitos casos próximos dos valores dos municípios industrializados da região. Esta relação entre indicadores econômicos e sociais determina o nível de bem-estar de uma população. Assim, se ocorrer o crescimento do PIB *per capita*, associado a uma elevação da taxa de alfabetização, da expectativa de vida e a queda da mortalidade infantil, então estes municípios podem melhorar consideravelmente seus indicadores, proporcionando a comunidade uma melhor qualidade de vida.

Analisando separadamente os indicadores observa-se que com relação a taxa de alfabetização, municípios como Santa Cruz do Sul (95,60%), Venâncio Aires (94,20%), Vera Cruz (94,00%), Vale do Sol (93,10%), Passo do Sobrado (92,00%), Sinimbu (90,70%) e Arroio do Tigre (90,20%), possuem níveis considerados elevados. Estes dados mostram que os municípios que detêm a maior parte da renda regional, tem as melhores taxas de alfabetização. Porém, em contraposição municípios pequenos e agrícolas e com rendas baixas estão com taxas muito próximas às de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz.

Já o indicador de expectativa de vida, revela que os municípios do Vale do Rio Pardo encontram-se praticamente no mesmo nível. O município de Herveiras possuía em 2000 a melhor expectativa de vida da região (74,75 anos) seguido de Tunas com esperança de vida de 73,01 anos e General Câmara, com 72,74 anos, ou seja, os municípios de menor renda da região têm expectativa de vida melhores que dos

municípios mais ricos, por exemplo, Santa Cruz do Sul com 69,68 anos e, ainda estão acima da média da região, que é de 70,91 anos, para 2000.

O saneamento básico é um fator importante na qualidade de vida das populações. Por isso, em relação às condições de abastecimento de água em 2000 a maioria dos municípios ou estão ligados a rede geral de abastecimento ou ainda dependem de poços ou nascentes. A média da região que é de 61% (rede geral) fica bem abaixo da média do Estado que é de 93%. Entre os domicílios que possuem banheiro ou sanitário a região apresenta uma média de 94%, muito próxima a média do Estado, que é de 97%. No entanto, no destino do lixo a região ainda tem muito a fazer, pois em média 65% dos domicílios possuem recolhimento de lixo, contra 95% do Estado. Há também na região uma deficiência quanto à coleta seletiva, que apenas em alguns municípios está funcionando e de maneira muito precária.

A partir da análise dos dados acima se pode constatar que na região do Vale do Rio Pardo existem municípios que possuem rendas elevadas, com bons indicadores sociais e, municípios estritamente agrícolas, com baixas rendas, mas que possuem indicadores sociais muito próximos aos dos municípios ricos.

Através do Índice de Desenvolvimento Humano (2000) dos municípios, pode-se observar que municípios agrícolas como, por exemplo, General Câmara (0,78), Passo do Sobrado (0,77), Arroio do Tigre (0,76), Rio Pardo (0,75) e Tunas (0,72) possuem IDH, classificando-se em grau intermediário de desenvolvimento, juntamente com Venâncio Aires (0,79) e Vera Cruz (0,79), significando uma boa qualidade de vida nestes municípios e Santa Cruz do Sul (0,82) passando para um grau de alto desenvolvimento. A partir destas constatações, pode-se afirmar que no Vale do Rio Pardo a industrialização é responsável pelo crescimento, mas não pelo desenvolvimento da região.

Desta forma, os desequilíbrios regionais podem ocorrer principalmente pela forte concentração industrial e de renda. A concentração industrial tende a deslocar o capital e a mão-de-obra elevando as taxas de crescimento de um município em detrimento de outros. A concentração de renda pode caracterizar o empobrecimento de municípios em relação a outros, deixando de atender assim as necessidades básicas de sua população (educação, saúde, saneamento básico, alimentação, habitação). No Vale do Rio Pardo a concentração industrial está no município de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz, ficando os demais municípios ligados ao setor agrícola e ao setor de serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo principal analisar as características das desigualdades econômicas e sociais no Vale do Rio Pardo utilizando-se de indicadores econômicos (PIB *per capita*, indústria e agricultura) e sociais (taxa de alfabetização, mortalidade infantil, IDH, entre outros), procurando evidenciar o processo de desenvolvimento da região.

Existem condições necessárias para o desenvolvimento: uma delas é que a taxa de crescimento do produto seja sistematicamente superior à taxa de crescimento demográfico, ou seja, crescimento da renda *per capita*. A segunda refere-se a melhoria da distribuição de renda em favor das classes menos favorecidas. Este desenvolvimento envolve não somente o crescimento da renda *per capita* como também as condições de vida da população.

Em primeiro lugar, o que se pode observar na região do Vale do Rio Pardo é que suas diferenças são oriundas de seu processo de ocupação: o início da ocupação da região começou pelo município de Rio Pardo (microrregião Sul) que tinha grande importância econômica, seguindo em direção a microrregião central surgiu logo em seguida o município de Santa Cruz do Sul que então, passa a ser o centro econômico; alguns municípios foram ocupados por imigrantes alemães, que influenciaram diretamente a cultura da região e tem uma identidade muito forte com o Vale do Rio Pardo, além dos imigrantes italianos e portugueses em pequenas ocupações. A formação topográfica da região é disforme em sua extensão, sendo formada por planaltos, planícies e depressões, onde no processo de ocupação a preferência foi pelos vales dos rios.

Uma segunda constatação refere-se às condições econômicas e sociais da região onde se observou uma grande concentração de renda em municípios da microrregião central (Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz), no qual o município de Santa Cruz do Sul tem o PIB *per capita* mais elevado (R\$ 19.787,00) e uma diferença de quase R\$ 17.000,00 para o município com PIB *per capita* mais baixo – Lagoão, com R\$

2.914,00 – isto mostra uma extrema concentração de renda. Em termos gerais a concentração de renda influencia na qualidade de vida das pessoas residentes nos municípios, provocando taxas de analfabetismo baixas, mortalidade infantil elevada e, condições de vida (água, saneamento básico, coleta de lixo) muito precárias.

Em terceiro lugar, as teorias de crescimento afirmam que para haver crescimento é necessária a presença de um pólo de crescimento regional, que proporcionará através de uma indústria-chave efeitos de encadeamento, trazendo novas indústrias para a região, aumentando o emprego e a renda. No entanto, na região do Vale do Rio Pardo o único pólo industrial é o de Santa Cruz do Sul (além de algumas indústrias em Venâncio Aires e Vera Cruz). O que ocorre é uma grande concentração industrial ligada principalmente ao setor fumageiro e outras indústrias ligadas ao beneficiamento da erva-mate, à metalurgia e à eletrônica.

Desta forma, é necessário salientar que não há uma diversificação no setor industrial da região, principalmente em Santa Cruz do Sul, mas observa-se um intenso crescimento econômico neste município. Isto vai a contraponto da teoria de crescimento, que diz ser necessário diversificar para crescer. Então, neste caso, este setor está sujeito as inconstâncias do mercado e isto pode vir a prejudicar tanto a arrecadação municipal quanto a renda da população.

É necessário salientar que a presença de um parque industrial tende a deslocar mão-de-obra da zona rural para a zona urbana. Porém, se não existir um número razoável de indústrias e um parque industrial diversificado, não haverá absorção da mão-de-obra excedente disponível. Com isso, a população que deixa a zona rural passa a fazer parte de um contingente de desempregados, que vivem a margem da sociedade e em condições de vida precárias.

Portanto, no caso de Santa Cruz do Sul, não basta apenas o município ser industrializado, mas sim, como sugerem as teorias de crescimento, deve haver a diversificação do parque industrial. Além disso, é necessário promover uma desconcentração de renda, procurando manter uma parcela desta renda na região ou no município que a gera, para aplicar em projetos sociais que tragam melhores condições de vida as populações.

Um quarto fator responsável pela desigualdade no Vale do Rio Pardo é a especialização na cultura do fumo. Uma tentativa de mudar este quadro é investindo na diversificação da agricultura, pois, a economia de uma região não deveria estar baseada

na produção de um bem apenas, estando assim sujeita às flutuações do mercado, como é o caso de Santa Cruz do Sul com a indústria fumageira e dos demais municípios especializados na cultura do fumo. Trata-se aqui de um caso de oligopólio, onde há uma forte dependência da economia em relação as fumageiras com controle dos preços de seus produtos, procurando com isso obter o máximo de lucro possível.

Em contraposição a um quadro onde os três municípios mais ricos da região (Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz) concentram a maior parte da renda, se

Municípios	Fumo	Milho	Feijão	Soja	Mandioca	Arroz	Outras
Arroio do Tigre	43,07	12,04	8,93	14,16	8,97	0,85	9,98
Barros Cassal	78,86	4,21	7,12	0,82	3,75	0,80	3,07
Boqueirão do Leão	68,27	17,61	0,92	0,30	3,23	0,39	2,94
Candelária	37,95	6,24	0,49	12,57	10,52	26,65	4,20
Encruzilhada do Sul	13,23	9,41	5,44	9,31	9,12	20,27	3,21
Estrela Velha	-	-	-	-	-	-	-
General Câmara	31,61	12,42	0,17	2,12	13,84	32,30	0,74
Gramado Xavier	-	-	-	-	-	-	-
Herveiras	-	-	-	-	-	-	-
Ibarama	65,49	13,85	6,52	0,20	2,92	1,09	3,62
Lagoa Bonita do Sul	-	-	-	-	-	-	-
Lagoão	34,31	35,83	15,33	0,91	4,74	0,70	6,22
Pantano Grande	-	1,88	0,08	16,62	3,21	73,68	2,43
Passa Sete	-	-	-	-	-	-	-
Passo do Sobrado	-	-	-	-	-	-	-
Rio Pardo	24,57	4,79	0,34	7,82	18,92	38,46	1,83
Santa Cruz do Sul	60,92	9,08	2,92	1,73	11,15	4,09	1,84
Segredo	63,36	10,34	12,28	2,16	3,96	1,45	5,16
Sinimbu	-	-	-	-	-	-	-
Sobradinho	60,85	10,22	12,60	3,98	3,40	1,49	4,86
Tunas	44,00	29,18	3,96	12,18	2,72	0,68	6,46
Vale do Sol	-	-	-	-	-	-	-
Vale Verde	-	-	-	-	-	-	-
Venâncio Aires	40,64	16,35	0,70	3,18	8,73	3,41	1,49
Vera Cruz	68,08	4,42	1,75	0,84	10,47	5,26	2,23
Total do VRP	43,96	10,06	3,40	6,14	9,89	15,06	3,31
Total do RS	5,35	12,66	1,63	28,35	5,99	24,00	13,25

Fonte: IBGE, 2000

encontram municípios agrícolas que não possuem indústrias significativas, com indicadores sociais em alguns casos muito próximos aos de Santa Cruz do Sul, mas, em sua maioria inferiores aos indicadores dos municípios ricos e com indicadores de renda *per capita* também baixos. Então, como o processo de desenvolvimento pode ser entendido como a junção de indicadores (sociais) de qualidade de vida com crescimento (renda *per capita*), pode-se afirmar que nos municípios da região existe um processo de desenvolvimento muito frágil.

No Vale do Rio Pardo foram encontradas três situações distintas: a) municípios

com alta renda *per capita*, industrializados e com indicadores sociais satisfatórios; b) municípios agrícolas com renda *per capita* baixa e indicadores sociais também satisfatórios; c) municípios agrícolas com renda *per capita* muito baixa e com alguns indicadores sociais ruins.

Na região existem municípios com elevada renda *per capita*, como Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz que possuem indicadores sociais bons, onde a população consegue ter níveis satisfatórios de qualidade de vida. Porém, encontra-se municípios muito pobres, como Lagoão e Tunas, que possuem a renda *per capita* mais baixa da região.

É necessário lembrar que os indicadores sociais analisados não representam desigualdades acentuadas na relação entre municípios de renda *per capita* baixa e os municípios que detêm os maiores PIB's da região. Ocorre que os municípios de rendas mais baixas possuem indicadores sociais semelhantes ou muito próximos aos dos municípios mais ricos e que concentram a maior renda. Isto revela que mesmo não tendo uma renda elevada, as condições sociais dos municípios mais pobres são boas. No entanto, deve ser prioridade das administrações manter e implementar projetos para melhorar as condições de saúde, educação, saneamento, habitação a fim de promover melhor qualidade de vida para a região. Pode-se assim constatar que a desigualdade econômica bastante acentuada, principalmente quando se trata da renda *per capita*, parece não atingir tão severamente os indicadores sociais.

De uma maneira em geral pode-se afirmar que o Vale do Rio Pardo é uma região onde grande parte de seus municípios depende do setor primário (agricultura) e do setor terciário (serviços). Com exceção de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz, que possuem além da indústria fumageira, indústria da erva-mate, do couro, metalúrgica (Mor) e eletrônica (Kopp), os demais municípios sobrevivem da produção agrícola em sua maioria do fumo, mas recentemente sendo representativa a cultura do arroz e da soja.

Desta forma, incentivos à indústria são bem vindos, pois é através do processo de industrialização que ocorre investimento em áreas como infra-estrutura, transporte, educação e saúde, proporcionando à população local, melhores condições de vida. Assim, o processo de industrialização é o responsável em parte pelo crescimento do município, gerando renda e emprego.

Mas, também se fazem necessários investimentos na agricultura, incentivando as

cooperativas, a agricultura ecológica e a agroindústria, atividades que podem gerar emprego e renda e absorver mão-de-obra qualificada, como engenheiros, agrônomos, biólogos, veterinários, tornando assim a atividade agrícola mais rentável e competitiva no mercado regional e nacional.

Por isso, na região do Vale do Rio Pardo, a industrialização é responsável pelo crescimento da renda *per capita* de alguns municípios, que possuem indústrias, mas não é a responsável pelo desenvolvimento da região. Isto porque, grande parte da renda gerada não permanece na região para que se possam fazer investimentos em áreas básicas.

Além disso, o alto nível de renda nem sempre significa melhores índices de desenvolvimento, isto porque a renda nem sempre está bem distribuída e nem sempre os recursos regionais são aplicados em áreas prioritárias para o desenvolvimento, como educação, saúde, saneamento e moradia.

ANEXOS

ANEXO A

Tabela 1A - Valor da produção agrícola das principais culturas temporárias por município em (%) – 1990

Tabela 2A - Valor da produção agrícola das principais culturas temporárias por município em (%) – 1995

ANEXO B

Tabela 1B - Valor da produção agrícola das principais culturas permanentes por município em (%) – 1990

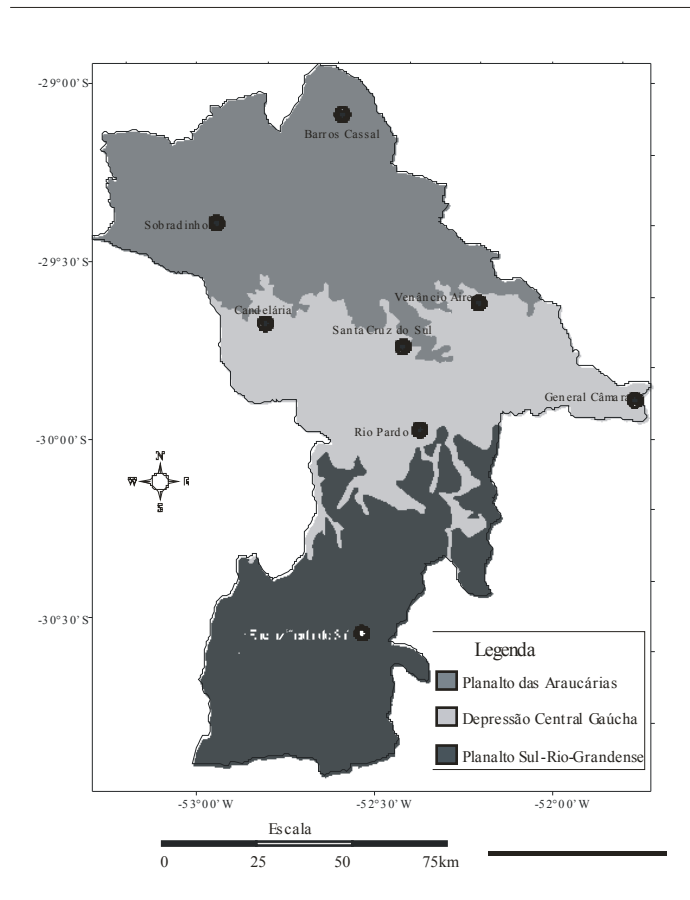
Tabela 2B - Valor da produção agrícola das principais culturas permanentes por município em (%) – 1995

Municípios	Erva- mate	Laranja	Maçã	Pêssego	Tangerin a	Uva	Outras
Arroio do Tigre	-	0,57	0,01	0,20	0,53	0,11	0,20
Barros Cassal	0,43	0,68	-	0,86	0,29	0,19	0,13
Boqueirão do Leão	1,38	0,98	0,12	0,09	0,25	0,59	0,78
Candelária	0,02	0,37	0,01	0,20	0,69	0,02	0,34
Encruzilhada do Sul	-	1,13	11,83	21,24	1,64	0,04	4,92
Estrela Velha	-	-	-	-	-	-	-
General Câmara	-	4,91	-	0,02	0,12	0,01	1,11
Gramado Xavier	0,36	1,11	0,04	0,30	0,71	0,36	0,27
Herveiras	-	-	-	-	-	-	-
Ibarama	-	1,11	-	0,56	0,70	2,42	0,93
Lagoa Bonita do Sul	-	-	-	-	-	-	-
Lagoão	0,02	1,87	-	0,20	0,30	0,13	0,92
Pantano Grande	-	-	-	0,80	0,50	-	0,07
Passa Sete	-	-	-	-	-	-	-
Passo do Sobrado	-	0,38	-	0,45	0,31	0,09	0,28
Rio Pardo	-	1,11	-	2,76	0,53	0,01	0,34
Santa Cruz do Sul	0,27	1,06	-	1,01	1,37	1,55	0,91
Segredo	-	0,45	-	0,35	0,59	0,27	0,44
Sinimbu	2,47	1,68	-	0,80	1,19	0,10	0,33
Sobradinho	-	0,42	0,05	0,33	0,45	0,19	0,33
Tunas	-	3,76	-	7,07	-	0,16	0,18
Vale do Sol	-	1,14	0,01	0,78	1,00	0,07	0,23
Vale Verde	-	-	-	-	-	-	-
Venâncio Aires	2,97	4,02	-	0,49	0,65	0,08	0,47
Vera Cruz	-	1,02	-	0,82	0,64	0,06	0,46
Total do VRP	0,66	1,51	0,26	1,17	0,62	0,23	0,54
Total do RS	0,93	1,98	4,07	1,25	0,76	5,60	1,27

Fonte: IBGE, 2000

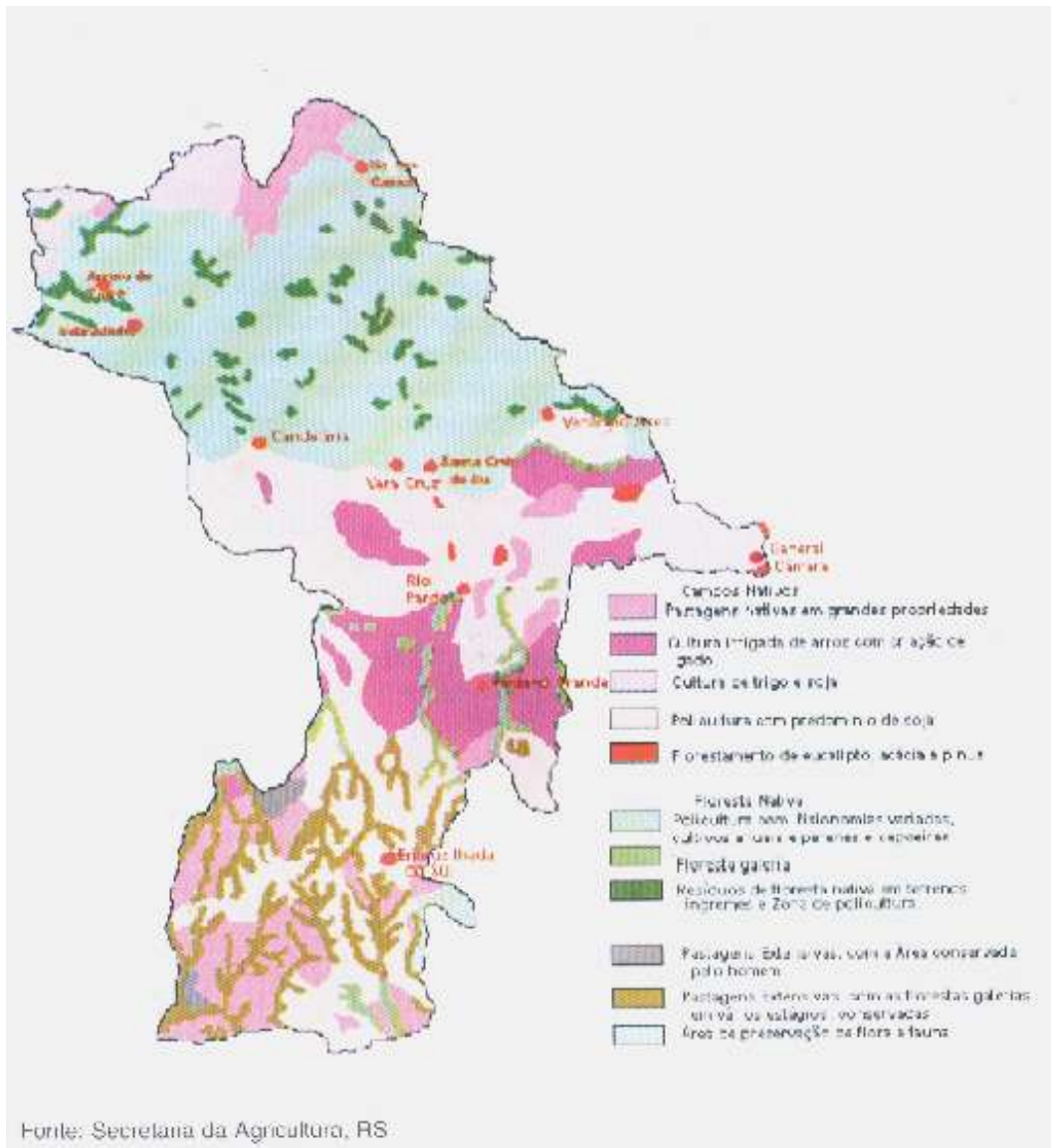
ANEXO C

Figura 1C – Geomorfologia da região do Vale do Rio Pardo



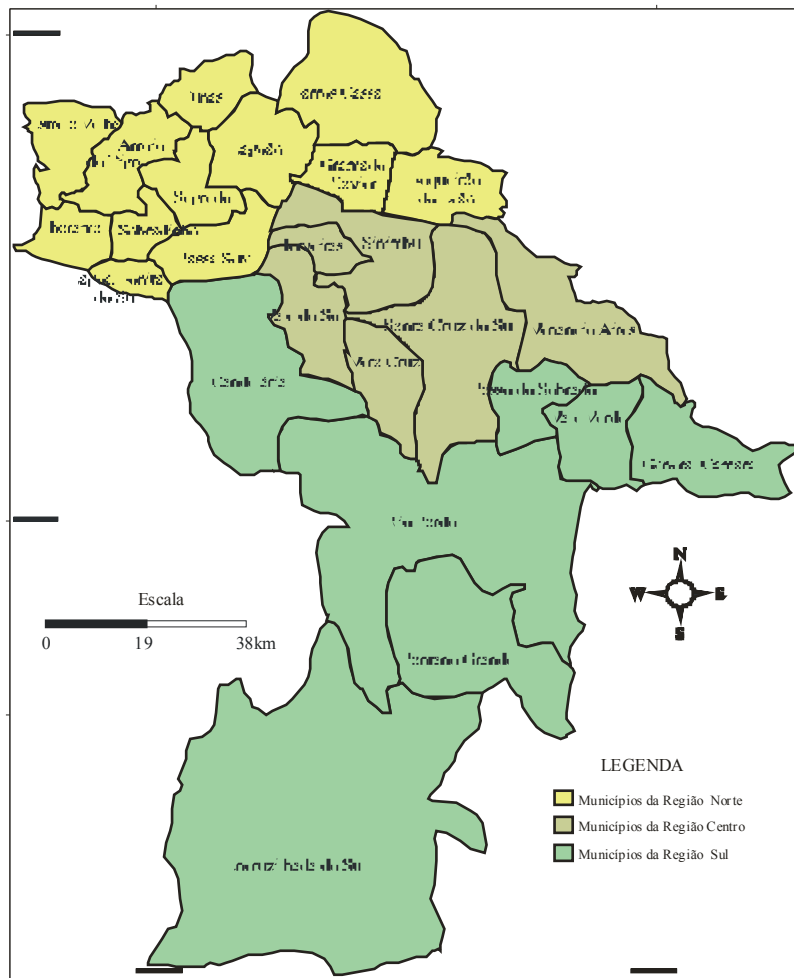
ANEXO D

Figura 1D - Vegetação do Vale do Rio Pardo



ANEXO E

Figura 1E - Microrregiões do Vale do Rio Pardo



Laboratório de Geoprocessamento da UNISC

ANEXO F

Quadro 1F – Processo Emancipatório do Vale do Rio Pardo

Municípios	Ano	Origem
Arroio do Tigre	1963	Espumoso, Sobradinho, Soledade
Barros Cassal	1963	Soledade
Boqueirão do Leão	1987	Barros Cassal, Lajeado, Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires
Candelária	1925	Rio Pardo
Encruzilhada do Sul	1849	Rio Pardo
Estrela Velha	1995	Arroio do Tigre
General Câmara	1881	Taquari
Gramado Xavier	1992	Santa Cruz do Sul

Herveiras	1995	Sinimbu
Ibarama	1987	Sobradinho
Lagoa Bonita do Sul	1996	Sobradinho
Lagoão	1988	Soledade
Pantano Grande	1987	Rio Pardo
Passa Sete	1995	Sobradinho
Passo do Sobrado	1992	Rio Pardo
Rio Pardo	1809	1ª Divisão Territorial da Província do RS
Santa Cruz do Sul	1877	Rio Pardo
Segredo	1988	Sobradinho, Soledade
Sinimbu	1992	Santa Cruz do Sul
Sobradinho	1927	Soledade
Tunas	1987	Arroio do Tigre, Soledade
Vale do Sol	1992	Candelária, Santa Cruz do Sul
Vale Verde	1995	General Câmara, Passo do Sobrado
Venâncio Aires	1891	General Câmara
Vera Cruz	1959	Santa Cruz do Sul

Fonte: FEE, 2002

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de; VILLELA, Renato. A situação social no Brasil: um balanço de duas décadas. In: VELLOSO, João Paulo de Reis (Org.). **A questão social no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1991. p. 23-104.

- 2- BAQUERO, Marcello; GONÇALVES, Maria Augusta S., BAQUERO, Rute V. A. Reflexões sobre a pesquisa nas ciências humanas. **Barbarói**. Santa Cruz do Sul, n.2, p.17-32, mar.95
- 3- BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. **Texto para discussão nº 800**. Rio de Janeiro: IPEA, 24 p., junho/2001.
- 4- BECKER, Dinizar Fermiano. A economia política do desenvolvimento contemporâneo. **Redes**. Santa Cruz do Sul, v. 5, n. 2, p. 29-39, maio/ago, 2000.
- 5- BOISIER, Sergio. **Modernidad y territorio**. Cuadernos del ILPES, n. 42. Santiago do Chile, 1996.
- 6- _____. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. **Redes**. Santa Cruz do Sul. n. 1, vol. 4, p. 61-78, jan/abr, 1999.
- 7- BRINKMAN, Richard. Crescimento econômico versus desenvolvimento econômico: em direção a uma classificação conceitual. **Journal of Economic Issues**. n. 4, v. 29, dez/1995.
- 8- CARVALHO, Maria Cecília M. de. Karl Popper: A falsificabilidade como critério de demarcação do discurso empírico-científico. In: OLIVA, Alberto (Org.) **Epistemologia: a cientificidade em questão**. Campinas, SP: Papirus, 1990. p. 59-101.
- 9- CARVALHO, Maria Cecília M. de (Org.). **Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas**. 3ª ed. Campinas: Papirus, 1991, p.65-94.
- 10- COLLISCHONN, Érika. O Espaço natural na região do vale do Rio Pardo – algumas considerações. In: VOGT, Olgário Paulo, SILVEIRA, Rogério Leandro L. da (Org.). **Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. p. 19-46.
- 11- COSTA, Tereza C. N. Considerações teóricas sobre o conceito de indicador social: uma proposta de trabalho. **Revista Brasileira de Estatística**. Rio de Janeiro, ano 36, v. 142, p. 167-176, abr/jun, 1975.
- 12- CUNHA, Ana Zoe Schilling da. A saúde em Santa Cruz do Sul e região. In: VOGT, Olgário Paulo, SILVEIRA, Rogério Leandro L. da (Org.). **Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. p. 323-348.
- 13- FAVA, Vera Lúcia. **Urbanização, custo de vida e pobreza no Brasil**. São Paulo: Ed. IPE/USP, 1984. 179 p.
- 14- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. www.fee.tche.br. Acesso em: 15

jul. 2002.

- 15- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **PIB Municipal do Rio Grande do Sul**, 1998. CD-ROM.
- 16- _____. De província de São Pedro a estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre, 1981. 330 p.
- 17- _____. De província de São Pedro a estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1960-1980. Porto Alegre, 1984. 158 p.
- 18- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. www.ibge.gov.br. Acesso em: 25 jul. 2002.
- 19- FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Nacional, 1977. 344 p.
- 20- GALVÃO, Luís Eduardo. Riqueza versus pobreza: O confronto do novo milênio. **Rumos**, Rio de Janeiro, n. 166, p. 26-33, nov. 1999.
- 21- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1996, p.63-81.
- 22- GONZÁLEZ, Juan Romero, ESPARCIA, Javier Pérez. **Pobreza y desigualdad en los países en desarrollo**. Espanha: Editorial Síntesis, 1992. 319 p.
- 23- HICKS, Norman, STREETEN, Paul. Indicadores de desenvolvimento: a busca de uma unidade de medida de necessidades básicas. In: CAIDEN, Gerald (Org). **Reconsideração do conceito de desenvolvimento**. Caxias do Sul: EDUCS, 1988. p. 71-95.
- 24- HOFFMANN, Rodolfo. **Estatística para economistas**. 3ª ed. São Paulo: Pioneira, 1998, 430 p.
- 25- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Desenvolvimento humano e condições de vida: indicadores brasileiros**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Brasília, DF, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro (FJP); Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Brasília, 1998.
- 26- JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001. 141 p.
- 27- _____. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **RAP – Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, 36(1), jan/fev. 2002. p 51-72.

- 28- KLARMANN, Herbert. **Região e identidade regional: um estudo da espacialização e representatividade regional no Vale do Rio Pardo**. 1999. 189 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul. 1999.
- 29- KLERING, Luis Roque. Análise do desempenho dos municípios do RS em 1996. **Revista Análise**, Porto Alegre, Edipucrs, v. 8, n. 2, p. 162, 1997.
- 30- KLERING, Luis Roque. Análise do desempenho dos municípios do RS em 1998. **Revista Análise**, Porto Alegre, Edipucrs, v. 10, n. 2, p. 93-97, 1999.
- 31- LEFEBVRE, Henri. **La Violência y el fim de la Historia**. Buenos Aires: Editorial Leviatã, 1986. 235 p.
- 32- LEMOS, Alan, JIMÉNEZ, Roberto Argélio Frias. Distribuição de renda, pobreza e desenvolvimento humano no Brasil. **Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul, n. 9/10, p. 7-27, jan./dez. 1999.
- 33- LOBATO, C. R. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1997.
- 34- LOPES, S. A. **Desenvolvimento Regional**. 4ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995. 407 p.
- 35- MARTINS, José de Souza. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- 36- MOLDAU, Juan Hersztajn. Os fundamentos microeconômicos dos indicadores de desenvolvimento socioeconômico. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 18, n. 3 (71), p. 70-83, jul/set, 1998.
- 37- OLIVA, Alberto (Org.) **Epistemologia: a cientificidade em questão**. Campinas, SP: Papirus, 1990.
- 38- OLIVEIRA, Julio César de. Indicadores de desenvolvimento humano ampliado por estados e mesorregiões da Região Sul do Brasil, 1980/1991. **Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul, n. 7/8, p. 145-196, jan./dez. 1998.
- 39- OLIVEIRA, Julio César de. **Desenvolvimento humano, desigualdade de renda e pobreza nos Conselhos Regionais e municípios do Rio Grande do Sul entre 1970 e 1991**. 2001. 275 p. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2001.
- 40- OLIVEIRA, Marcus Eduardo de. **Conversando sobre economia: uma interpretação crítica da economia brasileira**. Campinas: Ed. Alínea, 2002. 134 p.
- 41- PERROUX, François. **A economia do século XX**. Lisboa: Moraes Editora, 1967. 755 p.

- 42- PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIO PARDO. Santa Cruz do Sul: Corede-VRP: Edunisc, 1998. 140 p.
- 43- PUNTEL, Emerson Roberto. **Efeito da polarização da indústria fumageira na economia do Vale do Rio Pardo**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 1999. 71 p. (Monografia de conclusão do curso de Ciências Econômicas).
- 44- RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS – RAIS. Brasília. Ministério do Trabalho. 1990, 1995, 2000.
- 45- RELATÓRIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNDIAL 1990. **Visão Geral**. Rio de Janeiro: Ed. Banco Mundial e FGV, 1990.
- 46- ROCHA, Sonia. Renda e Pobreza: Os impactos do plano real. **Texto para discussão nº 439**. Rio de Janeiro: IPEA. 29 p, dez. 1996a.
- 47- _____. Pobreza no Brasil: fatos básicos e implicações para a política social. **Economia e Sociedade**, Campinas, (6): 141-51, jun. 1996b.
- 48- _____. Pobreza no Brasil: principais tendências da espacialização. In: **XXVI Encontro Nacional de Economia**, 1998, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ANPEC, 1998, p. 1665-1682.
- 49- _____. Pobreza-renda e indicadores sociais como critérios complementares. **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, n. 4, p. 67-88, dez., 1990.
- 50- RODRIGUES, Maria C. P. O índice de desenvolvimento social. **Conjuntura Econômica**. P 73-77, jan., 1991.
- 51- ROMÃO, Maurício Costa. Uma proposta do “índice de desenvolvimento humano” das Nações Unidas. **Revista de Economia Política**. São Paulo: Ed. Brasiliense, v.13, n.4 (52), p. 97-111, out./dez., 1993.
- 52- SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. Medidas de pobreza e empobrecimento. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, ano 17, n. 1, 1996, p. 74-102.
- 53- SANTOS, M. **Espaço e método**. 3ª ed. São Paulo: Nobel, 1992. p. 65-70.
- 54- SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO RS. Sistema de apuração de índices dos municípios – posição das atividades econômicas por agrupamento, no valor adicionado de 1990, 1995, 1999.
- 55- SIEDENBERG, Dieter R. Desenvolvimento e disparidades socioeconômicas no Rio Grande do Sul. **Redes**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, v. 6, n. 2, p. 7-40, maio/ago, 2001a.

- 56- SIEDENBERG, Dieter R. Uma abordagem epistêmico-sistemática do conceito de desenvolvimento. **Rea – Revista de estudos de administração**. Ijuí: Editora Unijuí, ano 2, n. 3, p. 5-10, julho/dez, 2001b.
- 57- SILVEIRA, Rogério Leandro L. da; HERMANN, Elisa. As cidades e a urbanização do Vale do Rio Pardo. In: _____. VOGT, Olgário Paulo, SILVEIRA, Rogério Leandro L. da (Org.). **Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. p. 217-257.
- 58- SINGER, Paul. Conjuntura e Desenvolvimento. In: _____. **Desenvolvimento e crise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 162 p.
- 59- SOUZA, Nali de Jesus. Economia Regional. In: _____. **Introdução à Economia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997. p. 365-393.
- 60- _____, **Desenvolvimento Econômico**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 1999. p. 13-31.
- 61- STEWART, Francês. **Distribuição de renda e desenvolvimento**. UNCTAD, 2000. 27 p. Disponível em: <http://www.nead.gov.br>. Acesso em: 20 maio 2002.
- 62- STIGLITZ, Joseph E. **Em busca de um novo paradigma para o desenvolvimento**. UNCTAD, 1998. Disponível em: <http://www.nead.gov.br>. Acesso em: 20 maio 2002.
- 63- STÜLP, Valter José. O setor primário da região do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário Paulo, SILVEIRA, Rogério Leandro L. da (Org.). **Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. p. 167-215.
- 64- TOLOSA, H. C. Pobreza no Brasil: uma avaliação dos anos 80. In: VELLOSO, João P. Reis (org.). **A questão social no Brasil**. São Paulo: Nobel, p. 105-136, 1991.
- 65- VELLOSO, João Paulo de Reis (Org.). **A questão social no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1991.
- 66- VOGT, Olgário Paulo, SILVEIRA, Rogério Leandro L. da (Org.). **Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. 395 p.
- 67- ZIONI, Cecília. O real reduziu o número de pobres, mas a diferença entre eles e os mais abastados permanece. **Revista Problemas Brasileiros**. São Paulo: SESC. Ano 37, nº 333, nov/dez, 1999.

